

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Anderson Leonardo Vaz Stein

***A naumachia imaginada: a comunidade galo-romana e a propaganda imperial na obra  
Mosella, de Ausônio (Séc. IV)***

VITÓRIA

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Anderson Leonardo Vaz Stein

***A naumachia imaginada: a comunidade galo-romana e a propaganda imperial na obra  
Mosella, de Ausônio (Séc. IV)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Érica Cristhyane Morais da Silva.

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S819n Stein, Anderson Leonardo Vaz, 1997-  
A naumachia imaginada : a comunidade galo-romana e a  
propaganda imperial na obra Mosella, de Ausônio (Séc. IV) /  
Anderson Leonardo Vaz Stein. - 2021.  
191 f. : il.

Orientadora: Érica Cristhyane Morais da Silva.  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História Antiga. 2. Império Romano. 3. Gália. 4. Ausônio.  
5. Propaganda. I. Silva, Érica Cristhyane Morais da. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

ANDERSON LEONARDO VAZ STEIN

***A naumachia imaginada: a comunidade galo-romana e a propaganda imperial na obra  
Mosella, de Ausônio (Séc. IV)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em História.

Aprovada em:

**Comissão examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Érica Cristhyane Morais da Silva  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helena Amália Papa  
**Universidade Estadual de Montes Claros**  
**Membro externo**

---

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Membro interno**

---

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Membro interno**

À Antônia, por quem nutro amor inestimável.

## AGRADECIMENTOS

Quanto trabalho se esconde por trás de um produto final. São tantas mãos, influências, ideias que se perdem em nossa memória. Enumerá-las seria, no mínimo, um convite para as injustiças do esquecimento. Só, eu não teria sido capaz de concluir este trabalho, portanto agradeço àqueles que contribuíram para esta realização, com minhas mais sinceras desculpas aos que, eventualmente, meus pensamentos não iluminaram no momento desta escrita.

Em primeira instância, devo mencionar minha orientadora, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Érica Cristhyane Morais da Silva. Todo o seu trabalho, dedicação e atenção foram fundamentais para o desenvolvimento desta Dissertação. Obrigado por sempre confiar em meu potencial, desde os tempos de Iniciação Científica, e sempre ser uma mão amiga para os tempos difíceis, sem nunca ter me abandonado quando precisei. Espero que este produto final seja uma, mesmo que pequena, recompensa dessa semente que plantamos e regamos juntos.

Agradeço ao Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva pela dedicação no processo formativo desempenhado no Leir/ES (Laboratório de Estudos sobre o Império Romano) e todo o tempo dedicado ao debate e à instrução acerca do trabalho acadêmico, em especial, sua contribuição para o avanço no debate desenvolvido nesta Dissertação, com as ponderações apresentadas na Qualificação. Agradeço também ao Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto, por sua dedicação com os alunos, o zelo pelo trabalho acadêmico e, principalmente, sua atenção com as formalidades metodológicas. Seu olhar sobre este trabalho e as ponderações na Qualificação também foram essenciais para esta Dissertação.

Não posso deixar de pontuar meus sinceros agradecimentos aos colegas os quais estiveram ou estão presentes durante minha trajetória no Leir/ES. Todos os momentos de formação, de organização e participação de eventos, ou mesmo, de conversas informais, que

contribuíram para o avanço dessa pesquisa. Embora sejam tantos, devo mencionar nosso colega Vitor Caliarí Lima, que deveria estar terminando sua Dissertação junto comigo, mas, infelizmente, não se encontra mais conosco. Jamais esquecerei sua franca prestatividade.

Obrigado a Brenda, minha companheira, com a qual compartilhei as alegrias e dificuldades da pós-graduação. Ela sempre foi solícita na leitura do meu texto, e é a quem devo a melhor fluidez na qual a escrita se encontra neste momento.

Meus agradecimentos à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde as portas para a profissionalização me foram abertas, com especial atenção para o Programa de Pós-Graduação em História, e todos aqueles aplicados em geri-lo. Também sou grato à Capes e à bolsa concedida, fundamental para que eu pudesse dedicar atenção a este trabalho.

[...] um dia também andaria num navio daqueles, veria outras luas e outras estrelas, cantaria as canções do seu cais em portos onde os homens não entenderiam seu falar, e escutariam de voz baixa as suas cantigas, só pela música, só porque sabiam que cantiga de marinheiro, seja em que língua for, fala de mar, de desgraça e de amor (Jorge Amado, *Mar morto*, 1936).

## RESUMO

Esta Dissertação analisa as relações de poder entre o imperador Valentiniano I (364-375) e as elites ocidentais do Império Romano, no século IV d.C., a partir da imagem pública construída acerca do governante, bem como da representação coletiva e idealizada das elites galo-romanas. A investigação se debruça sobre o *Mosella*, uma obra poética datada entre as décadas de 360 e 370, cuja autoria remonta a Décimo Magno Ausônio. O poema foi composto no contexto da corte imperial de Valentiniano, em um período no qual a administração estava localizada em *Augusta Treverorum*, na *Gallia Belgica*. Em seus versos há a perspectiva de um membro da elite galo-romana, subordinado ao imperador. Nesse sentido, aferimos a construção de uma propaganda a Valentiniano, edificada por meio da veiculação da imagem de um governante bem-sucedido na esfera militar. Por outro lado, identificamos a elaboração da imagem de uma elite galo-romana coesa, sob o compartilhamento de símbolos e valores que remetem a um universo greco-romano. O evento da *naumachia*, isto é, a batalha naval encenada no rio, canaliza esses símbolos e conecta uma comunidade galo-romana imaginada à política imperial empreendida na *Gallia Belgica*. Ainda, utilizamos outras documentações de Ausônio, sendo elas o poema *Bissula* e os epigramas XXVIII e XXXI, além de uma epístola destinada ao poeta, de autoria de Símaco. Como aparato teórico empregamos o conceito de *propaganda*, a partir de Peter Burke (2009), de *comunidade imaginada*, a partir de Benedict Anderson (2008), e de *espaço*, a partir de José D'Assunção Barros (2017). Como instrumental metodológico recorreremos à *análise categorial*, sob Laurence Bardin (2006).

*Palavras-chave:* Antiguidade Tardia. Gálias. Valentiniano I. Ausônio. *Mosella*.

## ABSTRACT

This dissertation explores power relations between Emperor Valentinian I (364-375) and the western elites of the Roman Empire in the 4th century A.D., from the public image built about the ruler to the collective idealized representation about Gallo-roman elites. The investigation focuses on the *Mosella*, a poetic work dated between the 360s and the 370s attributed to Decimus Magnus Ausonius. The poem was composed during Valentinian's rule, at a time when the government was located in Augusta Treverorum, in Gallia Belgica. In its verses, we have the perspective of a member of the Gallo-Roman elite, subordinated to the emperor. On the one hand, we measured the construction of propaganda for Valentinian, built through the transmission of the image of a successful ruler in the military sphere. On the other hand, we identified the construction of the image of a cohesive Gallo-Roman elite under the sharing of symbols and values that refer to a Greco-Roman universe. The naumachia event, the naval battle staged in the river, channels these symbols and connects an imagined Gallo-Roman community to the imperial policy undertaken in Gallia Belgica. Also, we used other documentation by Ausônio, including the poem *Bissula* and epigrams XXVIII and XXXI, in addition to an letter intended to the poet, written by Símaco. As a theoretical apparatus, we use the concepts of propaganda from Peter Burke (2009), imagined community from Benedict Anderson (2008), and space from José D'Assunção Barros (2017). As a methodological tool, we used the categorical analysis under Laurence Bardin (2006).

*Keywords:* Late Antiquity. Gauls. Ausonius. *Mosella*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plano da cidade de Tréveris no século IV.....	97
Figura 2 - Porta Nigra.....	99
Figura 3 – Comparação das transformações ocorridas nas Termas Imperiais .....	106
Figura 4 – O Vale do Mosela no tempo da fundação de Augusta Treverorum.....	113
Figura 5 – Fragmento de lápide exibindo barco carregado com tecido .....	118
Figura 6 – Fragmento cerâmico exibindo barco com carregamento de vinho e tripulação....	119
Figura 7 – Artefato de pedra representando barco com carregamento de vinho, em exibição no <i>Rheinisches Landesmuseum</i> .....	120
Figura 8 - Reverso do Medalhão de Arras.....	121

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - A divisão do Império Romano exercida em 364 pelos irmãos Valentiniano e Valente .....	72
Mapa 2 - Os rios navegáveis da Gália Transalpina na Antiguidade.....	115

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1: AUSÔNIO E SUA ASCENSÃO À CORTE IMPERIAL</b> .....	48
“Ninguém se satisfaz com o silêncio”: vida e obra de Ausônio .....	48
Um rio “consagrado por versos divinos”: o <i>Mosella</i> e a poesia latina do século IV.....	59
O governo de Valentiniano .....	69
<b>CAPÍTULO 2: AUGUSTA TREVERORUM COMO CAPITAL</b> .....	81
A romanidade dos gauleses e dos povos da <i>Gallia Belgica</i> .....	81
<i>Augusta Treverorum</i> , a <i>Roma Secunda</i> .....	93
O protagonismo do rio Mosela .....	108
<b>CAPÍTULO 3: UMA NAUMACHIA GALO-ROMANA, PROPAGANDA E COMUNIDADE IMAGINADA NO MOSELLA</b> .....	124
O Mosela como microcosmo do Império Romano .....	124
Guerra e vitória no contexto da legitimação imperial.....	137
Os galo-romanos e a adesão ao Império .....	145
A <i>naumachia</i> como síntese da romanidade .....	157
<b>CONCLUSÃO</b> .....	168
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	173
Documentação primária .....	173
Obras de Referência.....	174
Bibliografia Instrumental .....	174
Obras de apoio .....	175
<b>APÊNDICES</b> .....	187
<b>APÊNDICE A: PESSOAS RELACIONADAS AO RIO MOSELA</b> .....	187
<b>APÊNDICE B: A DESCRIÇÃO COMPARADA OU RELACIONADA AO RIO MOSELA</b> .....	188
<b>ANEXO: ÁRVORE GENEALÓGICA DE AUSÔNIO</b> .....	190

## INTRODUÇÃO

---

Dentre as diferentes transformações de ordem política presenciadas no Império Romano tardo-antigo, uma das mais evidentes diz respeito às novas expressões de relação de poder entre o Estado romano e as elites regionais. Sob a ótica da porção ocidental do Império, sobretudo no recorte temporal do século IV, essa conjuntura ganha seus contornos a partir do deslocamento definitivo da corte imperial de Roma para outras cidades: uma realocação material e humana da estrutura administrativa que trouxe à tona novos interesses políticos, sobretudo de grupos aproximados do poder e da esfera de influência dos imperadores. Nessa seara, nossa investigação se centra na negociação política entre o imperador Valentiniano I, a corte imperial e as elites do ocidente romano, sob a ótica da representação, do imaginário e da construção de uma imagem pública acerca desses setores sociais. Atendo-nos à temática da legitimação do imperador, bem como do imaginário idealizado acerca de uma elite galo-romana coesa e alinhada ao governo, nossa pesquisa parte da análise da obra *Mosella*, de Ausônio, e está delimitada entre as décadas de 360 e 370, no período de governo de Valentiniano.<sup>1</sup> Em termos espaciais, a ênfase está na província da *Gallia Belgica*, no rio Mosela e na cidade de *Augusta Treverorum*, para onde a corte foi transferida a partir de 367.<sup>2</sup>

O *Mosella* é uma obra poética produzida no âmbito da corte imperial e datada no contexto das campanhas militares do imperador Valentiniano contra os alamanos, no *limes* do Reno, em 368, ocasião em que Ausônio desempenhou a função de tutor de Graciano, filho de Valentiniano.<sup>3</sup> A temática central da obra versa sobre o rio homônimo, o Mosela, reconhecido

---

<sup>1</sup> Todas as datas expressas nesta Dissertação correspondem ao período D.C., salvo quando expresso em contrário.

<sup>2</sup> Nesta Dissertação optamos por grafar o nome do poema à maneira latina, “*Mosella*”. Quando nos referimos ao rio, a grafia disposta é a aportuguesada, “Mosela”.

<sup>3</sup> As particularidades do governo de Valentiniano são discutidas no Capítulo 1 desta Dissertação. Atentemos que a concepção moderna de fronteira como uma linha fixa em um mapa é diferente da concepção romana de *limes*. Portanto, o *limes* representava uma espécie de fronteira, palco do contato entre os romanos e os povos considerados “bárbaros” (WHITTAKER, 1994, p. 71-72; MENDES, 2002, p. 122), não tendo como propósito o bloqueio, mas

por banhar a cidade de *Augusta Treverorum*, a capital romana do Ocidente no referido contexto. O documento é marcante por desenvolver uma imagem idealizada do rio, por meio de referências à tradição greco-romana atribuídas ao espaço e a seus habitantes. Ademais, investigamos outras obras de Ausônio, como o poema *Bissula*, os epigramas XXVIII e XXXI, e uma epístola de Símaco (*Symm. Ep. XIV*) a Ausônio, documentações que fornecem evidências para interpretarmos o alcance do *Mosella*, bem como contribuem para que possamos inferir o cenário histórico do período.<sup>4</sup>

O contexto histórico do objeto está inserido no século IV, um período caracterizado pela transitoriedade e por uma redefinição da unidade imperial (GUARINELLO, 2015, p. 11-12), no qual é identificada a consolidação de uma nova estrutura de poder por parte do Estado romano, o *Dominato*. Esse último pode ser definido como uma entidade política marcada por uma relação particular entre Estado e sociedade, desenvolvida como uma estratégia reguladora de pressões internas e externas que infligiam o Império Romano. A instauração do *Dominato* é identificada principalmente com a execução de reformas, entre os anos de 284 e 337, ocorridas nos governos dos imperadores Diocleciano e Constantino. Tais medidas foram aplicadas a fim de gerir a instabilidade de ordem política, econômica e social que infligiu o Estado romano no decorrer do século III, na denominada “Crise do Terceiro Século” (SILVA; MENDES, 2006, p. 197).<sup>5</sup>

---

o controle do tráfico na região (ERRINGTON, 2006, p. 45). A fim de definirmos com maior precisão as sociedades não romanas, optamos pelo vocábulo “germânicos” em oposição ao termo “bárbaros”, que de modo genérico significa qualquer povo não falante do latim ou grego. Assim, os “germânicos” englobam uma série de povos que viviam para além dos rios Reno e Danúbio, como francos, godos, anglos, saxões, burgúndios, teutônicos, lombardos, alamanos, vândalos, entre outros (FUNARI; CARLAN, 2007, p. 19), dentre os quais os alamanos tiveram maior impacto no contexto político e de guerra do governo de Valentiniano.

<sup>4</sup> A numeração da epístola de Símaco disposta acima se refere à publicação da editora Gredos (1990), pois a versão disposta na *Loeb Classical Library* (1919), à qual recorreremos, não se encontra numerada.

<sup>5</sup> O período antecedente às reformas iniciadas por Diocleciano é definido pela historiografia como “Crise do Terceiro Século”, “Anarquia Militar” ou “Período dos Imperadores Soldados”. Nesse contexto, houve uma sucessão contínua de imperadores que governaram por pouco tempo em função de suas mortes repentinas, causadas por conflitos nas fronteiras, ou por conta de insatisfações existentes dentro do próprio exército. Essa época ficou marcada por uma grave crise política e econômica, na qual os imperadores não conseguiam elaborar características próprias de governo, indicar sucessores ou obter êxito na defesa do Império contra as invasões estrangeiras. Aliado a isso, os altos gastos com o exército, a corte e questões burocráticas, sem contar as invasões

Uma das principais reformas identificadas no *Dominato* se deu com Diocleciano e sua iniciativa de dividir a gerência do Império entre quatro governantes. A chamada tetrarquia dispôs o poder entre dois Augustos e dois Césares, o que tornou praticamente irreversível a divisão do Império, que, adiante, se manteve administrado por dois ou mais imperadores (SILVA; MENDES, 2006, p. 199). Ainda, essa divisão marcou, em definitivo, um distanciamento da cidade de Roma como centro de poder, visto que as residências imperiais se multiplicaram e deixaram de ser permanentes. Outras reformas em diferentes esferas também foram executadas, como um aumento dos efetivos burocráticos, a reorganização do exército e a arrecadação dos impostos (LO CASCIO, 2005, p. 172-173).<sup>6</sup>

No *Dominato* houve um processo de centralização do poder nas mãos do governo central, em função das diferentes reformas que criaram instrumentos para que o poder imperial, de maneira efetiva, pudesse interferir nas diferentes esferas da administração pública, o que significou um controle maior do Estado sobre a sociedade (SILVA, 2018, p. 72). Nesse cenário de reformulação da estrutura administrativa, a legitimação do poder dos monarcas ganhou novos precedentes, como, por exemplo, a aproximação do governante à esfera do divino. Se o período do *Principado* funcionou como um regime de exceção constantemente prorrogado, no *Dominato* o imperador foi visto como uma figura capaz de restaurar a ordem no mundo romano, um modelo de virtude para os súditos, apto a superar os diferentes impasses que acometiam o Império (SILVA; MENDES, 2006, p. 202).<sup>7</sup>

---

e pilhagens, atestavam as dificuldades do Império para se manter, em termos de recursos econômicos (GONÇALVES, 2006, p. 175; 185-188).

<sup>6</sup> Se por um lado as reformas empreendidas por Diocleciano, sobretudo por meio da tetrarquia, anunciam o estabelecimento de um novo sistema de poder, não podemos desconsiderar os aspectos históricos que permitiram o desenvolvimento do *Dominato*. Tais indícios podem ser aferidos desde os tempos de Adriano (117-138), com um esforço de centralização das atividades político-administrativas na *domus* imperial, e, adiante, através da diminuição das prerrogativas do Senado por parte da dinastia dos Severos (193-235) (SILVA, p. 70, 2018). Por outro lado, os esforços que sucederam a Diocleciano marcaram um sistema complexo de grandes reformas, possibilitando a institucionalização do *Dominato* (MENDES, 2002, p. 141).

<sup>7</sup> É conhecido como *Principado* o sistema político iniciado no governo de Otávio Augusto (27 a.C.-14 d.C.), no qual a figura política do *princeps* passou a reunir uma série de prerrogativas referentes às instituições da República, dentre elas o poder de *imperium* sobre o mundo romano (MENDES, 2006, p. 26-27).

Quanto à figura dos governantes, identificamos um processo de fortalecimento da majestade imperial, que, em termos simbólicos, esteve cada vez mais onipotente diante das mudanças e reverses pelos quais o Império passava. Também houve um processo de divinização da figura do imperador, sendo progressivamente associado ao mundo do sagrado, de modo que os monarcas eram vistos como interventores do universo divino entre os homens. Além disso, uma série de mecanismos foram utilizados para atestar essa nova natureza do governante, como os rituais de culto ao imperador, os símbolos iconográficos e a produção de textos em caráter laudatório, os panegíricos (SILVA, 2015, p. 24-25; 155-153).

Ainda que a institucionalização do *Dominato* tenha significado um período de estabilidade, o Estado romano precisou mediar os interesses que emergiram com esse novo sistema de poder. As reformas possibilitaram a sustentação do Império sobre as dificuldades anteriores, todavia, também abriu precedente para novos conflitos, como o fenômeno das usurpações. A reorganização espacial do poder, não mais centrado na cidade de Roma, proporcionou a alteração dos aparatos humanos destinados a compor a administração estatal. Como indica John Weisweiler (2015, p. 17), nos três primeiros séculos da Era Cristã a elite senatorial romana era, essencialmente, composta por um pequeno grupo de indivíduos que compartilhavam uma mesma cidade, Roma. A partir do século IV, novas carreiras receberam a classificação senatorial, houve novos ingressantes, e essa elite se tornou mais volumosa. Se antes o Senado era formado por um pequeno grupo centrado em uma cidade, o século IV foi palco da consolidação de uma nova elite senatorial, de caráter transregional, com indivíduos dispostos em diversas províncias do Império.

Embora esse aspecto transregional tenha se ratificado durante o *Dominato*, devemos ponderar que tal fenômeno não se deu de forma repentina e deve ser entendida como um processo, uma vez que, desde o século I, já era possível identificar a ascensão de elites provinciais às ordens equestre e senatorial. A ascensão do imperador Septímio Severo (193-

211) e de sua família, oriundos de *Lepcis*, na África (LIMA NETO, 2015, p. 153), pode ser citada como um exemplo desse processo de descentralização de poder no Império.

Nesse contexto de transformações políticas, no fim do século III e no decorrer do século IV, averiguamos como as Gálias, em especial a cidade de *Augusta Treverorum*, na *Gallia Belgica*, tornaram-se cada vez mais importantes no cenário de manutenção do Império no Ocidente, sobretudo a partir de aspectos políticos, militares e econômicos. Tal constatação se faz diante da emergência do “Império das Gálias”, no século III, um Estado dissidente do Império Romano, existente entre os anos de 260 e 274, no qual *Augusta Treverorum* e sua aristocracia ocuparam posição de destaque (WIGHTMAN, 1985, p. 193-194).<sup>8</sup> Já no século IV, reanexadas ao Império Romano devido a sua relevância política e militar, as Gálias foram residência permanente dos imperadores, sendo a cidade de *Augusta Treverorum* preferencialmente escolhida pelos governantes do Ocidente romano para sediar a corte imperial (SZIDAT, 2015, p. 120; 123).

A partir dessas peculiaridades do período, a análise empreendida é relevante na medida em que podemos compreender as particularidades de uma composição poética na vinculação a uma imagem pública do governante, alinhada a sua promoção. Tal perspectiva se torna inteligível devido ao fato de que o *Mosella* dialoga consideravelmente com o gênero panegírico, sobretudo nos trechos que atestam as vitórias do imperador e de seu filho (SHANZER, 1998b, p. 296). Em nossa opinião, tal poema possui estreita conexão com o governo de Valentiniano e fez parte do processo de legitimação desse imperador, dado que o contexto de sua escrita, em 367, coincide com um momento de crise política, devido a problemas de saúde do imperador e a sua incapacidade de apaziguar pressões políticas internas e problemas militares com o *limes*

---

<sup>8</sup> Para a melhor compreensão sobre o desenvolvimento histórico de *Augusta Treverorum* e sobre a conjuntura do Império das Gálias, recomenda-se a leitura do Capítulo 2 desta Dissertação.

do Reno,<sup>9</sup> e considerando que as Gálias foram, sobretudo a partir do fim do “Império das Gálias”, palco de intensas disputas políticas em que o posto máximo do Império foi posto à prova: no século III, são identificadas as usurpações de Eliano e Amando à frente dos bagaudas, as de Caráusio e Alecto, e, no século IV, aquelas empreendidas por Magnêncio, Silvano e Juliano (SILVA, 2018, p. 101-104).

Por analogia podemos associar a composição do *Mosella* aos panegíricos escritos nas Gálias, nos quais o gênero laudatório não se restringia ao enaltecimento da figura do imperador, mas funcionava como um mecanismo de afirmação das próprias elites regionais (ZARDINI, 2015, p. 190). Assim, os panegíricos são um ponto de partida importante para investigarmos o *Mosella*, visto que o fenômeno político também se ampliava para além da esfera do imperador e ambiciona alavancar as elites gálicas no seio da distribuição de poder ofertada pelo Império.

Ao considerarmos também outras esferas de poder, a pesquisa inova na medida em que interpretamos a legitimação do imperador de forma não desconectada dos interesses que ultrapassam aqueles estritamente vinculados ao Estado, mas nos atemos às expressões políticas que versam sobre a própria construção do espaço e de seus habitantes, ou seja, como a leitura apresentada por um indivíduo da elite galo-romana, nesse caso Ausônio, acerca da realidade produziu uma interpretação coletiva desse grupo social. Todavia, somos absolutamente conscientes de que essa elite era diversa e plural, com diferentes interesses, sendo o documento uma oportunidade de se construir uma idealização de união, que em realidade não existia. Essa elaboração é percebida por meio da apropriação de eventos, símbolos e códigos próprios do universo cultural greco-romano, que demonstram, através de um arquétipo de habitante da *Gallia Belgica*, a existência de traços comuns e inatos aos gauleses, capazes de produzir um

---

<sup>9</sup> Para a compreensão do contexto de crise do governo de Valentiniano, recomenda-se a leitura do subcapítulo “O governo de Valentiniano”, no capítulo 1. Destacamos que as Gálias foram cenário constante de disputas pelo poder imperial.

sentimento de união, mesmo diante das dissidências no plano real. Dessa forma, o aprofundamento em características literárias que, para além do panegírico, são comuns na poesia latina tardo antiga, sugere que essa estrutura de texto e narrativa tem suas ferramentas próprias utilizadas no propósito político, e que o *Mosella*, portanto, versa não apenas sobre uma propaganda do imperador, mas sobre uma elite com traços em comum e alinhada ao propósito do governante.

Dentre a riqueza de referências utilizadas pelo autor na composição do *Mosella*, aquela que mais suscita nossa indagação é o evento da *naumachia*. As *naumachiae* foram espetáculos aquáticos, nos quais batalhas navais eram simuladas e rememoradas em cerimônias públicas. Tais performances atingiram seu auge no período do fim da República e nos dois primeiros séculos do Principado, quando foram financiados, principalmente, por imperadores, como uma demonstração de seu prestígio. Embora as evidências escritas sejam abundantes sobre o período referido, outras referências, sobretudo arqueológicas, apontam para a ocorrência dessas realizações também na Antiguidade Tardia. A *naumachia* do *Mosella* é um momento no qual o poeta identifica na prática cotidiana dos barqueiros uma ação análoga a esses eventos. A cena, absolutamente única, é uma mistura de elementos romanos com a cultura regional, repleta de significados sobre o caráter bélico e comportamental da sociedade gaulesa.

\*\*\*

A delimitação da abordagem desenvolvida se faz perante um estudo da historiografia dedicada à análise do *Mosella*. Grande parte das interpretações se encontra em artigos científicos publicados em periódicos especializados, cujas produções aumentaram, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Dessa forma, apresentaremos as

principais pesquisas dedicadas ao documento, a maneira como contribuem para o nosso objeto e como são alvo de nosso reparo, a fim de que avancemos com o desenvolvimento de uma nova interpretação dentro do debate historiográfico.

Delimitamos a existência de duas tendências historiográficas distintas de interpretação do documento. Primeiro, as interpretações que se dedicam a discutir o *Mosella* como um poema de natureza, acima de tudo, política, que podem seccionar em dois grupos distintos de estudos e reflexões: os que o consideram diretamente conectado com a corte imperial, mais precisamente como uma peça de propaganda do governo de Valentiniano, e os que o relacionam às convicções pessoais do próprio Ausônio, cujas ideias estariam dissociadas do imperador, e, por vezes, contrárias a ele. Já na segunda tendência, reúnem-se, de maneira geral, as análises que distanciam o *Mosella* do fenômeno político. Assim, encontramos hipóteses variadas, nas quais a questão política é criticada, ignorada ou minimizada, de modo que outros significados são construídos a fim de explicar os motivos e as intencionalidades do poeta.

O desenvolvimento da interpretação do *Mosella* como uma peça de propaganda do governo de Valentiniano é identificado, principalmente, em duas referências. O primeiro a pensar a questão foi Friedrich Marx (1931, p. 375-376), para quem seria um equívoco compreender o poema como a difusão de um senso de beleza natural e agrária, uma simples diversão poética destinada ao agrado de amigos. Pelo contrário, o poema seria uma omissão direta da realidade que estava em volta da própria sede do Império, sugerindo uma viagem pacífica pela bacia do Mosela. No entanto, isto não significa pensar que o texto do poema estaria desprovido de elementos políticos em sua produção. Neste sentido, Ausônio teria sido compelido a produzir e entregar cada verso à leitura prévia de Valentiniano, cujo desagrado colocaria em risco sua vida.

Marx foi responsável por levantar uma questão até então não pensada, ao vincular a relação direta de Ausônio como um poeta de corte aos interesses do próprio imperador. Sua

argumentação, como marco historiográfico, estimula uma nova forma de se abordar o documento, abrindo precedente para pensarmos a ação de Ausônio não apenas como um tutor, mas também como um poeta de corte, alinhado aos interesses do governante. Todavia, devemos levar em conta que o apoio de Ausônio ao imperador não significa, necessariamente, um dado constante, pois o documento não é, em seu todo, explícito quanto às qualidades do governante. Além disso, consideremos, também, que o apoio expresso no *Mosella* pode ter um caráter circunstancial, em função da posição de subordinação do escritor. Ou seja, a interpretação de um poeta coagido pelo imperador limita outras percepções, como aquelas evidências que anunciam uma aristocracia galo-romana primordial ao Império, o que interessaria não apenas ao imperador, mas também a esse meio aristocrático no qual o poema circulou.

Se Marx havia tecido uma nova tese, esta, adiante, foi alvo de reparos e de uma análise mais sistematizada das evidências contidas na documentação. Assim, Charles-Marie Ternes (1970, p. 357) foi responsável por tornar mais densas as argumentações acerca da função propagandística do poema, ao entender que o *Mosella* possui caráter didático, panegírico e essencialmente político. Nesse momento se evoca, nas reflexões deste autor, a comparação com poetas como Ovídio e Virgílio no que se refere à composição de uma poesia alinhada aos interesses do Estado e legitimadora das ações imperiais, algo que, até então, havia ficado implícito, ainda por se discutir, no pensamento de Marx.<sup>10</sup> Seguindo Ternes, o *Mosella* esconderia uma série de paisagens reais, ao tecer comparações e reapropriações que evocariam paisagens de *Burdigala* e de Roma.

Para Ternes (1970, p. 393), a paisagem real nunca é o ponto de partida, mas alvo de truques e teatralizações. A questão que se evoca é a razão pela qual Ausônio opta por essa forma literária laudatória ao rio. O *Mosella* faria parte do programa político de Valentiniano, que almejava recuperar o controle sobre o Reno, como uma propaganda das benesses promovidas

---

<sup>10</sup> Ovídio e Virgílio foram poetas contemporâneos à transição política da República para o Principado, cujas obras compõem o cânone da chamada literatura latina clássica.

pelo governante na região. O objetivo do imperador seria não apenas submeter os germânicos ao seu controle, mas também conquistar sua amizade, exaltando a ação do Império Romano como uma obra-prima na região de *Augusta Treverorum*. Nesse sentido, o poeta teria recebido a missão de recuperar uma região que na realidade estava em decadência, ou seja, de produzir uma imagem idealizada do local. Ternes foi responsável por abandonar a ideia de um poeta coagido, inserindo o poema como uma peça integrante do projeto do governo de Valentiniano. Ressalta-se, portanto, a dimensão persuasiva da obra, na qual o *Mosella* não somente revela a realidade – que seria política – mediante a descrição de uma paisagem idílica, bucólica e, por vezes, memorialística, mas o faz por meio da inserção de valores da cultura greco-romana àquela realidade.

Tais interpretações influenciaram de modo significativo o olhar acadêmico sobre o *Mosella*. Não obstante, ao longo das décadas subsequentes, outras análises do documento emergiram, sendo a tese da propaganda de Valentiniano por vezes admitida como um dado inato, e, outras vezes, criticada tenazmente. Contudo, não identificamos uma problematização capaz de repensar esta linha de análise, a fim de superar as críticas que foram elaboradas.

A partir da década de 1980, a historiografia foi marcada pela emergência de novas interpretações sobre o *Mosella*, dentre as quais, aquelas que consideramos de natureza política, porém com o olhar distanciado da figura do imperador e do poema como uma possível propaganda, isto é, interpretações com maior atenção às convicções e aos interesses pessoais do próprio poeta. Houve também abordagens da outra vertente historiográfica, aquela cujo fenômeno político do poema é minimizado ou desconsiderado. Analisemos adiante as interpretações de acordo com suas respectivas tendências.

Na sequência da tendência historiográfica de interpretação política do *Mosella*, nesse caso, aquelas não propagandísticas, Michael Roberts (1984, p. 348; 350) traz uma visão que privilegia a relação entre os elementos humano e natural. Para o autor, o poema é repleto de

descrições que revelam a violação de fronteiras entre diferentes mundos, sendo a fronteira essencialmente o próprio rio, tanto no plano vertical, quanto no horizontal. Dessa forma, a prática da pesca seria uma violação direta entre o plano aquático e aquele acima das águas, revelando uma ação negativa por parte dos pescadores. As descrições arquitetônicas revelariam a imposição humana através de um fluxo desfavorável em contraste com a beleza da paisagem natural.

Roberts (1984, p. 352) destaca que provavelmente Ausônio possuía ressalvas diante da política bélica de Valentiniano no *limes* do rio Reno, ou seja, que ele estaria em desacordo com a promoção de uma empreitada de guerra na região. Logo, as diversas referências sobre a violação de fronteiras, bem como a utilização de uma linguagem militar para descrevê-la, funcionariam como metáforas expressando a desaprovação do poeta. Apesar de produzir uma nova interpretação sobre o documento, o entendimento de Roberts é pouco plausível. A crítica às ações militares de Valentiniano, conforme argumentado por Roberts, está fundamentada em evidências de difícil interpretação. Além disso, a inferência sugerida pelo autor, mesmo que de forma velada, pode ser um pouco difícil de ser sustentada considerando a pouca projeção política de que Ausônio gozava no momento de escrita do poema e, portanto, sendo mais razoável a necessidade deste último de alinhar-se a Valentiniano para manter sua posição.

Já Edward Kenney (1984, p. 191-192), no início de seu artigo, citou a ideia da dimensão propagandística subjacente ao poema a partir das interpretações de Ternes (1970), apesar de não desenvolver ao longo de seu texto a dimensão da propaganda. Sua contribuição, que para nós é uma das mais singulares, encontra-se no fato de ele trazer à tona a perspectiva cultural na escrita de Ausônio. Assim, o poeta teria consciência da cultura rica e complexa que havia herdado, esforçando-se para difundi-la e mantê-la intacta para a posteridade por meio de seus versos. Então, o *Mosella* não seria uma mera peça literária decorativa, mas um documento

derivado de fortes convicções do poeta, expressando uma extraordinária continuidade da cultura greco-romana.

A interpretação de Kenney estimula nossa reflexão. Todas as referências e comparações da paisagem descritas no *Mosella* a elementos culturais greco-romanos, que, no entendimento de Marx (1931) e de Ternes (1970), são truques ou omissões, ganham uma nova visão, sendo interpretadas como a afirmação de valores culturais próprios do poeta e da elite à qual pertencia. Não obstante, Kenney deixa a questão em aberto, pois, apesar de associar o *Mosella* a uma propaganda de Valentiniano, ele não os conecta às referências culturais mapeadas, que são a maior originalidade dos argumentos presentes na interpretação do autor, e que são concernentes ao rio, na visão de Ausônio. Esta nova forma de pensar as evidências do documento abre precedente para repensarmos a interpretação política sobre o *Mosella*, não mais como uma dissimulação da realidade, mas compreendendo que as referências que compõem o poema atribuem significados ao espaço e aos habitantes do rio, elementos capazes de promover o imperador, e, além disso, de comunicar uma ideia coletiva acerca das elites galo-romanas.

René Martin (1985, p. 240) reafirmou a dimensão política do *Mosella*, entretanto rejeitou a ideia de uma propaganda vinculada ao governo de Valentiniano, com a hipótese de que o poema é uma composição totalmente pessoal, fruto de uma experiência vivida a qual o texto reflete com toda a intensidade. O poema estaria influenciado pela forma como os panegíricos eram compostos, no entanto os exageros e comparações que associavam a paisagem da região a outros lugares do Império não seriam necessariamente parte de um projeto de propaganda, mas uma característica própria da concepção poética da época. Então, as convicções políticas estariam expressas de três maneiras, descritas a seguir.

Primeiro, através de um elogio à política militar de Valentiniano contra os povos germânicos, a qual estaria produzindo um sentimento de paz ao *limes* da Gália Bélgica. Em um segundo momento, através da afirmação de aspectos administrativos do Império, na qual, por

meio dos homens da região de *Augusta Treverorum*, o poeta teria descrito os mecanismos administrativos do Baixo Império, com uma espécie de Senado em miniatura, a ação de magistrados e juristas, além de indivíduos da administração provincial. O terceiro aspecto diz respeito à formulação de uma proposta de governo própria para a *Gallia Belgica*, fato que só veio a se consolidar na ocasião em que Graciano se tornou imperador e a influência política de Ausônio aumentou consideravelmente. Assim, no *Mosella*, Ausônio estaria propondo um governo de caráter aristocrático, não voltado para a guerra e de rejeição aos grupos populares (MARTIN, 1985, p. 244-246).

Para nós, todavia, não parece condizente a ideia de uma dimensão política dissociada do próprio governo de Valentiniano. Em realidade, a leitura de Martin se sustenta a partir de acontecimentos futuros, a morte de Graciano, a ascensão de Ausônio ao consulado e a sua respectiva influência nas ações administrativas do imperador. No contexto de escrita do poema, identificamos os problemas de ordem política e militar, que a análise de Martin elucida pouco. Outro ponto a ser destacado corresponde a uma possível rejeição de Ausônio às classes populares, do que discordamos.

No *Mosella* há a descrição de diversas pessoas que compõem a paisagem do rio, as quais, para além daquelas que podemos identificar como grupos aristocráticos, são pessoas comuns que dão vida àquela realidade. O lavrador, o pescador, o barqueiro, o viajante: são estes personagens que assumem a vida cotidiana do rio e compartilham os valores culturais greco-romanos ao lado da paisagem descrita pelo próprio Ausônio. Embora não tenhamos condições de averiguar se esses grupos tiveram acesso ao documento, sendo provável que não, em função do pouco letramento desses grupos, seria um equívoco considerar que esses foram desqualificados, haja vista que, em vários momentos, como avaliamos ao longo desta Dissertação, eles assumem o papel de protagonistas e difusores de comportamentos que reverberam na leitura das aristocracias sobre sua própria condição de comunidade galo-romana.

Além disso, também é pertinente reavaliar a interpretação feita por Martin sobre os recursos poéticos empregados no *Mosella*. Para o autor, as referências acerca da cultura greco-romana são apenas recursos formais, pertencentes à maneira como a poesia era feita na Antiguidade Tardia, e tais evidências estariam reduzidas a recursos meramente estilísticos. Tal interpretação, no entanto, restringe as convenções do gênero escrito apenas à perspectiva linguística e do próprio texto, ignorando todo o arcabouço de referências políticas às quais tais termos se referem.

Outra interpretação, mais recente, reside em Giampiero Scafoglio (2003, p. 525), o qual considera que Ausônio compartilhava da política imperial apenas em parte. Dessa forma, o propósito desse poeta, com a produção do *Mosella*, seria celebrar a paz na província da *Gallia Belgica* em contraste com a desolação existente no outro lado do *limes*, entre os povos germânicos. No entanto, ao contrário do que se possa pensar, Ausônio estaria exprimindo uma ideologia pacifista, anti-imperialista e antimilitarista, evidentemente oposta à proposta de Valentiniano, caracterizado por ações mais bélicas do que diplomáticas. Assim, o propósito de Ausônio estaria em afirmar o desejo de delimitar o rio Reno como fronteira final do Império, na qual estaria claramente dividida a *Gallia Belgica*, com todas as suas qualidades pacíficas e de natureza greco-romana, em contrapartida à realidade germânica. Nesse contexto, a intervenção militar de Valentiniano, para além do *limes*, seria vista por Ausônio como uma alternativa inapropriada e contrária aos seus valores pacifistas (SCAFOGLIO, 2003, p. 538-539). Para nós, essa concepção é difícil de ser sustentada, pois desconsidera todo um histórico de guerras que erigiram o Império Romano, um valor que pode ser percebido nas próprias passagens do poema em que batalhas são rememoradas a partir da paisagem do rio.

Apesar de nova, a interpretação de Scafoglio retoma, em linhas gerais, aquela já levantada por Roberts (1984). Portanto, o *Mosella* seria um mecanismo utilizado por Ausônio para contestar a ação militar de Valentiniano, sobretudo no que diz respeito a suas investidas que

ultrapassavam o *limes* do Reno. Scafoglio nos é benéfico ao avançar em pontos do documento que identificam a associação da paisagem do rio com valores culturais romanos, contudo, o autor é pouco promissor ao defender sua hipótese de um Ausônio pacifista, porque é difícil identificar com clareza os argumentos que definem o *Mosella* como uma obra contrária às ações militares. De maneira oposta, Scafoglio (2003, p. 535) usa argumentos pouco precisos para dar outro sentido àquilo que está muito evidente. Isto é, nos versos 418-437, nos quais há uma explícita referência ao êxito militar de Valentiniano e Graciano contra os povos germânicos, o autor busca no significado de uma expressão, com pouco sucesso, explicar a existência de um Ausônio pacifista que, para nós, simplesmente não existe. Observaremos ao longo desta Dissertação como não só no *Mosella*, mas em outras documentações, Ausônio evidencia seu apreço pelo caráter militar tanto de Valentiniano, quanto de Valente.

Para Jesús Hernández Lobato (2016, p. 231), o *Mosella* se refere a uma experiência quase mística, de revelação, na qual Ausônio tenta reproduzir, em uma linguagem escrita, um sentimento epistemológico e filosófico. Ao analisar as metáforas do documento, o autor adverte que atualmente não há dúvidas sobre o espírito político que nele existe. Dessa forma, o *Mosella* seria um prenúncio do próprio Império, uma extensão da civilização clássica, ou seja, uma metáfora de Roma e seu governo, reunindo toda a diversidade sob um poder unificador. Ainda, Ausônio estaria tentando produzir, sobre o rio Mosela, um equivalente do que Virgílio produziu, no tempo de Augusto, sobre o rio Tibre.

Por conta da leitura do rio como uma metáfora do Império, Hernández Lobato (2016, p. 249) compreende que o *Mosella* não seria uma propaganda. Segundo ele, a temática do rio já possuía uma longa tradição literária como símbolo de constante mudança, efêmero e inacessível, características não promissoras para um programa de propaganda imperial. Então, a ideia de movimento e fragilidade seria uma forma de Ausônio problematizar a identidade de

Roma, ou seja, seria uma metáfora das mudanças do Império tardo-antigo, uma transformação insegura, mas não privada de certo otimismo.

Lobato não recusa a importância das referências políticas existentes no documento, entretanto, a fim de defender a hipótese de que o *Mosella* foi uma tentativa literária de reproduzir uma experiência vivida pessoalmente, o autor nega a possibilidade de que seu propósito final tenha sido uma propaganda, a partir do argumento do rio como uma metáfora. No que diz respeito a essa questão, é importante que nos atentemos para o fato de que essa posição sobre o significado dos rios não é unânime. Danuta Shanzer (1998b, p. 292) demonstra que, no tempo de Ausônio, a personificação dos rios também poderia funcionar, de forma análoga, com a tutela dos deuses sobre determinado lugar. Corriqueiramente, os rios simbolizavam uma região pacífica, ou personificavam um progresso de conquista militar seguindo o curso d'água.

O maior problema que identificamos nas interpretações políticas, seja a vertente propagandística ou a de aspirações pessoais do poeta, reside na inexistência da aplicação de uma visão política renovada. Se por um lado o poema é compreendido a partir do Estado como um centro de poder (MARX, 1931; TERNES, 1970), por outro, a interpretação de outros aspectos políticos do interesse de Ausônio (ROBERTS, 1984; MARTIN, 1985; SCAFOGLIO, 2003) dão significados muito particulares e difíceis de se identificar com os interesses políticos de outros grupos de poder. De fato, não negamos o caráter laudatório direcionado por Ausônio ao governo em função das próprias circunstâncias da escrita do documento. Todavia, não nos retemos a uma interpretação do Estado como único centro emanador das ações políticas em uma sociedade, pois entendemos, a partir de uma nova interpretação do fenômeno político, que o exercício do poder também se faz a partir de outros agrupamentos humanos dentro de uma sociedade (JULLIARD, 1976, p. 190-191). Nesse sentido, também buscamos compreender a

interpretação de Ausônio, como membro da elite galo-romana, sobre essa realidade e a mensagem que buscou transmitir a seus pares.

Na sequência analisamos as interpretações da tendência historiográfica que distancia o documento do fenômeno político. Dentre elas, podemos considerar Carole Newlands (1988, p. 404), autora que revisita a leitura produzida por Kenney (1984) e acredita que Ausônio carrega as influências culturais romanas, mas que ele as conduz de maneira crítica. No caso, a influência romana de representação da natureza, encontrada na obra *Silvae*, do poeta Estácio, que a apresenta como uma figura passiva e ornamental, seria uma ideia contrariada por Ausônio. O *Mosella* faria um elogio às qualidades existentes na natureza independente da atuação humana e, mesmo, apresentaria os trabalhos da natureza como superiores aos dos homens. Com essa leitura, Newlands abre precedente para uma nova concepção do poema em que a proposta de Ausônio estaria em representar a maneira como a natureza se sobressai diante da intervenção humana, deslocando, portanto, o foco de análise das implicações políticas da obra.

Na esteira desse raciocínio, Roger Green (1989, p. 304; 307) defende que uma das principais características do *Mosella* está na forma como o mundo natural se coloca à frente do elemento humano, sendo os homens subordinados à paisagem onde vivem e trabalham. O autor categoriza quatro formas de relação entre homem e natureza, em que os humanos poderiam ser ignorados, distanciados, diminuídos ou censurados. Green pode ser considerado o principal crítico da tese da propaganda, pois entende que, apesar das circunstâncias políticas no momento de escrita, o poema é surpreendentemente livre de alusões políticas ou alguma forma de propaganda. Desse modo, se, de início, vemos a tensão entre duas grandes vertentes historiográficas de aproximação e distanciamento da interpretação política do poema, em um segundo momento, observamos uma abordagem de interpretação mais centrada nas relações homem *versus* natureza, em detrimento da consideração acerca dos fenômenos do poder e da política.

A tendência historiográfica que aqui nominamos de ambiental está relacionada a uma tendência atual dos estudos históricos em direção à aproximação de duas subáreas do conhecimento histórico: a História do Meio Ambiente e a História Social. Não obstante, mesmo nessa tendência, é possível observarmos os fenômenos no âmbito do político, embora alguns autores almejem se distanciar disso. Na verdade, esse alheamento está mais relacionado ao conceito tradicional de política do que propriamente fundamentado em uma defesa do afastamento de interpretações que considerem o fenômeno no âmbito da esfera política.

Em comentários de uma edição das obras de Ausônio, Green (1991, p. 457) descreve melhor sua crítica à tese da propaganda. Primeiro, direciona-se a Marx (1931) e defende que o imperador Valentiniano podia ter uma personalidade rude e agressiva, todavia não teria sido um censor, de modo que seja improvável que ele tenha controlado o passo a passo da escrita do *Mosella*, ameaçando a vida do poeta. Ademais, Green também criticou Ternes (1970), ao observar que os exageros contidos na obra seriam fruto da própria concepção poética da época e, que, além disso, a ideia de uma região em decadência, escamoteada pelo poema, não seria condizente com a realidade, baseando-se em evidências arqueológicas.

Podemos considerar que as críticas de Green são pertinentes, mas, por si só, não são suficientes para deslegitimar a tese da propaganda, visto que atingem pontos muito particulares das análises. O problema da perspectiva de Marx (1931) reside na incapacidade de se provar, em termos documentais, tamanha ingerência do imperador sobre a obra, hipótese que não levamos adiante. Ainda, Ternes (1970) é criticado na forma como aborda as evidências documentais, ao entendê-las como recursos escamoteadores da realidade, perspectiva que também não corroboramos. Posto isso, estamos convictos de que a tese da propaganda ainda continua em aberto, carecendo de reparos e de um novo olhar sobre as evidências documentais.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de destacar ainda uma outra interpretação bastante peculiar cujo representante é Rabun Taylor (2009, p. 183), o qual defende

que o *Mosella* está muito mais relacionado a questões pessoais e psicológicas de Ausônio do que a questões morais ou de alcance do Império, portanto, as temáticas diriam mais sobre a transposição de fronteiras dentro da própria vida do poeta. Taylor entende que o principal objeto do poema seja a relação entre as águas, os reflexos e as ilusões por elas produzidas, e propõe dois argumentos centrais. O primeiro é o de que sua superfície e profundidade correspondem respectivamente à ilusão e à verdade, sendo a clareza dessas águas acessível àqueles que as procuram. O segundo, que essa clareza é revelada no subtexto do poema, e depende do leitor e de sua capacidade de interpretá-la. Dessa forma, sustenta-se que os reflexos não reproduzem, na realidade, eventos, mas são reproduções fantasmagóricas da morte sobre o mundo dos vivos.

Observamos que nessa nova vertente historiográfica ganha precedente a interpretação da paisagem natural como elemento central do poema, ou mesmo da obra como fruto das subjetividades psicológicas do poeta. Tais explicações têm sua parcela de contribuição na esfera acadêmica, ao tentar oferecer respostas às metáforas e aos recursos estéticos que o preenchem. Porém, não avançam, em absoluto, na resposta de problemas essenciais que estão colocados e que para os historiadores são essenciais: as questões de cunhos coletivos, sociais e não psicologizantes. Intriga-nos, portanto, inferir sobre as razões pelas quais Ausônio escreve o poema, inspirado em obras de proporções épicas, em um contexto repleto de contendas, no qual a própria legitimação do imperador Valentiniano estava ameaçada – como veremos adiante, ele era alvo de descontentamento por parte da aristocracia galo-romana. Para nós, o *Mosella* não é fruto apenas de um senso estético, psicológico, ou de natureza, produzido sobre a paisagem de rio qualquer, muito menos se restringe apenas ao aspecto de uma política, em seu sentido tradicional.

Advogamos, portanto, por um retorno à tese de que o poema seja uma peça de propaganda do governo de Valentiniano, mas assim o fazemos porque identificamos interpretações pouco satisfatórias na interação dos fatores externos e internos do seu contexto de tecitura. É

necessário revisitar a tese do *Mosella* como uma propaganda política. Não obstante, nossa leitura objetiva superar os pontos dessa tese que foram criticados pelas escolas de interpretação literária, cultural e ambiental, e revisitar o próprio conceito de propaganda. Neste sentido, assumimos a perspectiva de Kenney (1984), assinalando as metáforas, comparações e atributos estéticos do *Mosella* como recursos de afirmação de um repertório cultural do poeta, mas, agora, relacionados diretamente com o propósito propagandístico.

Outro ponto que aprofundamos reside na representação idealizada que o poeta constrói acerca do espaço e de seus habitantes. Nesse caso, buscamos entender os significados imputados àquela realidade que comunicam ao público leitor, em especial às elites gálicas, um sentimento comum de compartilhamento de um determinado padrão comportamental e cultural que as distingue das demais aristocracias ocidentais. Dessa forma, oferecemos um outro olhar a evidências que não se limitam ao espectro da propaganda ao imperador, mas viabilizam a imagem de Ausônio sobre si e seus pares, ou pelo menos de como deveriam ser vistos. A exploração de tais questões permite que a leitura histórica sobre o *Mosella* seja ampliada, a partir de uma reconsideração das evidências documentais, que apontam as questões políticas de interesse não apenas do imperador.

Tais questões são essenciais no avanço do debate sobre o *Mosella*, pois, de acordo com as tendências da Nova História Política, é possível repensarmos o olhar sobre o fenômeno político, ao entendermos o Estado não mais como único emanador das vontades políticas, mas como um ator político inserido nas relações de poder que ocorrem entre os diferentes setores da sociedade (GOUVÊA, 1998, p. 28). Pelo contrário, tanto o estado imperial quanto os setores sociais podem agir independentemente defendendo seus próprios interesses políticos, estejam estes em cooperação e adesão ou em conflito, uma vez que compreendemos que “o conjunto de instituições não formou um todo coerente perfeitamente integrado” (MACHADO, 1998, p. 13).

\*\*\*

Os *corpora* documentais que fundamentam nossa pesquisa compõem-se, em primeira medida, pelo poema *Mosella*, de Ausônio, mas utilizamos também outros documentos deste mesmo autor, sendo eles o poema *Bissula*, dois epigramas (XXVIII e XXXI), além de uma epístola destinada por Símaco a Ausônio (*Ep.* XIV). Para tanto, acessamos tais obras por meio do compilado de obras de Ausônio publicado pela *Loeb Classical Library*, uma edição bilíngue, em latim e inglês, publicada em dois volumes em 1919 e 1921, cuja tradução e notas ficaram a cargo de Hugh G. Evelyn White.<sup>11</sup>

O *Mosella* se trata de um poema de 483 versos, escrito no contexto das campanhas do imperador Valentiniano contra os alamanos, no qual Ausônio descreve uma série de acontecimentos que ocorrem na bacia do rio Mosela.<sup>12</sup> Outras documentações são importantes no que diz respeito à contextualização do *Mosella* e a sua difusão, dentre as quais dispomos de dois epigramas, XXVIII e XXXI, nos quais temos evidências das vitórias militares de Valentiniano contra os suevos, além dos auspícios de Ausônio a Valente no Danúbio, provavelmente contra os godos.

Definir o epigrama como gênero literário não é tarefa simples por conta das variadas formas existentes dentro de uma mesma categoria, sem contar sua proximidade com outros gêneros, entretanto, algumas características recorrentes ajudam no seu delineamento. Os epigramas são escritos breves, com senso de encerramento, nos quais um evento específico é explorado. Geralmente esses textos se agrupam em coleções e assumem algumas peculiaridades, como o recurso linguístico da dêixis, uma estruturação textual em duas partes e

---

<sup>11</sup> Embora a obra original seja composta em versos, a edição traduzida se encontra em prosa.

<sup>12</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre o *Mosella* está disposta no subcapítulo “Um rio ‘consagrado por versos divinos’: o *Mosella* e a poesia latina do século IV”, no Capítulo 1.

a construção de finais em que os acontecimentos ficam em aberto (CITRONI, 2019, p. 21; 39-40).

O poema *Bissula* possui um caráter muito diferente das demais obras de nossos *corpora* documentais. Nele, temos acesso a um lado bastante pessoal de Ausônio, em que é descrita sua relação com uma criada sueva chamada Bissula, adquirida como espólio de guerra nas campanhas de Valentiniano.<sup>13</sup> A obra foi dirigida particularmente a um amigo, Axio Paulo, sendo precedida de uma introdução em prosa, que adverte o leitor sobre o conteúdo do texto.<sup>14</sup> Infelizmente, o poema não se encontra completo, mas ele é importante para compreendermos o contexto de guerra que Ausônio experimentou vividamente nos anos em que esteve na corte, e que resultou em consequências ao longo de sua vida, no caso, o convívio com Bissula.

Quanto à epístola de Símaco destinada a Ausônio, essa foi selecionada por conta de sua citação ao *Mosella*.<sup>15</sup> Nela, Símaco admite seu descontentamento por não ter recebido uma cópia do poema, que no seu tempo já parecia ter sido amplamente difundido. Trata-se de uma importante fonte, talvez a única, que oferece ao pesquisador a dimensão que a obra alcançou em seu contexto de escrita. Na Antiguidade, o gênero epistolário consistia em uma arte e uma técnica restrita aos grupos letrados. A escrita das cartas assumia regras precisas e funcionava como o principal meio de difusão e compartilhamento de ideias, que podiam ser destinados a indivíduos ou grupos sociais (GONÇALVES; DI MESQUITA, 2010, p. 31-32). Por epístola, designa-se um conjunto literário de conteúdo e forma muito heterogêneos (CASTILLO

---

<sup>13</sup> Alvar Ezquerria (1990, p. 399) e Green (1991, p. 514) mantêm a datação mais recorrente, e associam o evento da captura de Bissula como cativa ao ano de 368 ou 369. Ainda assim, não é improvável que o poema tenha sido revisitado e reescrito muitos anos após esse ocorrido.

<sup>14</sup> Ao que tudo indica, Axio Paulo foi um dos amigos mais próximos de Ausônio, com o qual compartilhava suas experiências literárias, e um dos principais destinatários de suas epístolas, provavelmente escritas em um período em que o poeta já estava em idade avançada (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 399).

<sup>15</sup> Símaco foi um membro da aristocracia senatorial de origem itálica, com reconhecida proximidade com Ausônio, e ficou conhecido por sua atividade como orador, escrevendo panegíricos a imperadores como Teodósio, e por ter defendido ativamente a manutenção de valores pagãos em contrapartida da emergência do cristianismo no Estado romano. O ápice de sua carreira política se deu com o consulado em 391 (ALBRECHT, 1997, p. 1443). Para um entendimento mais aprofundado sobre a obra de Símaco e suas implicações políticas, recomenda-se a leitura de Janira Pohlmann (2012).

GARCÍA, 1974, p. 429) As epístolas se caracterizavam por serem escritos endereçados a um ou mais destinatários específicos e com um tema particular e circunstancial em função da relação entre remetente e destinatário. Embora as cartas tivessem esse caráter estrito, é importante destacar que na escrita epistolar estava implícita a probabilidade de sua leitura por pessoas externas, sendo possível que o remetente tivesse um público maior em mente, e, inclusive, intenção de publicar aquele texto (SOARES, 2013, p. 200-201).

\*\*\*

Duas hipóteses orientam nosso trabalho. Primeiro, Ausônio publiciza a imagem do imperador Valentiniano como responsável por manter a ordem no *limes* do rio Reno e, conseqüentemente, garantir a integridade do ocidente romano contra possíveis invasões germânicas. Assim, a propaganda desenvolvida se ampara na ideia de um governante dotado para a guerra, capaz de comandar, com sucesso, uma investida militar em território inimigo e planejar incursões futuras que assegurem o *status* político da região. Nesse caso, a propaganda vai de encontro ao interesse de Valentiniano em se consolidar no poder e angariar apoio político das elites ocidentais, em especial daquelas oriundas das Gálias. Essa constatação se faz a partir dos acontecimentos do ano de 367, em que foi averiguada pela historiografia a dificuldade desse imperador em assegurar sua posição, dada a condição de enfermidade em que ele se encontrava, o adiantamento de facções gálicas em propor sucessores e a sua necessidade de provar a própria aptidão para combater os germânicos.

Por segunda hipótese, Ausônio lança mão de uma linguagem poética amparada em reminiscências, alusões e referências à tradição literária greco-romana que enaltece o espaço da *Gallia Belgica* e constrói uma comunidade imaginada galo-romana. Essa comunidade é expressa por meio de um arquétipo de habitantes do Mosela que compartilham hábitos, valores

e comportamentos que os conectam à tradição romana, sendo um dos momentos mais emblemáticos a execução do evento da *naumachia* no rio. A leitura idealizada emite ao público leitor pertencente às elites galo-romanas um sentimento de unidade e alinhamento ao propósito político do imperador. Trata-se de uma tentativa de suprimir as dissidências e a falta de apoio ao governo que existia na realidade, transmitindo uma ideia de coesão. Por outro lado, a comunidade imaginada canalizava o sentimento dessas elite galo-romanas em termos de projeção no Império e comunicava a outras elites, como os itálicos, qualidades que seriam inatas aos indivíduos galo-romanos.

\*\*\*

O aporte teórico que fundamenta o desenvolvimento de nossa pesquisa reside em três conceitos: *propaganda*, *comunidade imaginada* e *espaço*. A operacionalização de tais conceitos nos é imprescindível, na medida em que iluminam a leitura das evidências documentais e oferecem rigor no desenvolvimento de nossos objetivos e na aferição de nossas hipóteses.

Para instrumentalizarmos o conceito de *propaganda*, nos amparamos na obra *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, de Peter Burke (2009). Nela, Burke investiga como uma série de veículos de comunicação (literários, imagéticos, numismáticos) foram apropriados para fins políticos, sendo utilizados como mecanismos simbólicos de construção da imagem pública de Luís XIV. Dada a peculiaridade do personagem principal do livro, um rei da França reconhecido por seu longo período no poder, e a farta disponibilidade de documentos, o autor opta por adotar uma racionalidade cronológica, o que nos permite compreender como a representação do monarca foi se alterando ao longo dos anos.

Um fator importante a ser destacado é que a investigação de Burke é voltada para a construção da imagem pública do governante. Não descartamos esse fato na análise do *Mosella*

e da figura do imperador Valentiniano, todavia, não nos restringimos à aplicação do conceito nesses termos, pois buscamos avaliar também a construção de uma imagem pública dos próprios habitantes galo-romanos do Mosela e em conexão direta com o poder imperial. Nesse caso, a propaganda não visa apenas a persuasão do outro, mas também a construção de uma identidade galo-romana capaz de congregar e justificar a própria posição de poder ocupada por esses indivíduos no cenário da corte e do Império. Trata-se de uma propaganda que incorpora duas dimensões: por um lado, uma persuasão performática na forma de criação de imagens e representações; por outro, a publicização e difusão de um documento que promove essa posição de destaque.

Em sua obra, Burke analisa diversas representações, dentre aquelas escritas tanto em verso, quanto em prosa, que possuíam uma natureza pautada na retórica triunfalista e laudatória. Citemos o caso de Jean Chapelin, poeta que assessorou a corte quanto às representações literárias, tendo sido responsável por escrever um “poema heroico” no qual Luís XIV foi apresentado como um cavaleiro com diversas habilidades. Ainda, em outros momentos, o rei teve sua imagem associada a heróis do passado, sendo os deuses e as figuras mitológicas que remontam à Antiguidade Clássica apropriados como alegorias de suas qualidades morais (BURKE, 2009, p. 35; 46).

Existe também o estudo de outras representações, como pinturas, estátuas e moedas que igualmente fizeram parte desse bojo artístico de construção da imagem real. Para nós, o que cabe mais considerar diz respeito à possibilidade de operacionalizarmos a ideia de *propaganda* aplicada a esses produtos artísticos, ou, em nosso caso, ao poema. Identificamos um elemento muito particular destas produções de cunho artístico, tanto na representação literária e imagética de Luís XIV, quanto na poesia tardo-antiga sobre a qual nos debruçamos: a utilização de uma linguagem simbólica, ou seja, o enaltecimento da figura do governante que, muitas vezes, não se reproduz em termos literais. Alegorias, comparações e assimilações de diversos elementos

do imaginário cultural daquela sociedade são utilizadas no recurso de propaganda. Logo, a representação propagandística, não é necessariamente um dado *a priori*, mas a ser interpretado por aquele público que a acessa.

Se, no caso de Luís XIV, Burke pondera como os grupos sociais que acessaram as obras interpretariam suas mensagens, com o *Mosella* não fazemos diferente. Compreender a propaganda à comunidade galo-romana é também considerar esses grupos em conflito, e se foram, ou não, atingidos pela mensagem elaborada e difundida por Ausônio. Um exemplo disso é o acesso precioso a evidências documentais como a epístola de Símaco a Ausônio (*Ep. XIV*), que indica o interesse do senador romano pelo poema, o que já nos fornece indícios da sua ampla divulgação, inclusive, para a Península Itálica.

Se por um lado, a leitura de Burke é imprescindível para instrumentalizarmos o conceito de *propaganda* na pesquisa, por outro, é necessário precisarmos melhor o desenvolvimento histórico deste termo. De acordo com Giacomo Sani (1998), a *propaganda* pode ser entendida como uma ação de difusão de uma mensagem a um determinado público, com o objetivo de criar uma imagem positiva ou negativa de determinado indivíduo ou acontecimento. Trata-se de um “esforço consciente e sistemático destinado a influenciar as opiniões e ações de um certo público ou de uma sociedade total” (SANI, 1998, p. 1018). Dessa forma, a *propaganda* pode ser veiculada por muitos meios. Por exemplo, na modernidade, temos o uso do jornal, da rádio e da televisão. Além disso, a propaganda também pode estar presente em expressões artísticas, como pintura, escultura, teatro, cinema, poesia, literatura, entre outros.

A elaboração e o uso do termo *propaganda* remontam ao século XVII, ocasião em que o papa Gregório XV criou a *Congregatio de Propaganda Fide*, a fim de centralizar a atividade missionária sob sua autoridade. Nesse sentido, a congregação, conhecida popularmente como *propaganda*, funcionou como um conjunto de cardeais incumbidos de dirigir os negócios da Igreja em países não católicos. A princípio o termo possuía uma conotação religiosa, todavia,

ao longo do século XIX passou a ser associado a questões políticas, recebendo conotação negativa, como um recurso de manipulação ou dominação (FELLOWS, 1959, p. 182;185). O termo, portanto, tem origem na língua latina, mais precisamente no vocábulo *propagare*, que na Antiguidade foi usado principalmente em tratados de agricultura sobre a reprodução de plantas através da técnica de camadas e enxertos (GLARE, 2012, p. 1639).<sup>16</sup>

Ao lermos o *Mosella* como uma *propaganda*, nos despimos de qualquer juízo de valor, pois não atribuímos ao documento uma conotação negativa, de uma ferramenta política utilizada para manipular a opinião pública. Nosso trabalho é apenas compreender a construção do poema como uma peça política, que vincula uma determinada leitura de mundo e pretende a organização da ação política dos indivíduos que a recebem. Trata-se de um esforço de interpretar quais ferramentas o poeta usou ao longo do poema para elaborar sua *propaganda* e o porquê de tal mensagem ter sido elaborada daquela forma e naquele contexto.<sup>17</sup>

Outro conceito aplicado se trata de *comunidade imaginada*, interpretado com base no livro de Benedict Anderson (2008), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Anderson (2008, p. 32-33) explica que toda comunidade maior que uma aldeia – e talvez ela mesma –, onde se expressa a interação face a face de seus habitantes, constitui uma comunidade imaginada. Considera-se imaginada, visto que, mesmo nas menores dessas comunidades, é impossível que a totalidade de seus membros venham a estar em contato direto uns com os outros, mas isso não impede que ali exista um sentimento de comunhão e de partilha de valores em comum. Nesse sentido, ao contrário do que a ideia de comunidades

---

<sup>16</sup> Quanto à definição mais usual do termo *propagare*, a despeito da prática agrícola, ele pode ser encontrado em autores como Catão, Varrão e Plínio, o Velho. Ainda, o vocábulo pode ter outros significados como: dar continuidade a uma família por meio da procriação; perpetuar um nome, uma família ou uma tradição; proporcionar uma continuidade de algo; estender fronteiras e ampliar territórios (GLARE, 2012, p. 1639). Em linhas gerais, o significado do vocábulo pode ser entendido, *grosso modo*, como o verbo *propagar* na língua portuguesa.

<sup>17</sup> Ao investigar as representações políticas e os recursos ideológicos de legitimação de Constâncio II, Gilvan Ventura da Silva (2015, p. 151) adverte que “o material simbólico que sustenta as representações é produto de uma *criação social*, o que torna difícil a aceitação da tese de que um grupo de pessoas, trabalhando de modo arduo, possa impingi-las à sociedade.”

inventadas poderia trazer, a percepção de comunidades imaginadas parte do pressuposto que não existe comunidade mais verdadeira que outra, pois o que as distingue é a forma como tais são imaginadas.<sup>18</sup>

O ato de *imaginar* se constitui como um processo complexo, em que diversas respostas são possíveis, por isso precisamos defini-lo. Como afirma Lilia Schwarcz (2008, p. 16), na apresentação à edição portuguesa de *Comunidades imaginadas*, “nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio ou com base em nada. Os símbolos são importantes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados naturais e essenciais”. A nação, portanto, assim como as outras formas de comunidades imaginadas, comunidades que genericamente podemos denominar por sistemas culturais, é imaginada através de recursos simbólicos e da língua. Podemos citar o exemplo das comunidades anteriores ao nacionalismo, como a chamada comunidade religiosa, imaginada principalmente por meio da língua e de uma escrita religiosa.<sup>19</sup> A língua nesse caso não se constituía em um mero mecanismo de reprodução escrita de ideais, mas um verdadeiro conjunto de signos, uma língua sagrada, entendida como de alcance ilimitado e que permitia fiéis de diferentes porções geográficas partilharem de um mesmo conjunto de ideias (ANDERSON, 2008, p. 39-40).

O conceito de *comunidade imaginada* permite produzirmos uma leitura até então não elaborada sobre o *Mosella*, porque os recursos utilizados ao longo do poema, como comparações, assimilações e referências aos espaços e à cultura greco-romanos, são passíveis de serem interpretados como recursos simbólicos, que imputam à paisagem e à população da *Gallia Belgica* todo um repertório de tradições condizente com um sistema cultural difundido

---

<sup>18</sup> Benedict Anderson (2008, p. 32) pretende superar a ideia de que as nações são comunidades inventadas, visto que tal leitura imputa um juízo de valor ao fenômeno do nacionalismo, entendendo-o como um recurso de “contrafação” e “falsidade”.

<sup>19</sup> As comunidades religiosas constituem a cristandade, o islamismo e o mundo budista (ANDERSON, 2008, p. 39).

pelo Estado romano, em associação com expressões culturais regionais. Assim, superamos a interpretação de que esses recursos literários formam mecanismos para esconder a realidade, escamotear os conflitos reais, e, em suma, produzir uma leitura errônea da realidade, como já argumentamos anteriormente.

Dessa forma, avançamos em dois sentidos. Primeiro, retiramos uma leitura pré-concebida atribuída ao documento literário, uma vez que não assumimos que este tinha um compromisso prático de reproduzir a realidade. Em seguida, removemos uma conotação negativa atribuída ao conceito de *propaganda*. Como explicamos, esse último termo se tornou pejorativo ao longo do século XIX ao ser associado a questões políticas, logo, supor o poema como um falseamento da realidade e, conseqüentemente, assumir a *propaganda* do *Mosella* como uma peça de enganação, é um fato que desconstruímos.

Por último, utilizamos o conceito de *espaço*, a partir do livro de José D'Assunção Barros (2017), *História, espaço e geografia: diálogos interdisciplinares*. A proposta do autor reside em explicar a importância que a Geografia tem para a História, e vice-versa, ao identificar que toda ação humana ao longo do tempo se desenvolve, necessariamente, em um plano material, no caso o *espaço*. Dessa forma, o *espaço* pode ser compreendido como produto de um acúmulo temporal da atividade humana sobre determinado ambiente. Todavia, Barros vai além, demonstrando os novos desenvolvimentos teóricos da Geografia, nos quais o espaço passa a ser interpretado como um processo.<sup>20</sup> O *espaço* passa a ser dinâmico, em contínua transformação, em que a atividade humana se desenvolve em um conjunto de objetos geográficos. Portanto, o *espaço* passa a ser entendido como um elemento ativo de sua própria construção (BARROS, 2017, p. 65).

---

<sup>20</sup> Barros se ampara principalmente no geógrafo Milton Santos, o qual se debruçou acerca do estudo do *espaço*, apresentando um refinamento teórico contínuo do texto, identificado principalmente nas obras: *Por uma geografia nova* (1978), *Espaço e sociedade* (1979) e *A natureza do espaço* (1996).

Nesse campo de análise do *espaço* como um fenômeno dialético, em constante transformação, algumas categorias emergem, sendo duas delas muito importantes: os *fixos* e os *fluxos*.<sup>21</sup> Os *fixos* podem ser definidos como objetos geográficos que marcam o espaço por um tempo considerável, como pontos de apoio que marcam uma sociedade. Assim, por conta de sua forma, os *fixos* são facilmente identificados na paisagem e, são reconhecidos pelas funções que desempenham. Sendo naturais, ou fruto da intervenção humana no espaço, esta categoria não é estática, um *fixo* é mantido e reconhecido pela sociedade a partir do momento que devolve uma funcionalidade àquela, de forma que, quando perdem sua função os *fixos* estão fadados ao abandono, à destruição, ou a algum modo de esquecimento. Já os *fluxos* são elementos fluidos dentro do espaço, ou seja, são aqueles que se movimentam a partir dos *fixos* (BARROS, 2017, p. 71).

Há o exemplo da energia elétrica que circula ao longo de uma estrutura de cabeamento que compõe as cidades. A energia elétrica em si trata-se de um *fluxo*, todavia a rede de cabos que cruza as cidades corresponde a um *fixo*. Então, os *fluxos* são categorias que dependem dos *fixos* para se constituírem como tais. Adiante, os *fluxos* podem ser materiais, como mercadorias e seres humanos, mas também podem ser imateriais, como mensagens e ideias. Esta relação entre *fixos* e *fluxos* não é estática, mas uma dialética em constante transformação. Portanto podemos dizer que os *fixos* estão em constante adaptação para atender às necessidades dos *fluxos*, entretanto, o contrário também acontece (BARROS, 2017, p. 71-72).

No caso do poema *Mosella*, pensando mais especificamente no rio como uma estrutura que compõe o espaço da *Gallia Belgica*, apesar de o rio ser, por si só, um *fluxo* de água, como

---

<sup>21</sup> Os *fixos* e os *fluxos* têm relação direta com outras categorias de explicação do fenômeno espacial: *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*. A *forma* é o resultado da materialidade através de objetos ou estruturas físicas; a *função* se refere às atividades desempenhadas pelos objetos em seu meio; a *estrutura* diz respeito à inter-relação de vários objetos, uma totalidade que reúne diversos elementos de um todo; e o *processo* é a categoria que oferece dinâmica às outras. Assim, os *fixos* estão conectados à *função* e à *forma*, enquanto os *fluxos*, à *função* e ao *processo* (BARROS, 2017, p. 67; 70).

a própria categoria discutida por Barros, não é errôneo que o consideremos como um *fixo*. Embora seja, em sua essência, um objeto geográfico natural, o rio só assume sua função, como a sociedade ao seu redor o percebe, a partir do momento em que é apropriado pelos seres humanos que vivem em seu entorno. O rio como *fixo* assume a *função* de sustentar uma série de fluxos, como de pessoas, mercadorias, ideias, ecossistemas, e vai sendo apropriado, moldado, construído e imaginado a partir das necessidades materiais e políticas que os grupos sociais depositam no espaço, de acordo com o contexto histórico que analisamos. Neste aspecto reside a dialética existente entre os *fixos* e os *fluxos*, pois as *estruturas* e *funções* depositadas ao longo do rio não são eternas, mas sujeitas às condições impostas pelas necessidades humanas.

Ao entendermos o rio Mosela como um *fixo* dentro do *espaço* que compõe a província da *Gallia Belgica*, analisamos o papel de centralidade que este curso d'água assumiu no desenvolvimento histórico daquela porção do Império e o porquê de, naquela conjuntura, essa região ter sediado a corte imperial. Assim, nosso trabalho relaciona a historiografia e o poema *Mosella* para traçar um desenvolvimento histórico desse *espaço*. Portanto, buscamos compreender como o rio era fundamental para o desenvolvimento da *Gallia Belgica*, da cidade de *Augusta Treverorum*, a ponto de ser tema central da própria construção literária de Ausônio.

\*\*\*

Utilizamos como recurso metodológico a Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2006, p. 7; 27). A Análise de Conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, no qual se dispõem uma série de instrumentos aplicáveis ao estudo dos mais variáveis discursos e mensagens, sejam eles linguísticos ou não. Nesse sentido, o método corresponde a uma hermenêutica controlada com base na inferência, em que o

trabalho do pesquisador é desenvolvido com vista a superar uma leitura superficial dos documentos postos em análise, por meio da busca por informações não explícitas *a priori*.

A aplicação do método se organiza em três polos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise corresponde à fase de organização e possui um caráter essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Aqui aplicamos procedimentos como a escolha dos documentos, a leitura flutuante, a formulação de hipóteses e objetivos. Trata-se de um momento inicial em que definimos aquilo que queremos buscar na documentação, a fim de responder às questões que permeiam o objeto e aferir as hipóteses elaboradas. A exploração do material corresponde à efetiva abordagem dos documentos. Assim, empregamos o processo de codificação, isto é, a conversão dos dados brutos do texto em unidades. Posteriormente, a categorização é o processo de reorganização dos dados sob categorias, que constituem títulos genéricos que agrupam as informações do texto em função de suas características em comum.<sup>22</sup> O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação são a etapa final da Análise de Conteúdo, a partir da qual podemos aferir as hipóteses propostas e formular conclusões. Nessa fase é possível aplicarmos uma análise global das evidências, através da compreensão do papel da mensagem, principal elemento estudado, mas também da relação existente entre o emissor, o receptor e o meio material em que a mensagem foi elaborada (BARDIN, 2006, p. 127).

A aplicação do método possibilitou a elaboração de dois complexos categoriais sobre o *Mosella*, um com enfoque nas pessoas ligadas ao rio, e outro com destaque para a descrição comparada ou relacionada ao rio em termos dos acontecimentos a ele vinculados. Os quadros categoriais preenchidos estão em apêndice ao final da Dissertação.

---

<sup>22</sup> Para o pesquisador que se compromete em realizar uma análise categorial, é importante destacar que a elaboração das categorias compreende alguns princípios como a *exclusão mútua*; a *homogeneidade*; a *pertinência*; a *objetividade* e a *finalidade*, e a *produtividade* (BARDIN, 2006, p. 113-114).

## Complexo categorial 1 – Pessoas relacionadas ao rio Mosela

Pessoas relacionadas ao rio Mosela					
Romanos		Romano-bárbaros	Bárbaros	Arquitetos e construtores (marcos arquitetônicos)	
<i>nobilitas</i>	<i>populus</i>				

## Complexo categorial 2 – A descrição comparada ou relacionada ao rio Mosela

A descrição comparada ou relacionada ao rio Mosela						
Acontecimentos	Comércio	Deidades	Geografia física		Construções	
Batalhas, combates, enfrentamentos militares	Produtos	Deuses e divindades evocadas	Regiões, cidades	Mares, rios	Marcos arquitetônicos	
					militares	religiosos

O primeiro complexo foi elaborado a partir da aferição das pessoas que são mencionadas no contexto do rio com o intuito de distinguir a origem e o estrato social composto por elas, o que possibilitou a observação tanto dos grupos mencionados com maior frequência, quanto daqueles menos presentes ou silenciados. Em outras palavras, a sistematização da presença humana no poema possibilita identificarmos o discurso sob um ponto de vista qualitativo, a partir daquilo de que se fala, e também do que não é mencionado, sobre essas categorias distintas.

O segundo complexo foi elaborado com o intuito de sistematizar as diferentes referências e alusões ao universo cultural greco-romano que se encontram dispersas ao longo do documento. Novamente, esse emprego permite que executemos uma análise de ordem quantitativa, no sentido de averiguar aquelas referências que são mais, ou menos, presentes. Além disso, ele direciona nosso olhar no tocante a uma análise qualitativa, no sentido de aferir as nuances, particularidades e significados de cada evidência analisada.

Esta Dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro, realizamos uma investigação sobre o contexto histórico de Ausônio e da escrita do *Mosella*. Assim, trabalhamos a situação política, econômica, social e militar do governo de Valentiniano, definindo sua relação com os diferentes grupos sociais romanos e em que condição de aceitação estava disposto seu governo na conjuntura de escrita do *Mosella*. Ainda, abordamos a biografia de Ausônio, as principais fontes utilizadas para conhecermos sua trajetória e a maneira como essas são interpretadas pela historiografia. Logo, apresentamos um panorama da inserção de Ausônio na corte de Valentiniano, sua atuação como tutor e poeta de corte, e, principalmente, o papel desempenhado pela poesia latina no século IV como recurso persuasivo e de legitimação dos governos imperiais.

O segundo capítulo corresponde a um esforço de definirmos os principais aspectos do desenvolvimento histórico e geográfico da província da *Gallia Belgica*. Investigamos a região desde o período anterior à ocupação romana, abordando a fundação da *Augusta Treverorum* e seu protagonismo nos tempos do Principado e do *Dominato*. Assim, analisamos o papel decisivo da estrutura hidrográfica da região para seu desenvolvimento, o assentamento de vilas e a fundação de cidades, discutindo, em especial, a relação entre o rio Mosela e a cidade *Augusta Treverorum*. Então, avançamos na discussão do papel das cidades no contexto tardo-antigo, em especial, na relação do ambiente citadino com as estruturas fluviais, a partir dos rios como estruturas geográficas de valor material e simbólico para a sociedade romana, sendo o protagonismo do rio Mosela fator decisivo na escolha de Ausônio pelo curso d'água como temática central de sua poesia.

O terceiro capítulo compreende uma análise mais minuciosa das evidências do *Mosella*. Por conseguinte, relacionamos as evidências culturais e militares encontradas do *Mosella* com as dos outros documentos e as peculiaridades do contexto histórico. Dispomos de precedente

para uma leitura mais precisa do evento da *naumachia* e sua permanência nas práticas e no imaginário romano tardo-antigo como símbolo de um *ethos* típico da tradição greco-romana. Nossa atividade é, pois, um empenho de entender como essa teia de referências alocadas ao longo do poema permite a constituição de uma comunidade imaginada gaulesa, e como este documento, funcionando como uma propaganda, satisfazia aos interesses dos diferentes grupos inseridos na cena política do governo de Valentiniano.

## CAPÍTULO 1

### AUSÔNIO E SUA ASCENSÃO À CORTE IMPERIAL

#### *“Ninguém se satisfaz com o silêncio”: vida e obra de Ausônio*

Em uma correspondência a Paulino de Nola, Ausônio (*Ep.* XXIX, 44) demanda que qualquer resposta seja dada pelo amigo e ex-pupilo, mesmo que seja uma nota breve, depois de quatro tentativas fracassadas de comunicação. “Ninguém se satisfaz com o silêncio”, afirma Ausônio ao amigo que, tensamente, parece ter interrompido a amizade durante sua viagem à *Hispania* entre os anos de 389-394. Esse documento, por um lado, nos evidencia as expectativas de um *officium* da correspondência (CONYBEARE, 2000, p. 151), e, por outro, demonstra a extensão da importância da troca epistolar, das redes sociais e da palavra.

Por meio das correspondências podemos compreender melhor como Ausônio era visto pelas pessoas ao seu redor. Para o leitor moderno que se dedica a estudá-lo, não é difícil se deparar com o epíteto de “poeta” com que o galo-romano é identificado. Não em vão, apesar das diferentes esferas de competências que Ausônio assumiu ao longo de sua vida, parece ter sido o pendor literário o que mais lhe caracterizou.<sup>23</sup> Símaco, ao dedicar uma correspondência inteira para tratar do poema *Mosella*, não deixou de afirmar: “classifico seu poema entre os trabalhos de Virgílio” (*Ep.* XIV). Em outra ocasião, foi Paulino de Nola quem prestou honrarias a Ausônio ao afirmar: “Cícero e Virgílio facilmente poderiam se unir a ti” (*Ep.* XXX).<sup>24</sup>

Décimo Magno Ausônio (310-390 d.C.) foi um indivíduo ímpar na história do Império Romano tardo-antigo. Com uma trajetória biográfica que abrange quase todo o século IV, sua

<sup>23</sup> Alguns exemplos de autores modernos que qualificam Ausônio como “poeta” podem ser encontrados em Hagith Sivan (1993), John Mathews (1998) e Roger Green (1991).

<sup>24</sup> Algumas características presentes nas obras de Ausônio ajudam a explicar o epíteto de “poeta” que lhe é dedicado, como sua notória preferência pelas composições em versos, além da utilização do recurso da invocação das musas — entendidas como guardiãs da memória —, que compõe um *topos* tradicional do poeta na Antiguidade (SHORROCK, 2011, p. 38).

atuação como retórico, poeta e homem público fizeram-no uma figura privilegiada para compreender as aspirações de seu tempo e, particularmente, de seu grupo social, a aristocracia gaulesa. Ausônio ofereceu inteligibilidade aos impasses de seu contexto por meio de uma linguagem literária, na qual foi capaz de relacionar seu repertório cultural com os conflitos políticos próprios de sua vivência. Sua obra é composta por um vasto corpo de escritos que trazem à tona as influências autorais da literatura latina, além de uma natureza inovadora, tanto nos recursos estéticos quanto na gramática e no emprego de novas palavras. Para Roger Green (1991, p. xv), Ausônio não é apenas o mais brilhante e prolífico escritor de sua era, mas um dos mais versáteis e habilidosos escritores na história da literatura latina.

A trajetória de Ausônio esteve intimamente relacionada às províncias das Gálias. Nasceu na cidade de *Burdigala*, na *Galia Aquitania*, em 310. Ainda na juventude, transferiu-se para *Tolosa*, onde seguiu sua formação, posteriormente retornando para a cidade natal a fim de exercer a profissão de professor. Sua vida foi marcada por uma grande transformação quando, no decorrer da década de 360, foi convidado por Valentiniano (364-375), então imperador da porção Ocidental do Império, para ser tutor de seu filho, o futuro imperador Graciano (367-383).<sup>25</sup> Tal ocasião marcou a transferência do poeta para a província da *Gallia Belgica*, especificamente a cidade de *Augusta Treverorum*.

A versatilidade de Ausônio levou Walter Edwards (1909, p. 251) a considerá-lo um poeta de transição e um homem extraordinariamente habilitado para interpretar as transformações típicas de seu momento. A combinação de muitos elementos qualificaria o poeta, com seu alto grau de educação e suas diversas posses, assim como sua capacidade de lidar com diferentes círculos sociais, dialogando de maneira muito próxima com indivíduos convictamente cristãos e pagãos. Ademais, o poeta gozou de proximidade e de confiança com os imperadores

---

<sup>25</sup> Graciano foi alçado ao título de *Imperator* em 367, ainda criança, tendo governado a porção Ocidental do Império após a morte de seu pai, em 375.

Valentiniano (364-375), Graciano (367-383) e Teodósio (379-395), além da experiência de ter viajado amplamente, seja como professor ou para tratar de negócios e questões administrativas do Império. Também não se deve desconsiderar sua inegável habilidade poética, ávida por tudo que estava ao seu redor, permitindo-lhe tecer obras que rememoram uma pintura viva dos homens de seu tempo de maneira única.

O corpo documental de Ausônio pode ser classificado em três grupos. Primeiro, encontramos as obras de cunho pessoal, nas quais são descritos aspectos familiares e de sua trajetória, como *Ephemeris*, *Parentalia* e *Professores*. Dentro do segundo grupo podemos definir os escritos de natureza descritiva e documentária, por vezes versificados no sentido ocidental de *historia*. Portanto, podemos exemplificar através dos poemas *Mosella* e *Ordo Urbium Nobilium*. Em terceira via estão as obras consideradas “versos de ginástica”, nas quais Ausônio assume desafios por meio de tópicos desafiadores ou algum tipo de formato específico, em que demonstra capacidade de manipular a escrita e seu domínio literário (GREEN, 1991, p. xv).

As obras de Ausônio às quais temos acesso na atualidade não têm origem em apenas uma fonte, mas são provenientes de um grupo de diferentes manuscritos, dentre os quais quatro se destacam por conter um volume maior de documentações. O maior agrupamento de obras de Ausônio, manuscrito “V”, tem origem no *Codex Vossianus Latinus III*, um documento hispânico datado do século IX e revisitado a partir do século XVI. Há também um conjunto de vinte manuscritos itálicos, datados dos séculos XIV e XV, que reconstróem uma coleção denominada manuscrito “Z”. Outros são os manuscritos denominados “P” e “H”, datados do século XIV e provenientes de um fragmento do *Codex Veronensis*. É provável que estes manuscritos, revisitados na modernidade, sejam fruto de coleções organizadas no decorrer do século IV. Evidências como as *praefationes variaes*, ou seja, as peças introdutórias de saudação a um leitor que recebe uma coleção de poemas, são indícios que sustentam que pelo menos três

coleções foram elaboradas no século do poeta. Nesse sentido, as duas iniciais teriam sido produzidas pelo próprio Ausônio, sendo a primeira elaborada entre 379 e 383. A segunda coleção confeccionada teria o propósito de satisfazer o pedido do imperador Teodósio, na década de 390, ao passo que a terceira seria fruto de uma organização póstuma por parte de seu filho ou algum parente próximo (AULL, 2016, p. 136-137).

É a partir dos documentos de caráter pessoal de Ausônio que a historiografia se debruça a fim de escrever sua biografia. Além disso, também nessas obras, deparamo-nos com um volume de informações que permitem considerar a família do poeta como a mais bem documentada das Gálias.<sup>26</sup> Uma análise genealógica de sua linhagem demonstra um movimento social, econômico e político de constituição de um clã provincial, em que a prosperidade comercial de *Burdigala*, as oportunidades financeiras e profissionais, além das possibilidades de carreiras administrativas, foram importantes na expansão da rede de influências de Ausônio.

Nessas obras é evidente sua preferência por descrever sua ascendência materna, a qual é atribuída uma origem rica e influente dentre uma aristocracia provincial, mais precisamente entre os éduos ocupantes da região central das Gálias. Dessa forma, temos conhecimento de três gerações anteriores ao poeta, quando Argício e Cecílio Argício Arbório, respectivamente o bisavô e o avô de Ausônio, foram exilados de *Augustodunum* devido às disputas políticas no seio do Império das Gálias.<sup>27</sup> Por conseguinte, a instalação na *Galia Aquitania*, primeiro em *Tarbellae* (moderna cidade de Dax) e posteriormente em *Burdigala*, marcou o reestabelecimento da família e a formulação de novas redes de influência (SIVAN, 1993, p. 51).

---

<sup>26</sup> Em anexo, dispomos uma árvore genealógica de Ausônio que se encontra na obra de Hagith Sivan (1993, p. 57).

<sup>27</sup> Momento no qual houve um governo independente do Estado romano, com sede administrativa em cidades da *Gallia Belgica*, como *Oppidum Ubiorum* e *Augusta Treverorum* (WIGHTMAN, 1985, p. 194).

Quanto a sua família paterna, Ausônio é bem mais reticente, de maneira que não temos qualquer conhecimento de seus avós, ou gerações anteriores. Seu pai, Júlio Ausônio, desempenhou a profissão de médico em *Burdigala*, sendo caracterizado pela pouca aptidão para a língua latina, apesar de sua habilidade com o grego. A origem incerta suscita discussão no meio acadêmico, de forma que é de pouca sustentação a tese de que Júlio Ausônio e seus irmãos teriam origem entre os celtas, ou mesmo, entre druidas. Em contraponto à existência, na família, de nomes como *Dryadia*, tia materna de Ausônio, denominação reconhecidamente de raízes gálicas. Primeiro, é provável que o poeta não hesitaria em descrever suas origens em estreita consonância com as aristocracias locais, como fez com sua parte materna. Em outra medida, as maiores evidências de nomes gregos explicariam melhor as origens da família (SIVAN, 1993, p. 55-56). Há a possibilidade de Júlio Ausônio ter sido filho de um médico grego, talvez um escravo liberto, além de que o próprio nome da família, *Ausonius*, era tipicamente encontrado em linhagens de origem escrava. Esse fato explicaria a aptidão de seu pai para o grego, mas também enunciaria as ressalvas feitas pelo poeta ao descrever seus antepassados de origem paterna (HOPKINS, 1961, p. 241).<sup>28</sup>

Acerca da discussão das origens familiares de Ausônio, o que mais nos importa concluir diz respeito à consciência do poeta quanto ao valor político de uma herança genealógica que garantisse sua inserção nos diferentes setores sociais, em especial dentro da aristocracia senatorial. Assim, a construção literária de sua origem familiar pode refletir uma estratégia de autoafirmação, por meio da exaltação e da rememoração de acontecimentos que o situam na linha genealógica de uma aristocracia gálica. Em contrapartida, quando lhe foi conveniente, Ausônio usou da omissão e de artifícios para esconder ou maquiagem fatos da realidade que em

---

<sup>28</sup> Há uma passagem em que Ausônio afirma “Salve, pequeno patrimônio, reino de meus antepassados, do qual meu bisavô, meu avô e meu pai cuidaram com tanto cuidado [...]” (*Aus. Dom.*, I, 1-3). Esta poderia suscitar a interpretação de que seus antepassados paternos possuíam terras em *Burdigala*. No entanto, Hopkins (1961, p. 241) adverte que a assertiva do poeta poderia estar pautada em uma herança que seu pai, Júlio Ausônio, recebeu de sua esposa, mãe de Ausônio. Assim, as terras em verdade seriam oriundas de uma linha genealógica materna, fato apropriado de maneira ambígua pelo poeta como estratégia de promover seus familiares paternos.

pouco lhe contribuiriam na formulação deste capital social, como observamos no caso de sua origem paterna.

A ascensão das famílias Arbório e Ausônio é um grande exemplo do estabelecimento de uma nova aristocracia gálica formada no século IV, cujo ponto principal se evidencia na subida do poeta aos altos cargos imperiais. A consolidação dessas famílias esteve intimamente relacionada à prosperidade citadina de *Burdigala*, e foi crucial que elas tenham decidido convergir para o centro urbano, onde puderam se profissionalizar, melhorar suas condições econômicas e adquirir visibilidade por parte da administração imperial (SIVAN, 1993, p. 63).

É importante destacar que Ausônio não foi o primeiro de sua família a adquirir projeção no cenário do Império. Uma das figuras mais ilustres desta árvore genealógica reside em seu tio materno, Emílio Magno Arbório, reconhecidamente o primeiro a adquirir maior prestígio por meio da atividade de professor e tutor. Arbório foi educado na escola de *Burdigala*, transferindo-se posteriormente para *Tolosa*, onde atuou como professor de gramática. Seu casamento com uma mulher de família local, de reconhecida riqueza e influência, criou um suporte que possibilitou a Arbório a atuação na administração imperial nas províncias gálicas e hispânicas, de modo que, em seu retorno a *Tolosa* por volta do ano de 320, foi agraciado com o cargo de professor de retórica (SIVAN, 1993, p. 54). Não obstante, sua projeção também se direcionou a outras partes do Império. Por intermédio da amizade com os meios-irmãos do imperador Constantino (306-337), Flavio Dalmácio e Júlio Constâncio, Arbório foi convidado pelo Augusto para ser tutor de um de seus filhos em Constantinopla, embora não saibamos com precisão quem foi o jovem (BOOTH, 1982, p. 330-331).

A vida de Arbório também esteve estritamente relacionada à de Ausônio, tendo sido ele um dos principais responsáveis pela formação profissional do poeta. Ainda criança, Ausônio se transferiu para *Tolosa*, onde sua educação foi assegurada por seu tio, que de maneira evidente direcionou a formação do jovem para a carreira docente. Na ocasião em que Arbório deixou

*Tolosa*, em direção a Constantinopla, Ausônio já estava na idade aproximada de trinta anos e é provável que este último tenha tentado suprir a vacância do cargo de professor de retórica deixado por seu tio. No entanto, Ausônio não logrou êxito na empreitada, perdendo a posição para o seu concorrente Espério (BOOTH, 1982, p. 331-332).

Perante tal negativa, o poeta retornou a *Burdigala*, onde prosseguiu utilizando de um recurso de ascensão social presente em vários outros momentos da trajetória de sua família: casou-se com uma mulher da aristocracia local (GREEN, 1991, p. xxvi-xxvii). Além disso, outro casamento foi de muita valia no aprimoramento do capital social do poeta, aquele entre sua irmã Júlia Dryadia e Pompônio Máximo. Este último, líder da cúria de *Burdigala*, foi o provável responsável pela inserção de Ausônio na escola da cidade, inicialmente na condição de gramático, e em seguida como retórico (BOOTH, 1982, p. 333).

Um dos momentos mais marcantes da trajetória biográfica do poeta reside no convite do imperador Valentiniano, que requereu a presença de Ausônio a fim de tutelar seu filho, Graciano. Não temos como datar com precisão a ocorrência de tal fato, todavia é provável que isso tenha sucedido no início do governo deste imperador, na segunda metade da década de 360. Dessa forma, muitas questões ficam em aberto na tentativa de explicar os motivos que levaram Valentiniano a pleitear a atuação de um tutor e o porquê da escolha de Ausônio. Uma das possibilidades do investimento na formação de Graciano se relaciona com uma crise política existente nas Gálias, a qual colocou incertezas na permanência de Valentiniano como imperador e, conseqüentemente, na manutenção de seus possíveis sucessores. A instabilidade existente no *limes* do rio Reno, que fazia evidente a permanência da corte imperial em suas proximidades, no caso na cidade de *Augusta Treverorum*, foi agravada quando, em 367, Valentiniano veio a adoecer. Por consequência, houve a emergência de duas facções gaulesas, com seus respectivos candidatos a fim de uma possível substituição do imperador. Ao recuperar-se, a atitude de Valentiniano foi prontamente alçar Graciano à condição de Augusto, quando este possuía oito

anos de idade. Doravante, a efetiva participação de um tutor na formação de Graciano parece ter feito parte do intuito de projeção deste indivíduo como futuro imperador (SIVAN, 1993, p. 99-101).

Quanto à escolha de Ausônio, muitas possibilidades estão dispostas. Primeiro, o poeta já gozava de considerável experiência como professor em *Burdigala* e, mesmo, de alguma reputação literária. Além disso, possuía um repertório de familiares que atuaram sob governos legitimados, existindo a possibilidade de ter um consanguíneo em uma posição senatorial sob os auspícios de Valente (364-378) e Augusto no Oriente (SIVAN, 1993, p. 101). Não obstante, o fato de ele ter anos de experiência como professor em sua cidade natal parece ter sido mais relevante que sua atuação literária, que na ocasião era pouca. Logo, Valentiniano também cuidadosamente levou em consideração o fato de Ausônio ter sido sobrinho de Emílio Magno Arbório, já reconhecido pela escolha de Constantino anos atrás. Também não desconsideremos outros aspectos tangenciais que compunham o repertório do poeta. Ausônio seria dotado de virtudes necessárias à formação de um governante: sua dedicação ao estudo, seu apreço pelas instituições, bem como seu conhecimento acerca da literatura e da história de Roma (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 27-30). A própria origem gaulesa é outro ponto que não podemos desconsiderar, pois a escolha de um representante das Gálias poderia cumprir o desejo do imperador de formar Graciano sob o pendore da oratória da qual esses indivíduos gozavam, ou, ainda, atender à demanda das elites gaulesas de serem contempladas com atribuições nas esferas de poder do Estado.

O contexto histórico do governo de Valentiniano e, respectivamente, da ascensão de Ausônio à corte imperial, é fundamental na sustentação de nosso objeto de pesquisa e na aferição da viabilidade de nossas hipóteses. Posteriormente, nos aprofundaremos nestes termos a fim de compreendermos melhor os conflitos e as disputas políticas existentes em tal conjuntura, no sentido de definirmos com mais precisão o papel de Ausônio como tutor, homem

público e, sobretudo, como poeta de corte na promoção da população e do espaço do Mosela, no cenário mais amplo do Império. Neste momento nos resta concluir que a transformação na vida de Ausônio abriu precedentes para produzir uma propaganda de determinada posição política a partir de seu trabalho literário. É a partir deste fato que sua produção poética veio a se avolumar, sendo confeccionado o poema *Mosella*. Tal documento, foco de nossa Dissertação, atesta a chegada de Ausônio à corte, uma notável “saudação” que expressou suas novas percepções ao conhecer a província da *Gallia Belgica*. Certamente não estamos argumentando que o poeta afirmou apenas seus sentimentos sem nenhuma carga de intencionalidade. Todo o repertório exprimido, amparado em autores clássicos, não apenas afirma o aparato de referências de Ausônio como literato, mas também evidencia a proposta de produzir uma poesia de inspiração épica na promoção da sede do poder imperial

Na seara da acolhida de Ausônio na corte, outra questão importante na biografia do poeta diz respeito à tentativa de definição de seu comportamento religioso, sobretudo em um contexto no qual o cristianismo aumentava sua projeção perante a sociedade e as políticas imperiais. Destaca-se que, a partir do governo de Constantino, foi consolidada a associação entre Igreja e Estado, marcando o contínuo patrocínio imperial às comunidades cristãs e vice-versa. Se nos governos de Joviano (363-364), Valentiniano e Valente não são atestados grandes esforços no combate aos cultos pagãos, no governo de Graciano tal iniciativa se fez presente, principalmente quando este imperador esteve sob a influência de Ambrósio, bispo de *Mediolanum* (SILVA, 2006, p. 257-260).

Uma das perspectivas é que Ausônio aderiu de forma duvidosa ao cristianismo ao ingressar na corte, de forma que sua devoção era puramente nominal, sendo o poeta essencialmente pagão (WILD, 1951, p. 376).<sup>29</sup> Em contrapartida, Roger Green (1991, p. xxvii-

---

<sup>29</sup> Como afirmou Gillian Clark (2004, p. 35), o termo “pagão” é amplamente utilizado pela historiografia, porém de modo relutante, porque o termo *paganus*, que corresponde a uma pessoa de origem rural, foi apropriado como expressão pejorativa por parte de cristãos para definir não cristãos. A utilização do termo por parte da historiografia

xxviii) afirma que há poucas evidências que sustentam a tese de Ausônio como pagão, sendo suas referências poéticas a deuses e artefatos pagãos elementos poucos substanciais de prova. É provável que o poeta tenha se tornado cristão ao longo de sua vida, e, já na Escola de *Burdigala*, antes de sua ida a *Augusta Treverorum*, ele já participaria de um grupo de professores cristãos, fato que teria influenciado na sua escolha por parte de Valentiniano.

Por meio de documentos nos quais a questão cristã é mais incisiva, Manuel Silva (2011, p. 34-36) produziu uma leitura que pondera as diferentes influências culturais vividas pelo poeta, ao considerar que estamos diante de uma figura bifacetada, em um confronto interior com duas correntes culturais.<sup>30</sup> Todavia, não é falho presumir que sua opção pessoal de fato fosse pelo cristianismo, o que pode ser verificado nas informações da vida cotidiana dos cristãos, que permeiam suas obras. Assim, a linguagem que destaca conhecimentos bíblicos e referências ao batismo não seria um mero artifício enganador, mas uma participação ativa do poeta nas comunidades cristãs. Entretanto, qual o significado das demais obras do poeta, nas quais são predominantes as referências pagãs? Tais obras demonstrariam uma outra cultura que se entrecruza na formação de Ausônio, parte de seu trabalho, o que revela não apenas uma convivência pacífica com valores não cristãos, mas uma outra forma de inspiração e convicção do poeta.<sup>31</sup>

As ponderações que se debruçam sobre a personalidade religiosa de Ausônio caminham na difícil seara de oferecer inteligibilidade a um comportamento íntimo do ser humano, sobretudo quando pensamos a formação multifacetada deste indivíduo e a coexistência pulsante

---

se faz diante da dificuldade de usar uma definição alternativa, dado que não havia entre os não cristãos o uso de um termo para defini-los.

<sup>30</sup> Algumas documentações de maior apelo cristão pormenorizadas no artigo de Silva (2011) são: *Oratio, Egressio, Versus Paschales, Griphus*, entre outras.

<sup>31</sup> A versatilidade de Ausônio pode ser respondida a partir das novas tendências historiográficas que revisam o fenômeno religioso na Antiguidade Tardia. Se antes paganismo e cristianismo eram vistos sob a ótica da dicotomia e do conflito, por outro lado as novas interpretações tendem a superar essa categorização, ao enfatizar hábitos, crenças e valores destes indivíduos antes vistos sob a ótica da oposição (KAHLOS, 2007, p. 26). Todavia, a nova perspectiva não deve excluir o aspecto do conflito que existiu entre tais grupos. Ausônio é o exemplo de poeta que compôs em modelos clássico e cristão em diferentes momentos (SHORROCK, 2011, p. 21).

de diferentes concepções religiosas de seu contexto. Não obstante, ao explorarmos a dimensão política desta opção, mais uma vez nos deparamos com a capacidade de Ausônio de mediar os conflitos e adquirir vantagem de vinculações públicas presentes em suas obras. Se em sua intimidade o poeta era cristão, ou não, este é um fato impossível de ser provado. No entanto, é possível afirmar que sua declaração pública como cristão ampliou sua margem de acesso aos setores públicos, principalmente se pensarmos em sua escolha como tutor por parte de Valentiniano, imperador comprometido com o cristianismo (GREEN, 1993, p. xxviii). Apesar disso, o poeta não ataca os cultos pagãos, professando vários elementos desta cultura em determinadas obras, como no *Mosella*, e permitindo a manutenção de vínculos com pagãos, como no caso de sua amizade com o aristocrata de Península Itálica, Símaco. Outro exemplo da convicção política desta opção reside na obra *Versus paschales*, em que o poeta, além de seguir uma vertente do credo de Niceia professado por Valentiniano, produz uma analogia entre a trindade e as figuras encarnadas de Valentiniano, Valente e Graciano. Mais uma vez, portanto, Ausônio demonstra consciência do valor político de suas obras (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 31-32).

Na nova posição alçada, Ausônio utilizou de suas conexões para ampliar ainda mais seu lugar, incorporando amigos e familiares em cargos de prestígio dentro da administração imperial (JONES, 2009, p. 25). O primeiro cargo no *cursus honorum* alcançado pelo poeta, ainda sob o governo de Valentiniano, foi o de questor, função relacionada à formulação das legislações imperiais, exigindo tanto o conhecimento legal e retórico, quanto a lealdade ao imperador (SIVAN, 1993, p. 115-116).

Foi a partir da morte de Valentiniano, em 375, com a respectiva ascensão de Graciano à condição de governante, que Ausônio recebeu projeção nas magistraturas imperiais. Tornou-se prefeito do pretório das Gálias, ao mesmo tempo que alguns de seus consanguíneos gozaram de cargos expressivos. Seu pai, Júlio Ausônio, estava na condição de prefeito do pretório da

Ilíria, entre os anos de 377 e 378. Hespério, filho de Ausônio, foi procônsul da África entre 376 e 377, prefeito do pretório das Gálias, em par com seu pai, em 378, prefeito do pretório da Itália e das Gálias, em 378 e 379, e finalmente prefeito do pretório da Itália e da África, entre 379 e 380. No decorrer do ano de 379, Ausônio chegou ao seu ápice, agraciado com o consulado. Então, observa-se que no período temporal entre 377 e 380, o governo do Ocidente romano estava, em parte considerável, sob o controle de Ausônio e sua família (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 44-47).

Embora a vida política de Ausônio e de seus familiares caminhasse bem, os temores vindos do Oriente, causados pela derrota romana na Batalha de Adrianópolis em 378, fizeram Graciano repensar a política de segurança de seu governo. Não obstante, a sua aproximação da esfera de influência de Ambrósio, bispo de *Mediolanum*, levou-o a deslocar a corte imperial para essa cidade e ali empregar uma política religiosa incisiva contra as manifestações pagãs. O evento no qual o imperador decidiu retirar o altar da deusa Vitória da casa do Senado, em 382, selou a dissensão entre as ideias de Graciano e aquelas de pagãos convictos, como Símaco, e talvez com as ideias do próprio Ausônio.

De volta à terra natal, *Burdigala*, o poeta viveu seus últimos anos de vida, nos quais não deixou de manter contatos com a corte e de presenciar os acontecimentos históricos do momento, apesar da perda de boa parte de sua base política. Assim, continuou sua atividade literária, escrevendo poemas como *Ordo Urbium Nobilium*, além de atender o pedido do imperador Teodósio, enviando-lhe a cópia de seus trabalhos, provavelmente em 388, umas das últimas manifestações da qual temos notícia de Ausônio em vida (GREEN, 1991, p. xxxi-xxxii).

***Um rio “consagrado por versos divinos”: o Mosella e a poesia latina do século IV***

Na célebre carta escrita por Símaco a Ausônio, na qual requereu uma cópia do *Mosella*, o senador itálico não deixou de expressar seu elogio ao falar de um “poema que consagrou um rio através de versos divinos” (*Ep.* XIV). O apreço deixado pelo remetente, para além da afirmação de uma amizade construída quando compartilharam o ambiente de corte, indica também o papel do poema como uma ferramenta capaz de difundir uma leitura da realidade em comum, no caso, a sacralização de um rio. Tal constatação nos convida a definir qual o espaço ocupado pelo *Mosella* em seu tempo, isto é, em quais termos a poesia latina na Antiguidade Tardia foi utilizada para responder as questões próprias de sua conjuntura.

Um aspecto que levanta muitas discussões acadêmicas consiste na datação do poema. Infelizmente não temos informações que possam delimitar, com exatidão, o ano em que ele foi escrito. Nesse sentido, a historiografia se debruça em alguns trechos do documento que oferecem indícios de seu contexto e, mesmo, recorre a outras documentações, como a *Res Gestae* de Amiano Marcelino, a fim de definir uma data mais provável para a sua composição. Identificamos que as discussões mais recentes estão dispostas em alguns artigos científicos, publicados em periódicos especializados e, também, em um capítulo de livro, todos eles datados da década de 1990.

Vide a historiografia que aborda o tema, Hagith Sivan (1990, p. 385; 392) sugere que o poema tenha sido escrito em 368 ou anteriormente, sendo revisitado algum tempo depois, por volta do ano de 375. Para a autora, as evidências de guerra presentes no poema correspondem a um momento inicial das campanhas de Valentiniano, antes da Batalha de *Solicinium*, descrita por Amiano Marcelino como sendo no ano de 368. Dessa forma, o *Mosella* seria uma mistura das impressões próprias do poeta com sua experiência prática ao longo do rio, de modo que esta obra seria uma forma de transmitir crédito militar à dinastia que ainda se encontrava em seu início. Roger Green (1997, p. 215; 226), no entanto, desconstrói essa interpretação produzida por Sivan (1990) e acredita que a datação mais plausível para o poema seja o ano de 371, ou

um pouco depois. Um de seus principais argumentos reside na dificuldade de compararmos as descrições militares de Ausônio e Amiano, afinal, apesar de citarem nomes de lugares distintos, os dois poderiam estar equivocados, ou mesmo, mais ou menos precisos em definir uma mesma batalha ocorrida em 368. Talvez estejamos diante apenas de duas perspectivas diferentes, na quais Ausônio estaria preocupado em definir um lugar no qual o inimigo demandou, e Amiano mais preocupado com o lugar preciso da batalha. De toda maneira, Green adverte que se o poema tivesse sido revisitado e corrigido com o objetivo de ser publicado, as investidas militares de Valentiniano também deveriam ter sido revisitadas, pois Green não nega o crédito militar que foi produzido pela obra, e de que tanto Valentiniano quanto Graciano precisavam.

Na interpretação de Danuta Shanzer (1998a, p. 231-232; 1998b, p. 302), o *Mosella* teria sido escrito após 368, ocasião da vitória de Valentiniano na Batalha de *Solicinium*, sendo publicado por volta de 371. Não obstante, uma segunda edição, à qual temos acesso na modernidade, teria sido composta e entrado em circulação após os anos de 378 e 379, evidenciando a aspiração de Ausônio ao consulado. John Drinkwater (1999, p. 248-251), a partir de uma análise pautada no estilo de combate empregado por Valentiniano, supõe que o poema tenha uma datação mais tardia. Assim, de fato, em função de uma campanha lenta e fundada em escaramuças, Valentiniano teria chegado à fonte do Danúbio apenas entre 370 e 375, não em 368. Dessa forma, Drinkwater propõe que o *Mosella* tenha sido escrito e publicado no mesmo ano, em momento posterior, por volta de 375.

Apesar das divergências, não nos privamos de definir uma datação para o documento. *Grosso modo*, a leitura de Roger Green (1997) nos parece uma das mais ponderadas, sobretudo a partir das evidências de guerra, essenciais para a datação do poema, nas quais são comparadas passagens de Ausônio e Amiano Marcelino.<sup>32</sup> Parece plausível que a obra tenha sido escrita e

---

<sup>32</sup> Usualmente a escrita do *Mosella* está associada com as campanhas militares de Valentiniano, de cuja comitiva Ausônio fez parte, acompanhando seu pupilo, Graciano (SIVAN, 1990, p. 383). Dessa forma, reside uma discussão sobre duas passagens, de Ausônio e Amiano Marcelino, que supostamente estariam abordando o mesmo evento.

publicada entre os anos de 368 e 371, podendo ter sido revisitada alguns anos depois, o que explica a contradição de algumas evidências.

Outra questão que permeia o estudo do *Mosella* consiste em classificar a qual gênero literário a obra pertence. Há diferentes opiniões acerca da natureza desse documento, visto que ele já foi caracterizado como hino, elegia, idílio, epílio, itinerário, sátira e, em algumas digressões, como poema didático.<sup>33</sup> Tamanha imprecisão existe diante das múltiplas abordagens desenvolvidas ao longo desse poema, por meio das temáticas da vida cotidiana do rio. Essa versatilidade tem resposta nas características próprias da poesia latina tardo-antiga. Se por um lado temos uma influência neoclássica, na qual Virgílio é tomado como um modelo a ser seguido, uma referência ideológica do destino de Roma, por outro, há a influência neoalexandrina de uma mistura de gêneros poéticos e abordagens, o que torna as produções desse momento difíceis de serem padronizadas nos gêneros convencionais (CHARLET, 1988, p. 77-78).<sup>34</sup>

A riqueza de temas, os recursos de intertextualidade e as referências a outros autores explicam o porquê de o *Mosella* ser uma obra tão estudada e, conseqüentemente, abrir margem para diferentes interpretações, como vimos na introdução, sobre as diferentes abordagens

---

Em Ausônio (*Mos*, 420-424), o lugar da batalha é identificado na passagem que fala de “inimigos vencidos além de *Nicrum*, de *Lopodunum* e da fonte do Ister”. Em Amiano Marcelino (XXVII, 10, 8), o lugar identificado é *Solicinium*.

<sup>33</sup> Bret Mulligan (2018, p. 248-249) aponta que o ecletismo literário e a composição de obras em múltiplos gêneros foi uma característica compartilhada por poetas da Antiguidade Tardia. Essa reflexão sobre os diferentes gêneros poéticos atribuídos ao *Mosella* foi realizada por Jean-Louis Charlet (1988, p. 78). O poema como hino é atribuído a Friedrich Marx (1931), como elegia, a Carl Hosius (1926); como idílio, a Nicola Terzaghi (1934) e Augusto Rostagni (1964); como epílio, a Emmanuele Cesareo (1942); como itinerário, a Maria Rosa Posani (1962); como sátira, a Luigi Illuminati (1938); por fim, como poema didático, a Henri de La Ville de Mirmont (1892).

<sup>34</sup> A literatura alexandrina ou helenística consiste em um movimento de transformação da poesia grega, em consonância com as mudanças sociais e políticas ocasionadas pelas conquistas de Alexandre III, no século IV a.C. Esse novo tipo de literatura se caracterizou por uma relação complexa entre a perícia poética e as temáticas humanas mais comuns, em contraste com a poesia sobre deuses e heróis produzida até então. Nesse movimento, os poetas mais inovativos foram além dos gêneros tradicionais, experimentando formas genéricas e conferindo tratamento mais sofisticado a padrões subliterários, a exemplo das abordagens bucólicas presentes nos idílios e nas poesias épicas curtas, usualmente chamadas de epílio (GUTZWILLER, 2007, p. 26-27). Advertimos que, se por um lado, os termos “clássico” e “neoalexandrino” são explicativos ao leitor, por outro, não deixaram de ser alvo de crítica, ao denotarem que a poesia tardo-antiga foi essencialmente uma continuação de modelos anteriores (PELTTARI, 2014, p. 4-5).

historiográficas das quais a obra é alvo. Cabe ressaltar que a influência literária alexandrina explica apenas em partes a natureza multifacetada da obra de Ausônio, uma vez que há individualidades do poema que apresentam intertextualidade própria, com alusões e reminiscências que o tornam ainda mais heterogêneo (SCAFOGLIO, 1999, p. 269).<sup>35</sup> No entanto, apesar da diversidade disposta, não é pertinente considerar a obra uma amálgama de diferentes abordagens literárias, como se Ausônio não detivesse um propósito concreto sobre o texto. De fato, o *Mosella* foi construído com um sistema interno de referências, nas quais as transições de temáticas são cuidadosamente pensadas, o que constata o controle do poeta sobre sua obra (ROBERTS, 1984, p. 343-344).

A própria estruturação métrica do poema em hexâmetros dactílicos, que pressupõe a adaptação da língua latina para seu emprego, assinala a sofisticação linguística utilizada no documento e a necessidade de reflexão e escolha meticulosa das palavras que foram empregadas em sua escrita. O hexâmetro dactílico, também conhecido como verso épico ou heroico, consiste na forma mais antiga de verso grego de que se tem conhecimento. Empregado na *Ilíada* e na *Odisseia*, de Homero, posteriormente foi apropriado pela poesia latina, a exemplo da obra *Eneida*, de Virgílio (PANTE, 2002). Apesar de Ausônio buscar transmitir a imagem de modéstia e rapidez na escrita de suas poesias, em realidade as evidências de revisão autoral e pedidos de revisão a terceiros sugerem a considerável extensão de tempo demandada pela atividade e, mesmo, que a escrita de um poema, em alguns momentos, revelava uma autoria plural (MCGILL, 2017, p. 8-9). O preciosismo na composição dos versos destaca a complexidade envolvida na escrita poética, sem contar o apreço de Ausônio pela opinião de seu público e a necessidade de se afirmar por meio dessa atividade.

---

<sup>35</sup> Giampiero Scafoglio (1999, p. 269) demonstra que um dos maiores exemplos dessa heterogeneidade do *Mosella* reside na passagem conhecida como “catálogo de peixes”, na qual Ausônio mistura influências de Homero e Virgílio em uma descrição dos peixes do rio, que caminha da didática à sátira.

*Grosso modo*, podemos resumir o desenvolvimento do *Mosella* em alguns recortes: a viagem de *Vincum* a *Noviomagus* (vv. 1- 25); a saudação ao Mosela (vv. 24-84); o catálogo de peixes (vv. 85-149); a paisagem do Mosela (vv. 150-168); os sátiros e as ninfas (vv. 169-188); os navegantes (vv. 189-239); a pesca (vv. 240-282); as vilas do Mosela (vv. 283-348);<sup>36</sup> o catálogo de afluentes (vv. 349-374); os habitantes do Mosela (vv. 375-414); o Reno (vv. 415-437); o selo do poeta (vv. 438-468) e a saudação final (vv. 469-483).<sup>37</sup>

Optamos, de forma operacional, por considerar o poema um epílio, conscientes de que tal definição está longe de explicar a obra como um todo, mas, que em termos gerais, é uma definição bastante próxima do significado da obra.<sup>38</sup> Um epílio pode ser considerado uma variação do gênero épico, composto por uma narrativa que aborda temas objetivos da experiência humana, possuindo um caráter mais descritivo do que narrativo.<sup>39</sup> Assim, trata-se de uma obra de menores proporções que o gênero épico, mas que também pode assumir grandes temáticas de interesse coletivo. Ainda, o epílio possuía uma característica muito marcante da escola alexandrina de poesia, a tendência de misturar formas poéticas, podendo assumir os recursos dramático, lírico, satírico e pastoral (JACKSON, 1913, p. 38-42).<sup>40</sup>

Algumas particularidades apresentadas são essenciais para a compreensão do documento que investigamos. Todavia, definir o *Mosella* como um produto literário de seu tempo não é

<sup>36</sup> Trata-se do momento em que o poeta descreve as formas arquitetônicas das vilas e habitações edificadas ao longo do rio.

<sup>37</sup> Esta organização está disposta na edição do *Mosella* publicada pela Gredos (1990), com tradução e notas de Antonio Alvar Ezquerro, que secciona o poema em doze subtítulos. Reproduzimos a divisão a fim de exemplificar ao leitor as diferentes abordagens de Ausônio ao longo de sua obra.

<sup>38</sup> O desenvolvimento do epílio remonta ao século III a.C. Sua trajetória está relacionada à escola literária de Alexandria, ocasião na qual poetas como Calímaco e Apolônio de Rodas anunciavam a falta de popularidade do épico (JACKSON, 1913, p. 37). Estamos conscientes de que a definição das obras do período como epílios corresponde a uma acepção moderna, visto que não é identificado entre os antigos o uso recorrente desse termo (ALLEN, 1940, p. 4). Todavia, na ausência de um vocábulo mais preciso, optamos por mantê-lo.

<sup>39</sup> O gênero épico consiste em obras bastante extensas, que por vezes ultrapassam milhares de linhas, e têm por temática central eventos históricos de grande envergadura, com a participação de heróis. Trata-se de um gênero que conta com algumas regras e convenções, como a invocação de musas e o uso de versos em hexâmetros dactílicos, sendo grandes exemplos as obras *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero (RUTHERFORD, 2005, p. 19).

<sup>40</sup> Atentemos que toda classificação de uma obra em determinados parâmetros pode implicar a perda de uma ou mais de suas particularidades (SILVA, 2006, p. 55).

suficiente se não elencarmos as características gerais da poesia latina na Antiguidade Tardia e seu papel no contexto político e social. Afinal, ainda é um desafio para a historiografia utilizar a literatura tardo-antiga para explicar as circunstâncias de seu próprio contexto (HOOF; NUFFELEN, 2014, p. 14).

O decorrer do século III é reconhecido por uma diminuição das produções literárias seculares em latim, consequência das implicações políticas, militares e econômicas que afetaram o Império Romano,<sup>41</sup> é importante considerar que este ponto de inflexão não deve ser interpretado de forma exagerada, ou seja, visto como um período estéril da literatura latina (ALBRECHT, 1997, p. 1281; 1283). Dessa forma, os momentos seguintes da história romana, com o advento de um novo sistema político-ideológico, o *Dominato*, marcariam também um novo paradigma para a poesia latina, com um renascimento deste tipo de poesia, sobretudo a partir do governo de Constantino (CHARLET, 1988, p. 74). Apesar da influência neoalexandrina existente na poesia latina tardo-antiga, da qual o *Mosella* seria um exemplo, é a inspiração clássica que suscita mais indagações no que concerne ao caráter político dessas novas produções.<sup>42</sup>

De acordo com Jean-Luis Charlet (1988, p. 77), o classicismo literário tem relação direta com o caráter ideológico destes autores do período de Augusto. Portanto, a renovação da poesia tardo-antiga estaria diretamente associada aos governos imperiais, sobretudo de Constantino e Teodósio, a partir de uma ideia de *renovatio imperii*, em que os imperadores deveriam ser vistos como fundadores de uma Roma regenerada. A interpretação de Charlet (1988) é promissora na

---

<sup>41</sup> Destaca-se que no mesmo período é registrado um florescimento da literatura latina cristã (CAMERON, 2006, p. 349), muito embora devamos nos atentar para a problemática de se definir a literatura tardo-antiga como “cristã”, em contraste aos trabalhos não cristãos definidos como “pagãos”, dada a problemática da dicotomia. Por outro lado, a definição de trabalhos não cristãos como “seculares” também não está livre de crítica, dada a tentativa de interpretá-los como separados da matéria religiosa. A questão levou Robert Shorrock (2011, p. 8) a propor uma alternativa de definição para a poesia tardo-antiga a partir da inspiração poética à qual os poetas se filiaram, através das terminologias “poetas de Cristo” e “poetas das Musas”.

<sup>42</sup> Cameron (2006, p. 239-240) afirma que “sem poetas como Virgílio, Ovídio e os poetas da ‘era prata’ a poesia latina tardo-antiga é impensável”.

ocasião em que buscamos compreender a ligação direta entre Ausônio e Valentiniano, no tocante à elaboração de uma poesia vinculada ao êxito do governante. No entanto, tal reflexão é restritiva, permitindo apenas que façamos o mesmo caminho de interpretações já elaboradas por Marx (1931) e Ternes (1970), nas quais o poema é compreendido estritamente como uma propaganda ao imperador.

Tamanha limitação se encontra diante de uma leitura dos documentos poéticos, a partir de uma posição política expressamente relacionada à instituição do Estado, reflexão que propomos superar nesta Dissertação. Para tal empreitada, a interpretação de Alan Cameron (2006, p. 351) sobre o fenômeno da poesia latina na Antiguidade Tardia amplia nosso leque de percepção do político no documento. Para o autor, o reavivamento da poesia do Principado é uma característica central da cultura das elites ocidentais, independente de cristãs ou pagãs.<sup>43</sup>

É válido destacar que a interpretação de Cameron parte da análise da ascensão da poesia latina no Oriente, quando a partir da reformulação da burocracia imperial de Constantino e Diocleciano, as elites gregas buscaram cada vez mais uma formação voltada para o clássico. A causa possível para tal é que o aperfeiçoamento da *paideia* parece ter sido um requisito fundamental que habilitava os indivíduos a novos cargos dentro do serviço imperial, sendo a poesia clássica a *paideia* em sua forma mais concentrada (CAMERON, 2006, p. 345-346). Neste caso, o compartilhamento de uma cultura em comum pautada na *paideia* foi um elemento de distinção cultivado pelas elites gregas, atestada na atividade de poetas do século IV, bem

---

<sup>43</sup> Uma das explicações mais recorrentes é que o reavivamento da literatura latina estaria relacionado com um esforço de reação da aristocracia pagã contra a emergência do cristianismo (CAMERON, 2011, p. 399; HOOF; NUFFELEN, 2014, p. 4). Todavia, esta tese encontra muitos obstáculos a partir de estudos de caso, como o exemplo de Claudiano, poeta pagão que possuiu muitas obras direcionadas para uma audiência cristã na corte de *Mediolanum*, a partir de patrocinadores também cristãos. Além disso, o próprio estudo da mitologia clássica compôs de forma indispensável a educação liberal tardo-antiga (CAMERON, 2006, p. 342-343).

como na manutenção dos serviços de educação privada, em que os tutores mantiveram o ensino de gramática e de retórica com base na cultura clássica grega (BROWN, 1992, p. 36-37).<sup>44</sup>

Não temos motivos para pensar que no Ocidente foi diferente, em especial nas Gálias, em que no século IV foi registrado o reavivamento em larga escala da poesia produzida no período imperial, bem como foi nesta mesma época que as escolas gaulesas gozaram de prestígio na formação de aristocratas ocidentais (CAMERON, 2011, p. 404-405).<sup>45</sup> Ademais, entre os gauleses, foi registrada substancial atuação de oradores, oriundos principalmente dos círculos educacionais de *Augustodunum* e *Burdigala*, responsáveis pela elaboração de panegíricos, também pautados na influência literária da cultura clássica (ZARDINI, 2015, p. 27-28).<sup>46</sup>

O interesse pela cultura clássica se manteve entre os círculos aristocráticos da Antiguidade Tardia, todavia mesmo os imperadores de origem não senatorial demonstraram o apreço e a importância dada a este tipo de formação, a exemplo de Valentiniano e seu convite para que Ausônio educasse Graciano (MARROU, 1973, p. 472). Essa nova posição desempenhada por Ausônio, como poeta de corte e pedagogo, permitiu que ele aprofundasse sua influência política (MATTHEWS, 1998, p. 54). Como destacado, o *Mosella* foi escrito no contexto em que o poeta gozava da companhia imperial. No entanto, suscita entender como funcionava a instituição da corte imperial no contexto do Império Romano tardo-antigo, e como a presença de um indivíduo com dotes poéticos poderia contribuir para este cenário.

A corte imperial, na condição de órgão diretor máximo do Império, foi no século IV a instituição responsável por reunir o conjunto de órgãos governamentais e seus respectivos

---

<sup>44</sup> Destaca-se que no século IV foi registrado um aumento de interesse, mesmo na Grécia, pela formação voltada para o latim, sobretudo para a Literatura e o Direito, em função das reformas burocráticas exercidas por Diocleciano (SILVA, 2013, p. 2).

<sup>45</sup> Símaco é um exemplo de aristocrata itálico que teve sua formação educacional delegada ao um retórico gaulês, tendo, posteriormente, delegado a formação de seu filho a um professor de mesma origem (CAMERON, 2011, p. 404).

<sup>46</sup> Thiago Zardini (2015) defende a hipótese de que a composição dos panegíricos latinos, para além de uma unilateralidade da legitimação dos imperadores alvo do texto laudatório, expressava a afirmação de interesses políticos próprios dos panegiristas.

funcionários, desempenhando essencialmente as funções legislativas e executivas de gerência. Variando em número, em função da quantidade de imperadores do contexto em que se analisa, a corte era um ambiente no qual as esferas do público e do privado não estavam muito bem definidas, dado que funcionava ao mesmo tempo como residência imperial e máquina de governo. De todo modo, a corte envolvia uma série de funcionários e serviçais, além de amigos pessoais do imperador (SILVA, 2018, p. 77-78).<sup>47</sup>

A proximidade com a família imperial e com a aristocracia presente na corte foi uma oportunidade para Ausônio poder, além de desempenhar seu papel como tutor, investir sua formação em composições poéticas próprias.<sup>48</sup> Desta forma, as composições como *Cento Nuptialis*, *Versus Paschales*, *Griphus* e *Mosella*, datados do fim da década de 360, e com referências diretas à família imperial, sugerem uma tentativa de afirmação do poeta através de sua poesia, pois escrita em verso lhe permitia expressar da forma mais pura e completa sua cultura literária (CAMERON, 2006, p. 347).<sup>49</sup>

O espaço da corte também permitiu que Ausônio ampliasse seu universo de leitores. Podemos considerar em sua clientela literária indivíduos como Juliano Rústico e Flávio Siágrio, amigos de Símaco e compartilhadores de interesses literários. A estes, pode-se também acrescentar Teodósio, que em sua ascensão à condição de imperador, em 379, relembrou essa amizade, solicitando-lhes uma cópia de suas obras (MATTHEWS, 1998, p. 54). Especialmente sobre o *Mosella*, Símaco fala de um poema que “passa rapidamente de mão em mão, de seio em seio,

---

<sup>47</sup> A formação da corte imperial no Estado romano está relacionada com as mudanças políticas oriundas da transição da República para o Principado no fim do século I a.C. Neste sentido, a corte romana foi fruto da influência dos reinos helenísticos, mas também de aspectos herdados da própria cultura política das elites republicanas. Na República houve, por parte das elites romanas que serviram no Oriente, especialmente como governadores de província, uma apropriação dos hábitos compartilhados nos palácios helenísticos. Esses romanos invadiram as bibliotecas helenísticas, incorporaram poetas e estudiosos em suas comitivas e decoraram suas casas ao gosto grego (PATERSON, 2007, p. 129-130).

<sup>48</sup> Considerando a probabilidade de que, antes da chegada à corte, Ausônio não tenha publicado nenhuma obra (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 28).

<sup>49</sup> Convém notar que uma forma de distinção dentro do magistério romano era que gramáticos e retóricos, em função da leitura e consulta dos textos, podiam também elaborar composições próprias, afirmando o domínio maior da retórica (SILVA, 2013, p. 7).

de muitos” (*Ep.* XIV). A partir da evidência presente na epístola podemos inferir que o remetente acessou uma cópia do poema, ou que apenas teve notícia de algumas de suas peculiaridades, a partir de um amigo, possivelmente em comum com Ausônio. Nesse sentido, o próprio corpo epistolário do senador itálico é a melhor pista para supormos o caminho que a obra de Ausônio havia percorrido, dado que as correspondências evidenciam seu gosto pelas atividades literárias (SALZMAN, 2011, p. xlvi).

Há a possibilidade de que um membro da corte de Valentiniano tenha comunicado a Símaco, pois as epístolas documentam uma rede de contatos estabelecida, com indivíduos como Cláudio Antônio, Juliano Rústico e Flávio Siágrio (SOGNO, 2006, p. 22), tendo pelo menos estes dois últimos acessado as obras de Ausônio, como afirmamos acima. É também possível que o *Mosella* tenha circulado prioritariamente no meio aristocrático das Gálias (SCAFOGLIO, 2003, p. 536-537), o que explicaria seu caráter não apenas de propaganda, mas de um documento com uma mensagem específica para as elites locais. Não obstante, este dado não deve ser considerado sem restrições, pois a correspondência na qual Símaco requisita uma cópia do poema provavelmente foi escrita após o ano de 370, ocasião em que ele se ausentou da corte de Valentiniano (POHLMANN, 2012, p. 23), tendo provavelmente retornado para a Península Itálica.<sup>50</sup> Tal fato sugere que a notícia sobre o *Mosella* já ecoava para além das Gálias.

### ***O governo de Valentiniano***

Remonta ao ano de 364 a aclamação de Valentiniano como imperador. Sua escolha se deu após a repentina morte de Joviano, que governou por apenas oito meses, quando fora escolhido para substituir Juliano (355-363), morto em combate pelos persas na fronteira

---

<sup>50</sup> Símaco afirma: “Conheço este rio desde quando estava entre os funcionários dos imperadores imortais” (*Ep.* XIV).

oriental. Embora a chegada de Joviano ao poder tenha se dado em circunstâncias rápidas, devido à necessidade de uma figura imperial à frente do exército, um acordo estabelecido por Joviano em seu curto reinado com o rei persa permitiu que sua ausência fosse suprida de forma menos urgente (JONES, 1964, p. 138).<sup>51</sup>

A vacância do poder imperial fez com que autoridades civis e militares se reunissem na cidade de Niceia, com o propósito de discutir e escolher um novo nome para ocupar a mais alta função do Império. Após rejeitadas as figuras de Equítio, tribuno militar da *Schola Prima Scutariorum*, e de Januário, familiar de Joviano e *comes rei militaris*, optou-se pelo comandante da *Schola Secunda Scutariorum*, Valentiniano (HUGHES, 2013, p. 18-19). Escolhido pelos dignitários, e, em seguida, pessoalmente aclamado pelo exército, Valentiniano iniciou sua regência por volta dos dias 25 e 26 de fevereiro de 364. Doravante, a necessidade da partilha do poder imperial ficou de imediato assinalada, com a demanda do próprio exército, fazendo com que em 28 de março, na cidade de Constantinopla, Valentiniano elevasse à condição de Augusto seu irmão mais jovem, Valente (STEIN, 1959, p. 172).

Uma das razões que levaram à escolha de Valentiniano se refere a sua formação militar e o repertório de sucesso por parte de sua família nesta área. Valentiniano nasceu em 321, na Panônia, filho de Graciano, o Velho, militar que ocupou cargos de destaque sob o governo de Constâncio II como *comes Africae* e *comes Britanniarum* (HUGHES, 2013, p. 7).<sup>52</sup> A projeção paterna parece ter oferecido ao jovem a oportunidade de trilhar os caminhos de um militar romano, sendo provável que por volta de 341, aos vinte anos de idade, Valentiniano tenha dado início a sua carreira como recruta das *scholae palatinae* (WOOD, 1995, p. 275).

---

<sup>51</sup> O acordo de paz estabelecido entre Joviano e os persas foi significativamente desfavorável para os romanos, pois representou a devolução de áreas próximas ao rio Tigre, conquistadas por Diocleciano, e a retirada de cidades estratégicas, como Nisibis e Singara (FRIGHETTO, 2012, p. 119).

<sup>52</sup> O suposto apoio oferecido por Graciano ao usurpador Magnêncio levou Constâncio II a confiscar as propriedades do primeiro. Contudo, a carreira militar de Valentiniano provavelmente não foi comprometida por este evento (HUGHES, 2013, p. 8).

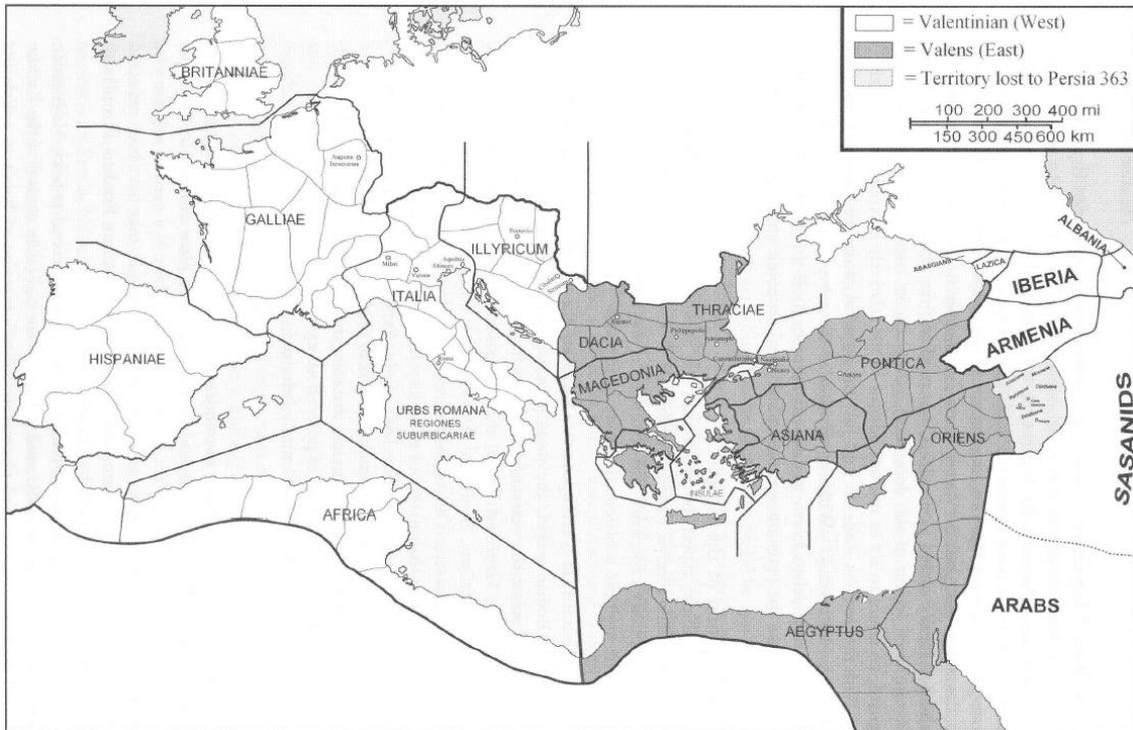
Sua trajetória na esfera militar foi repleta de permanências e rupturas. Durante o governo de Constâncio II, ele foi para as Gálias na condição de comandante dos *equites cornuti*, uma divisão de cavalaria que estava sob a autoridade do *magister peditum* Barbácio, enviado para apoiar Juliano, que na condição de César, lutara contra os alamanos. Em 357, a falha no cumprimento de uma emboscada contra os inimigos, causada pelo possível interesse de Barbácio em desprestigiar Juliano e vir a ascender ao poder, levou Valentiniano a ser culpado pelo fiasco da empreitada, fato que lhe rendeu a demissão de suas funções por parte do imperador Constâncio II. Solucionado o mal entendido e tendo Barbácio sofrido a pena capital por conta de sua conspiração, em 359 Valentiniano retornou à cena pública ao ser enviado por Constâncio II para a fronteira oriental contra os persas (HUGHES, 2013 p. 11-12).

Posteriormente, Juliano, já na condição de imperador, nomeou Valentiniano como comandante dos *Ioviani*, uma das duas unidades seniores das *legiones palatinae*, ao lado dos *Herculiani*. Após sua dissidência com Juliano em função de matéria religiosa, Valentiniano foi, em 362, novamente afastado de suas funções. Retornou ao prestígio após seus serviços prestados ao imperador Joviano, tornando-se comandante da *Schola Secunda Scutariorum*, em 363 (HUGHES, 2013, p. 15-18).

Se nos governos de Constâncio II, Juliano e Joviano haviam, com a existência de um único Augusto, atestado a ruptura com a divisão do poder idealizada na tetrarquia de Diocleciano, a dinastia Valentiniana se apropriou novamente desta organização. Dessa forma, a parte Ocidental do Império ficou a cargo de Valentiniano, enquanto o Oriente ficou sob a administração de Valente (*vide* Mapa 1). Todavia, é importante destacar que a divisão operada pelos irmãos alcançou um nível de cisão até então não ocorrido na história do Império Romano. Entendida em um movimento histórico de divisão entre Ocidente e Ocidente e iniciada na Dinastia Severiana, os irmãos panônios produziram uma autêntica divisão administrativa, política, fiscal e militar do Império, por meio de uma separação efetiva das províncias, da

administração, dos funcionários e dos recursos, mantendo uma unidade imperial pautada muito mais em uma estrutura legal (FRIGHETTO, 2012, p. 120).<sup>53</sup>

Mapa 1 - A divisão do Império Romano exercida em 364 pelos irmãos Valentiniano e Valente



Fonte: Hughes (2013, p. 26).

Ao analisarmos o período em que os irmãos estiveram no poder, sobretudo acerca da figura de Valentiniano, notamos como alguns lugares em comum são constantemente mantidos pela historiografia. A primeira característica diz respeito à competência militar do imperador, ao ser classificado como o último grande imperador do Ocidente, principalmente a partir de sua capacidade bélica na defesa da fronteira (BROWN, 2013, p. 120; FERRILL, 1989, p. 50). Ainda, outro aspecto reiterado corresponde ao perfil de personalidade do governante, muitas vezes lembrado por seus traços de agressividade, brutalidade e desprezo por temáticas distantes do universo da guerra (PETIT, 1995, p. 294; JONES, 1964, p. 139).

<sup>53</sup> Explica-se a divisão exercida com Valentiniano no Ocidente e Valente no Oriente através da capacidade militar do primeiro para conter as invasões germânicas que assolavam tal região. Todavia, é muito provável que a escolha resulta em uma estratégia política, visto que a posição de Valentiniano no Oriente, tendo reconhecido a fronteira com os persas e ali batalhado, pudesse provocar um novo conflito com eles (HUGHES, 2013, p. 25-26).

Acerca da possível personalidade de Valentiniano, o problema que identificamos reside na carência de um maior repertório de fontes para que a historiografia possa discutir tais evidências. Isso ocorre, porque parte significativa da narrativa produzida está pautada na obra *Res Gestae*, de Amiano Marcelino.<sup>54</sup> Destarte, considerando a importância singular deste autor para a narrativa de Valentiniano e do Império Romano tardo-antigo, devemos nos atentar para que as evidências documentais não sejam apropriadas como dados inatos, imputando a Valentiniano um aspecto irracional e incapaz de lidar com os problemas de seu cotidiano sem a linguagem da agressividade.

Para além das passagens que destacam a crueldade de Valentiniano, de acordo com Amiano Marcelino (XXX. 8. 10), ele “[...] odiava os bem-vestidos, os instruídos, os ricos e os bem-nascidos”.<sup>55</sup> No entanto, é importante sublinhar que tal assertiva, à exceção dos “instruídos”, poderia representar uma própria aspiração de Amiano Marcelino, tal sua divergência com a aristocracia senatorial romana (MATTHEWS, 1989, p. 216). Outra fonte, apesar das indefinições de sua escrita, oferece uma importante comparação com os atributos pessoais do imperador, trata-se do *Epitome De Caesaribus*, duvidosamente atribuído a Sexto Aurélio Victor. Neste sentido, Valentiniano “era um pintor muito elegante, possuía memória poderosa, refletia sobre novas armas, criava imagens com cera ou argila, fazia uso prudente de lugares, horários e conversas” (Aur. Vict. *Epitome*. 45.5).<sup>56</sup>

A questão que trazemos à tona não pretende desqualificar a narrativa de Valentiniano como um indivíduo agressivo, cruel e avesso à educação. Queremos atentar o leitor para a

---

<sup>54</sup> “[...] a narrativa de Amiano Marcelino pode ser considerada a mais relevante dentre os escritos de caráter histórico que surgiram no Baixo Império, não apenas em virtude do método de trabalho desenvolvido pelo autor, mas também pelo seu fôlego extraordinário” (SILVA, 2007, p. 166).

<sup>55</sup> Nas passagens (Amm. Marc. 27.7.5; 29.3.3; 30.5.19) as punições desproporcionais ajudam a compor o quadro de crueldade de Valentiniano.

<sup>56</sup> *Epitome De Caesaribus* consiste em um texto de autoria incerta composto em meados de 390 ou no decênio seguinte. Tal obra foi associada a Aurélio Victor, por se entender que se tratava de um resumo da *Historiae abbreviatae* (ANTIQUERA, 2012, p. 32). Entretanto, o relato ainda se mostra como importante paralelo para relativizarmos a figura de Valentiniano.

importância de que as fontes sejam concebidas com margem de relatividade. Afinal, se o imperador odiava pessoas “instruídas”, qual seria a razão de ter escolhido Ausônio para cuidar pessoalmente da formação intelectual de seu primogênito? O poeta, definitivamente, não teve em sua carreira qualquer pendor para o meio militar, bem como sua formação, desde criança, esteve estritamente conectada à arte da gramática e da retórica. Destacamos, portanto, que apesar de Valentiniano se legitimar sob a áurea de um comandante, exitoso na arte da guerra, isso não impediu que ele explorasse diferentes manifestações de poder que estavam a seu alcance.

O reconhecimento de Valentiniano como último governante de grande sucesso militar no Império Romano se deve, sobretudo, a sua capacidade de utilizar a diplomacia e a guerra para lidar com as tribos germânicas que ameaçavam as fronteiras dos rios Reno e Danúbio. Ainda, o imperador foi responsável por estabelecer um programa de construção e reforma de fortificações que criou um sistema sofisticado de defesa fronteiriça. Tais construções são atestadas tanto pela descrição de Amiano Marcelino, quanto pelas evidências arqueológicas (MATTHEWS, 1998, p. 33).

O estabelecimento da corte do imperador do Ocidente na cidade de *Augusta Treverorum*, em outubro de 367, após a passagem por outras cidades como *Lutetia*, *Samarobriua* e *Durocortorum* (SIVAN, 1993, p. 97), representou a necessidade da presença imperial próxima à fronteira do Reno. Neste caso, ganham destaque os conflitos que se estenderam contra os alamanos, identificados continuamente na narrativa de Amiano Marcelino em quase todos os anos do governo de Valentiniano (MATTHEWS, 1989, p. 207). A necessidade de confronto com os alamanos levou o imperador a recursar ajuda a Valente, em 365, ocasião em que o Augusto no Oriente teve de enfrentar a usurpação de Procópio (DRINKWATER, 2007, p. 1).

A preocupação do imperador ocidental com a questão da guerra também se manifesta em sua ação legislativa, identificada no *Codex Theodosianus* na tentativa de incrementar os efetivos

do exército. Três grupos de leis podem ser definidos. Primeiro, as medidas de caráter punitivo que passaram a punir com a pena de escravidão nas minas, ou perda de bens, para aqueles que cometessem a deserção. Ainda, o ato de automutilação, a fim de evitar o serviço militar, foi desestimulado como manutenção destes indivíduos no exército. Com o intuito de aumentar o contingente alistável, a exigência de altura foi reduzida e passou a se considerar a inclusão de criados a serviço dos soldados nas linhas de guerra. Outras legislações ofereceram incentivos aos veteranos, diminuindo impostos e favorecendo atividades mercantis e agrárias (GARRIDO GONZÁLEZ, 1987).

Se no Ocidente a administração imperial enfrentava problemas com os alamanos, em outras províncias a ação enérgica do governante também se fez necessária, porém por intermédio da designação de um funcionário apto a fazê-lo. Em 367, Teodósio, pai do futuro imperador Flávio Teodósio, foi enviado na condição *comes rei militaris* para a *Britannia*, onde foi vitorioso em conter os ataques provocados por pictos, escotos e francos (FRIGHETTO, 2012 p. 121). Promovido à condição de *magister equitum*, Teodósio foi direcionado, em 372, para a África, mais precisamente para a *Tripolitana*, onde suprimiu a revolta de Firmo, um chefe local que se rebelara contra a presença do *comes Africae* romano (JONES, 1964, p. 140).

Quanto a questões político-administrativas, algumas particularidades merecem atenção, sobretudo acerca da relação entre o governo, as instituições e o jogo de poder entre as aristocracias ocidentais. No princípio de seu governo, Valentiniano esteve diante de intempéries que comprometeram o sucesso de suas ações, e mesmo a legitimidade de sua posição. No decorrer do ano de 367 ocorreu a chamada *conspiração bárbara*, na qual emergiram ataques de diferentes povos, em especial na *Britannia*, que renderam mobilizações militares, sobretudo as de Teodósio, já discutidas acima. Se para além da esfera das Gálias as medidas passíveis de solução já haviam sido tomadas, no ambiente da corte, no interior do próprio governo, as condições do imperador não iam bem. Nesta conjuntura, ainda em *Samarobriva*, antes de

deslocar seu aparato para *Augusta Treverorum*, Valentiniano adoeceu, fato que colocou em disputa uma possível sucessão imperial. Dentro da corte duas facções emergiram, uma propondo a figura do *magister memoriae* Rústico e outra em prol do *magister peditum*, Severo (TOMLIN, 1974, p. 303-304).

A respeito de Severo, este provavelmente recebeu apoio de uma facção panônia, enquanto Rústico foi amparado pela aristocracia gaulesa, principalmente a relacionada à cidade de *Samarobriva*. Apesar de não possuir uma origem senatorial, é possível que a posição civil de *magister memoriae* tenha rendido a Rústico prestígio em função de sua proximidade com os afazeres da corte. O suporte oferecido pela aristocracia gaulesa pode ser exemplificado na figura de Remígio, um *magister officiorum* e proprietário rural que compartilhava os interesses do apoio de *Samarobriva*. O episódio da ascensão dos candidatos na corte parece ter se apaziguado com a retomada da saúde de Valentiniano e com a elevação de Graciano, filho do imperador, ao título de Augusto. De todo modo, esse evento apontou a existência de um grupo político gaulês alinhado para preencher a possível vacância de poder. Além disso, a residência imperial nas Gálias possibilitou cada vez mais, desde Juliano, novas oportunidades de ascensão política e econômica para as elites locais (SIVAN, 1993, p. 99-100).

É importante destacar que Valentiniano não ficou alheio a essas novas esferas de poder. Uma das características mais marcantes de sua administração se deu com uma reformulação do quadro de funcionários do Império, que resultou em um autêntico privilégio para essas novas aristocracias que cada vez mais estavam na cena política, sobretudo com panônios (JONES, 1964, p. 141), o que significou um distanciamento das tradicionais famílias aristocráticas itálicas.

No princípio, Valentiniano garantiu uma posição privilegiada na corte para indivíduos oriundos da Panônia, que foram essenciais em seu apoio político e na sua consequente aclamação como imperador, dentre eles Equítio, alçado ao cargo de *comes Illirycum*, Leo,

promovido a *magister officiorum* em 371, e Vivêncio, elevado a *quaestor sacri palatii* em 364. Ademais, outras províncias estratégicas dentro da jurisdição de Valentiniano tiveram seus quadros reformulados, destacando-se o norte da África, que recebeu uma nova administração, além da Península Itálica e da cidade de Roma, que receberam funcionários de confiança de Valentiniano (MATTHEWS, 1998, p. 35-36; 38). Não obstante, alguns senadores romanos não deixaram de fazer parte do governo, como Vulcânio Rufino e Petrônio Probo, ocupantes de importantes prefeituras do pretório. Por outro lado, o imperador também não deixou de ratificar seu apreço pelo setor militar, o que significou que, em seu governo, das oito pessoas agraciadas com o consulado, apenas duas não eram líderes militares, sendo Probo o único com origem na aristocracia senatorial romana (JONES, 1964, p. 141-142).

Outro ato do imperador que resultou na expansão da ordem senatorial foi a concessão da dignidade senatorial para vicários, funcionários mais baixos da corte, além da aceitação de filhos de libertos (STEIN, 1959, p. 148). A ordem senatorial foi transformada de um grupo social fechado para um estrato social, no qual uma grande quantidade de pessoas da corte pôde ascender, reduzindo os aristocratas, com seu orgulho pela ancestralidade, a uma minoria (ALFÖDI, 1952, p. 58). Valentiniano também equiparou a precedência de alguns cargos elevados. Se antes os postos de prefeito do pretório, prefeito urbano, procônsul e vicário eram parte da aristocracia senatorial, adiante passaram a estar em igualdade de categoria com ex-prefeitos urbanos e do pretório e mestres de cavalaria e infantaria. Neste caso, a única precedência passou a ser postulada pela Antiguidade (JONES, 1964, p. 143).

Não é de se negar que a aristocracia itálica se enxergou atingida no contexto das reformas de Valentiniano. Ainda que o imperador tenha promovido um rearranjo no quadro de funcionários, privilegiando seus apoiadores panônios e o setor militar, sua ação legislativa alterou significativamente as bases de um espaço de poder e privilégio ocupado por uma aristocracia itálica tradicional, o Senado. Tal iniciativa que expandiu a ordem senatorial, em

termos numéricos, inserindo funcionários de baixo escalão e origem provincial, revelou entre os antigos senadores um sentimento de que a ordem estava sendo vulgarizada pelo imperador (JONES, 1964, p. 144).

Se havia uma profunda diferença entre Valentiniano e o Senado romano no que tange ao comportamento, aos hábitos e à percepção de mundo – vide a formação rústica e militarizada do panônio em comparação com os hábitos luxuosos e aristocráticos do Senado – não devemos considerá-la o fator essencial que levou Valentiniano a tomar medidas desfavoráveis quanto a esses indivíduos.<sup>57</sup> A reformulação dos quadros de funcionários parece ter atendido a necessidades políticas e de segurança do novo governo, talvez garantindo a manutenção de regiões relevantes ao abastecimento de alimento do Império (MATTHEWS, 1998, p. 39). Quanto à reorganização das leis da estrutura da ordem senatorial, é provável que o governante visasse prestigiar aqueles funcionários que compunham sua corte, assim como diminuir o privilégio dos senadores, aristocratas de nascimento, misturando-os dentro da nova massa que adquiriu a honra senatorial pelos serviços prestados (ALFÖDI, 1952, p. 59).

De todo modo, as alternativas políticas seguidas por Valentiniano atestam um desejo do governante em transferir a autoridade e as posições de prestígio do Império para seu círculo de influência. A ascensão, sobretudo de panônios, ao ambiente administrativo, bem como a inserção de outros cargos públicos como recurso para acessar a ordem senatorial, demonstra que o imperador estava consciente da importância política de se oferecer poder àqueles que estavam ao seu redor. Em outro sentido, ela também mostra uma outra vertente assumida adiante por Graciano, o qual optou por se aliar a uma aristocracia de matriz gaulesa, em contrapartida aos apoiadores panônios de seu pai (MATTHEWS, 1998, p. 80). Esta evidência, associada à própria ascensão política de Ausônio, aponta a influência do poeta no contexto do

---

<sup>57</sup> Para uma discussão que pondera a visão interior e exterior do Senado romano recomenda-se a leitura de John Matthews (1998).

novo governo (MARTIN, 1985, p. 246) e permite inferirmos acerca da importância adquirida pelo *Mosella* na legitimação dessa comunidade no cenário de poder imperial.

Na continuação da análise do governo de Valentiniano, salienta-se que o imperador também foi reconhecido por uma política favorável às camadas populares, em uma ação de governo identificada principalmente na criação do *defensor plebis*. O defensor era um funcionário responsável por proteger os menos favorecidos contra abusos promovidos pelos indivíduos mais abastados ou em posição de prestígio. Apesar de vinculado ao ambiente das cidades, o defensor também possuía jurisdição nas áreas rurais próximas ao ambiente urbano, fazendo valer, nesse caso, os interesses dos camponeses e pequenos proprietários rurais (FRIGHETTO, 2012, p. 122-123). Os defensores de cada cidade eram escolhidos pelos respectivos prefeitos do pretório, sendo a escolha ratificada pelo imperador. Nesse caso, alguns funcionários foram expressamente proibidos, como aqueles que ocuparam a posição de prefeito do pretório, governadores de província e vicários, em função da ingerência aplicada sobre a população mais pobre (JONES, 1964, p. 145).

A criação do *defensor plebis*, apesar de poder expressar um esforço de solicitude em ajudar as camadas mais pobres (STEIN, 1959, p. 180), também pode significar uma alternativa do imperador para manter a arrecadação de impostos de tais grupos. Nesse sentido, em função do risco da inserção cada vez maior do campesinato livre no sistema de *patrocinium*, ou seja, a vinculação a um grande proprietário em função das dificuldades de produção, muitos pequenos proprietários poderiam estar saindo da esfera de arrecadação de impostos do governo, o que comprometeria consideravelmente a estrutura imperial do Ocidente (FRIGHETTO, 2012, p. 123).

A partir das nuances discutidas, inferimos que o governo de Valentiniano foi palco de intensas disputas sobre os espaços de poder dentro da administração imperial. De um lado identificamos a existência de uma aristocracia itálica, composta por um Senado de famílias

tradicionais, que pelo nascimento justificavam sua posição privilegiada e sua preponderância para ocupar as mais altas magistraturas. Por outro, já reflexo de um longo distanciamento de Roma como centro de poder, identificamos a emergência de aristocracias regionais, apoiadoras do imperador e ávidas por ocupar a administração imperial e gozar do *status* senatorial.

Essas reflexões sobre a política imperial de Valentiniano nos estimulam a investigar o contexto espacial e a relação entre os eventos e a materialidade do contexto. Sabemos que essa narrativa se concentra na porção Norte do Império, a partir da cidade de *Augusta Treverorum*, na província da *Gallia Belgica*, como centro de poder. Dessa forma, no próximo capítulo abordaremos o desenvolvimento histórico desse espaço, bem como as intervenções ao longo do tempo que constituíram a cidade e seu entorno como uma das capitais do Império Romano no século IV.

## CAPÍTULO 2

### *AUGUSTA TREVERORUM COMO CAPITAL*

A evolução dos acontecimentos que compõem nosso recorte de pesquisa tem conexão direta com a província da *Gallia Belgica*, sobretudo com a cidade de *Augusta Treverorum* e de sua estreita relação com o rio Mosela. Compreender a formação dessa cidade, à luz de sua relação com o Estado romano, é fundamental para que avancemos na explicação de nossas hipóteses. Uma das questões que nos instiga é entender a razão pela qual Ausônio escolheu um rio específico para, em um esforço poético, destacar os atributos deste lugar, resultando em seu trabalho mais conhecido na modernidade.<sup>58</sup> Para isso, é preciso que compreendamos o desenvolvimento histórico das Gálias e suas elites, com um olhar especial para como a relação entre os tréveros e os romanos contribuiu para que a *Gallia Belgica* se convertesse em um centro de poder responsável por abarcar a administração do Estado romano no Ocidente durante boa parte do século IV.

#### *A romanidade dos gauleses e dos povos da Gallia Belgica*<sup>59</sup>

Para respondermos às questões acerca da relação entre o Estado romano e as províncias, em especial a partir da ótica da conquista e da anexação desses territórios ao Império, é necessária uma breve conceituação sobre esse processo, o qual a historiografia optou por analisar sob o conceito de *Romanização*. Trata-se de uma concepção moderna desenvolvida em

---

<sup>58</sup> Para compreender a elegância e a distinção do estilo poético de Ausônio de *Burdigala*, vide nosso Capítulo 1 e a bibliografia de referência sobre a poesia no contexto da Antiguidade Tardia como, por exemplo, Allan Cameron (2016, p. 163-184) e Jás Elsner e Jesús Hernández Lobato (2017).

<sup>59</sup> *Gallia Belgica*, ou Gália Belga, no singular, significa que abordamos uma província específica no contexto maior de províncias que compunham o que definimos como Gálias.

consonância com as explicações referentes à temática do imperialismo romano. Sua formulação é identificada, principalmente, por meio da obra *Romische Geschichte* (História de Roma), de Theodor Mommsen, publicada em cinco volumes entre os anos 1854 e 1885. O debate sobre a romanização seguirá, na transição dos séculos XIX e XX, por meio do trabalho de Francis Haverfield em *The Romanization of Roman Britain* (FREEMAN, 1997, p. 28; 47).<sup>60</sup> Tais autores foram responsáveis por conceber a ideia de romanização sob as fundações da ideologia imperialista do século XIX, sobretudo a partir da experiência do Império Britânico. A expansão do Estado romano foi analisada sob uma ótica progressista em que a cultura romana seria assimilada pelas sociedades dominadas em detrimento dos hábitos e comportamentos nativos. Assim, as análises estavam amparadas em categorias dicotômicas, o civilizado e o primitivo (MENDES, 2007, p. 26).<sup>61</sup>

Esse modelo analítico tem suas raízes teóricas no conceito antropológico de “aculturação”, segundo o qual as sociedades seriam entidades delimitadas, caracterizadas pela homogeneidade e estabilidade. O corpo social seria, majoritariamente, submisso a normas e a leis, de modo que os indivíduos não seguidores da normatividade seriam taxados por comportamento divergente. O processo de aculturação seria uma transição na qual sociedades consideradas como primitivas adotariam padrões culturais superiores, oriundos de uma sociedade civilizada. Nas últimas décadas esse modelo explicativo foi alvo de críticas, oriundas de movimentos sociais e de intelectuais, responsáveis por influenciar também o olhar historiográfico acerca do Mundo Antigo. Atualmente as sociedades são pensadas muito mais a

---

<sup>60</sup> Atentemos que não é viável afirmar que Mommsen inventou os estudos referentes à romanização, pois o tema foi alvo de debate desde a Renascença. Esse autor trouxe à tona a questão ao introduzir uma análise combinada de evidências literárias, epigráficas e numismáticas, tendo Haverfield, posteriormente, ampliado o uso da arqueologia para a proposta teórica em questão (FREEMAN, 1997, p. 45-46).

<sup>61</sup> Martin Bernal (2005, p. 13-14) destaca que por trás da reivindicação de uma pretensa neutralidade por parte dos Estudos Clássicos, a disciplina teve franco papel político, ao desempenhar nos séculos XIX e XX um esforço de legitimação histórica do continente europeu. A afirmação de uma superioridade europeia em contraste com outros continentes auxiliou as ações imperialistas e neocolonialistas, justificando-as como “missões civilizatórias”.

partir da heterogeneidade, na medida em que são construídas continuamente a partir de relações sociais fluidas (FUNARI; GARRAFFONI, 2018, p. 248-250).<sup>62</sup>

Conscientes da problemática envolvida na classificação, se pretendemos atribuir uma determinada cultura a uma certa sociedade, é necessário salientar a não existência de uma cultura romana única. Em muitos casos, as evidências de cultura material usadas para atestar a romanização de determinadas províncias, à luz do conceito unilateral, na realidade são tecnologias não provenientes de Roma, mas de outras partes do Império (HINGLEY, 2010, p. 38). Desta forma, atentamos para o zelo historiográfico perante a pretensão de designar uma sociedade como romana ou não romana. Um reparo importante para esse conceito, amparado nas novas discussões dispostas acima, consiste na ideia de que a romanização deve ser pensada em relação aos múltiplos processos de transformação social e cultural, oriundos da relação entre os padrões culturais romanos e a diversidade cultural das províncias, um movimento pautado na dinâmica de assimilação, ajustamento, conflito e negociação (MENDES, 2007, p. 26-27).

Outra discussão contributiva sobre as novas leituras acerca da relação entre romanos e outros povos é a categoria de romanidade. Nesses termos, a identidade étnica dos grupos é construída a partir múltiplas influências culturais que constituem aquela sociedade historicamente. Desta forma, ao invés de compreendermos o processo como uma sobreposição de uma identidade sobre outra de modo hierárquico, consideramos que as identidades são constituídas de múltiplas camadas, que se reorganizam de acordo com os eventos históricos e as interações culturais de diferentes sociedades (HALSALL, 2018, p. 41).

Um direcionamento pertinente para pensar o caso particular das Gálias pode ser visto em Greeg Woolf (1997; 2004). Na seara da revisão do conceito de romanização, o autor considera que não houve alinhamento imediato das elites gálicas a um novo padrão cultural imposto pelos

---

<sup>62</sup> Renata Garraffoni e Pedro Paulo Funari (2018, p. 250) apontam que, sobretudo a partir de conceitos como creolização, hibridismo e mestiçagem, estudos com enfoque heterogêneo na Antiguidade emergiram com trabalhos como de Guido Clemente (1972), Paolo Liverani (2006) e Jose Remesal (2011).

romanos, tampouco uma homogeneização desses grupos conquistados. A diversidade cultural persistiu no processo de dominação por meio de uma participação mútua de influências, entre gauleses e romanos, que permitiu o surgimento de uma nova cultura imperial, ajustada a uma nova configuração de poder (WOOLF, 1997, p. 341; 347). A análise da adequação a elementos culturais romanos durante período de conquista e pelos dois séculos seguintes sugere que as elites gaulesas se apropriaram de valores romanos (WOOLF, 2004, p. 247). Tal fato pode ser observado nas expressões literárias e artísticas que traçaram uma nova forma de pensar a história das Gálias, uma comunidade imaginada que recebeu uma história, um futuro e uma definição moral e cultural a partir da influência romana (WOOLF, 1997, p. 347).

Guy Halsall (2018, p. 48-49) demonstra que a existência de uma identidade romana suprarregional, isto é, capaz de englobar o Império como um todo, não quer dizer que as definições culturais locais não fizessem parte da construção identitária desses indivíduos. Ausônio, por exemplo, em alguns momentos explicita suas referências gálicas em conjunto com aquilo que considera ser romano.<sup>63</sup> Neste sentido, a ideia de romanidade não se restringe à expressão de valores, hábitos e comportamentos romanos por parte de determinado grupo, mas abarca a maneira como esses atores regionais também identificaram suas próprias particularidades regionais como uma forma adequada de ser romano. Dessa forma, ser romano não se reduziu a incorporar hábitos e valores introduzidos unilateralmente por um conquistador, mas foi um processo identitário construído a partir das próprias concepções regionais. Em um cenário político mais amplo, Ausônio projetou aquilo que seria o comportamento romano a partir de suas próprias concepções regionais. Identificamos no *Mosella*, e escrutinamos no Capítulo 3, a romanidade dos indivíduos do Mosela pautada em um amálgama de referências culturais romanas pertencentes a um *topos* da literatura latina e elementos da vida cotidiana na bacia do rio gaulês.

---

<sup>63</sup> Como do caso da obra *Ordo Urbium Nobilium*, em que o poeta explicita sua identidade multifacetada, sobretudo a partir das referências de *Burdigala*, sua cidade natal, e Roma (XX. 36-41).

A fim de que avancemos na interpretação da relação particular entre tréveros e romanos a obra *Comentarii de Bello Gallico*, de Júlio César, é um importante ponto de partida. Ao apresentar um novo período de relação entre romanos e gauleses e uma nova percepção do território gaulês por parte dos romanos, o texto é, em muitos sentidos, paradigmático para a história política romana.<sup>64</sup>

*Gallia* foi o termo usado pelos romanos para designar o território continental ocupado pelos celtas.<sup>65</sup> Antes da campanha empreendida por César, decorrida entre os anos de 58 e 52 a.C., os romanos concebiam uma divisão desse território em duas partes, a *Gallia Cisalpina*, aquela abaixo da cadeia de montanhas dos Alpes e a *Gallia Transalpina*, localizada além dos Alpes. Foi César quem dividiu esta última em quatro partes: a *Provincia*, região mediterrânica previamente ocupada pelos romanos e também conhecida como Gália Narbonense; a *Aquitania* na região Oeste, balizada pela rio Garona; a *Celtica*, uma grande região central delimitada no Oeste pelo mar Mediterrâneo e a Leste pelo rio Reno, e, por fim, a *Belgica*, na região Nordeste, delimitada pelo baixo Reno e pelo Mar do Norte. Em função da proximidade e do modo como a *Gallia Cisalpina* foi incorporada à cultura da Península Itálica, convencionou-se, em termos acadêmicos, considerar como “Gália Romana” as quatro Gálias supramencionadas. (DRINKWATER, 2014, p. 1).

Algumas considerações devem ser tecidas no que corresponde à classificação de César. O fato de separar os belgas dos demais povos gauleses não foi em vão. Decerto, o general

---

<sup>64</sup> A obra *Comentarii de Bello Gallico* trata-se de um conjunto de relatos sobre as campanhas militares que resultaram na anexação das Gálias ao Estado romano. É provável que ela tenha sido escrita em um único momento no ano de 52 a.C., quando a vitória romana parecia estar assegurada. A intenção de César ao escrevê-la era fornecer uma descrição a partir de sua experiência direta como conquistador, contudo ele também guardava profundas objeções de ordem política no que diz respeito à promoção de sua própria figura e de seus pares perante seus antagonistas políticos em Roma (ROSA, 2007, p. 39-41).

<sup>65</sup> O termo “celta” tem origem no grego *keltoi*, e foi usado pelos gregos para definir em termos étnicos as populações que habitavam ao norte de Massalia, uma colônia em área mediterrânica, localizada no Sul da moderna França. O significado de *keltoi* é impreciso, podendo ter relação com a belicosidade destes grupos, com o sentido de “exaltar” ou “atacar”, ou ainda com a ocupação do território e a ideia de “habitantes”. Os romanos utilizaram o termo *galli* para designar os grupos de guerreiros que invadiram a cidade de Roma em 390 a.C., com sentido de “estranhos” ou “inimigos”. Desse modo, *galli* se tornou o termo habitualmente empregado pelos romanos para designar os indivíduos de cultura e língua céltica, embora não esteja evidente se o termo designou uma tribo específica ou diversas tribos (RANKIN, 2003, p. 1-2).

romano identificou características de distinção nessas sociedades ou, mesmo, tal nomenclatura foi empregada em função de uma reivindicação própria desses indivíduos. O termo *belgae* tem origem na língua céltica e pode ser traduzido como “orgulhosos” ou “vangloriosos”. Dentre suas peculiaridades estava um pendor destinado à guerra maior do que o dos demais povos gauleses (Caes., *Bellum gallicum*, I, 1), fato que explicaria que eles tenham assegurado um território que com frequência era assediado por germânicos. Não obstante, as abordagens arqueológicas e linguísticas que aprofundam a explicação sobre a origem dos belgas sugerem a multiplicidade de influências culturais que os formaram. A explicação mais plausível é que os belgas fossem descendentes diretos de tribos germânicas que cruzaram o Reno e se assentaram no território em questão, onde compartilharam elementos culturais germânicos e célticos, embora fossem conscientes de suas próprias particularidades diante de ambos (WIGHTMAN, 1985, p. 12-13).<sup>66</sup>

Já tribo dos tréveros, embora estivesse próxima em termos geográficos do território definido como *Belgica*, figurou uma dúvida para a categorização do general romano. César (*Bell. gall.*, I, 1; II, 4; VI, 2-3) hesitou em classificá-los como belgas ou célticos, sendo provável que veio a interpretá-los entre os últimos (WIGHTMAN, 1970, p. 16). Sobre suas particularidades, Aulo Hércio relatou os constantes conflitos existentes entre tréveros e germânicos, dos quais os próprios tréveros não diferiam muito em costumes e belicosidade (*Bell. gall.*, VIII, 25).<sup>67</sup> Adiante, foi Tácito que afirmou que os tréveros, assim como os nérvios, reivindicavam de forma honrosa uma descendência germânica em contrapartida a uma inércia dos gauleses (*Germania*, XXVIII). O fato é que, apesar de suas particularidades, os tréveros

---

<sup>66</sup> Há particularidades entre os belgas que não podem ser definidas nem como célticas e nem como germânicas, como, por exemplo, as pesquisas filológicas acerca de nomes de lugares e de indivíduos gravados no tempo romano, em que não é identificada uma origem linguística em nenhuma dessas influências. Logo, estamos diante de um terceiro elemento, talvez um desenvolvimento linguístico próprio da *Gallia Belgica*, embora as aristocracias, em um sentido mais restrito, devam ter compartilhado uma linguagem céltica mais comum às demais tribos gálicas (WIGHTMAN, 1985, p. 11).

<sup>67</sup> O oitavo livro da obra *Comentarii de Bello Gallico* é atribuído a Hércio, um dos líderes militares romanos de César (ROSA, 2007, p. 40).

guardavam semelhanças com os povos belgas, sobretudo a partir de um forte pendor voltado para guerra e no que se refere a um hibridismo étnico que caminhava entre as influências gaulesas e germânicas.<sup>68</sup>

Apesar de César não descrever particularidades sobre a organização social dos tréveros e onde habitavam, é provável que estes, assim como os demais belgas, compartilhassem muitos traços em comum com outras tribos gálicas, com uma hierarquia social semelhante e dispersos em habitações rurais.<sup>69</sup> Embora os testemunhos literários não tratem de nenhum *oppidum*, os tréveros estavam cercados de colinas favoráveis à construção de fortificações. A arqueologia atesta um pequeno grupo dessas obras ocupadas pelo menos até o período anterior à chegada dos romanos (WIGHTMAN, 1970, p. 28-29).<sup>70</sup>

Os dados da fundação da cidade de *Augusta Treverorum* após a ocupação romana indicam o ano de 17 a.C., data relacionada ao estabelecimento das vias romanas na região e ocasião em que a arqueologia atesta as primeiras construções em madeira no sítio da cidade. A dificuldade na distinção cronológica destes primeiros materiais sugere que o assentamento na região se deu

---

<sup>68</sup> As evidências arqueológicas demonstram que os tréveros possuíam uma ancestralidade diferente de seus vizinhos. Nos séculos VI e V a.C. foi desenvolvida na região uma cultura material com particularidades diante das vizinhas que ficou conhecida como cultura de Hunsrück-Eifel. Importante destacar que o uso do termo “germânico” pelos antigos não deve ser compreendido no sentido teutônico, como compreendemos na modernidade. Foi o filósofo grego Posidônio que aplicou o termo pela primeira vez, ao definir que os germânicos habitavam a margem direita do Reno, fazendo uma espécie de apêndice dos celtas, concepção que levou César a definir o Reno como a fronteira entre gauleses e germânicos. Dessa forma, a partir da concepção antiga os “germânicos” podem ser entendidos como um substrato de tribos que estavam entre as influências celtas e teutônicas. Uma hipótese é que os tréveros teriam origem na margem direita do Reno, sobretudo a partir do significado do nome pelo qual são conhecidos, algo próximo de “aqueles que cruzaram o rio” (WIGHTMAN, 1970, p. 18-20).

<sup>69</sup> César descreve a estrutura social das tribos gaulesas com termos correspondentes à estrutura da sociedade da Roma republicana. Dessa forma, há o uso de termos latinos como *nobilis*, *senatus* e *plebes*, com significados próprios para a concepção política romana, no que parece ter sido uma forma de aproximar a obra à audiência (DUNHAM, 2007, p. 165). Para César, as sociedades gaulesas são basicamente divididas em dois grupos, uma aristocracia formada por militares (*equites*) e religiosos (*druides*), e um grupo constituído pelas pessoas comuns (*plebes*) (DRINKWATER, 2014, p. 10).

<sup>70</sup> *Oppidum* foi um termo latino, bastante reconhecido a partir de César, usado para designar uma série de edificações com as quais os romanos se depararam nas Gálias. Os *oppida* podem ser definidos a partir de algumas características básicas: são fortificações cercadas por extensas muralhas, ocupando geralmente áreas grandes (entre 25 e 50 hectares), que funcionavam como uma espécie de centro político, comercial e religioso (MOORE, 2017, p. 283). No caso dos tréveros, temos o exemplo do *oppidum* de Titelberg, cujo sítio está localizado no Estado moderno de Luxemburgo, e que parece ter sido o centro desta tribo no período anterior ao governo de Augusto. No entanto, há evidências de que no início do Principado esse *oppidum* ainda fosse muito próspero (THOMAS et al, 1976, p. 242).

de forma rápida, e na primeira metade do século I a cidade já se encontrava em plena expansão (MORSCHER-NIEBERGALL, 2015, p. 267). Com o enriquecimento da cidade e seu aumento em importância política, nesse período *Augusta Treverorum* se tornou residência oficial do *procurator Augusti* da *Belgica* (WIGHTMAN, 1970, p. 43) e os tréveros foram considerados por Pompônio Mela os mais opulentos dentre os belgas (*Chorographia*, III, 20).

A investigação das transformações culturais resultantes da nova estrutura de poder desenvolvida nas Gálias, após o domínio romano, é uma tarefa complexa, visto que essas mudanças podem ser estudadas a partir de uma série de evidências, literárias e materiais, que apontam novos hábitos empregados nas esferas da vida cotidiana dos gauleses, mas também na forma de conceber as questões políticas, as relações de poder e o uso de símbolos. Dessa forma, adiante centraremos a análise na relação progressiva entre o Estado romano e a tribo dos tréveros, principalmente a partir das narrativas literárias, que sugerem uma apropriação de símbolos romanos por parte desse povo como forma de reivindicação de uma autonomia política e de um posicionamento perante o cenário imperial mais amplo. Devemos ainda destacar que não apenas por divergências foi marcada a relação entre os tréveros e o Estado romano.

Uma premissa importante para avaliar a nova cultura imperial formulada a partir da campanha de César é entender que a relação entre o Estado romano e os gauleses sempre foi de negociação, por vezes culminando em conflitos bélicos, dado que pode ser aferido a partir da insegurança expressa pela tradição historiográfica romana que, de César a Amiano Marcelino, aborda os gauleses como indivíduos imprudentes em termos políticos, pouco confiáveis e com uma lealdade duvidosa a Roma (DRINKWATER, 2014, p. 49). Não obstante, criar uma dicotomia entre romanização e resistência para explicar as revoltas gaulesas que ocorreram no tempo de César e no Império é um reducionismo perigoso que pode apagar as peculiaridades dessa nova sociedade imperial que estava surgindo. Muitas rebeliões ocorridas no primeiro

século tiveram participação de gauleses que adquiriram cidadania romana, ou que pertenciam a uma segunda ou terceira geração de pessoas com esses direitos, mantendo posições prestigiadas dentro da administração imperial (WOOLF, 2004, p. 20-21). Os tréveros oferecem um estudo de caso riquíssimo para compreendermos tais acontecimentos.

A relação entre César e os tréveros foi ambivalente. No começo da campanha, estes se aliaram aos romanos, concedendo uma divisão de cavalaria que atuou como tropa auxiliar. Este fato mudou quando as tribos belgas se associaram contra César, e os tréveros voltaram suas forças contra os romanos, sendo repreendidos posteriormente por essas tropas. Adiante, em 54 a. C., os romanos tiveram de lidar com uma revolta liderada por um nobre trévero chamado Idutiomarus, que culminou com a vitória dos romanos liderados por Labieno. Este confronto, desenvolvido nas margens de um rio da região, provavelmente o Mosela, demonstra como o rio foi um espaço histórico de confrontos. Assim, um outro nobre trévero, Cingetorix, aliou-se ao propósito romano e se transformou em uma espécie de líder cliente. Após um período de paz, a morte de Cingerotix, em 51 a. C., ocasionou novas rebeliões que mais uma vez foram suprimidas pelo exército romano (WIGHTMAN, 1970, p. 25-28).

Após um período em que se presume a ocorrência da paz, uma nova revolta irrompeu no ano de 29 a.C. Através de um pequeno relato de Dio Cássio (*Historia Romana*, LI, 20, 4-5), sabemos que os tréveros foram derrotados pelo procônsul Nônio Galo, embora não tenhamos evidências mais aprofundadas quanto à natureza da revolta e possíveis lideranças (POWELL, 2018, p. 52).

Nos anos subsequentes, as reivindicações dos tréveros perante a política imperial passam a ganhar relatos mais sofisticados, permitindo compreender como algumas concepções romanas passaram a fazer parte do cotidiano da tribo. Em 21 a. C., uma nova revolta emergiu, da qual temos conhecimento pelo relato de Tácito (*Annales*, 3, 40-47). Uma associação entre Júlio Floro, originário dos tréveros, e Júlio Sacrovir, oriundo dos éduos, ambos nobres e

descendentes de uma linhagem que herdou a cidadania romana, a partir da premissa da *libertas*, evocou uma insatisfação de ordem econômica acerca dos tributos e do endividamento dos gauleses. O movimento foi suprimido por duas legiões lideradas por Gaio Silio (BENARIO, 1988, p. 234).<sup>71</sup>

Os eventos políticos entre os anos 68 e 70 foram também palco de três revoltas ocorridas no âmbito das Gálias e da Germânia. Dentre elas, a revolta que emergiu da tribo germânica dos batavos, que habitava a área de estuário do Reno. A insurgência adveio em função do descontentamento com a política de recrutamento romano de auxiliares para o exército (BROECK, 2018, p. 145). Liderados por Júlio Civil, um chefe militar com cidadania romana, os batavos angariam apoio também de outras tribos próximas ao Reno, incluindo os tréveros, cujo comandante de tropas auxiliares denominado Júlio Clássico vestiu-se em um manto púrpuro e ao lado de suas tropas prestou juramento ao *imperium Galliarum*.<sup>72</sup> Embora o próprio Civil não tivesse feito uso de tais recursos simbólicos, o caráter romano das revoltas gaulesas também pode ser atestado por meio de evidências materiais, através de moedas cunhadas pelos rebeldes nas quais o padrão romano de imagem e tema foi mantido, apenas com ligeiras modificações assinalando o tema *Gallia* nos anversos (WIGHTMAN, 1985, p. 68). Esse evento traz à tona um fator importante que já vinha se apresentando desde a campanha de César. As sociedades gaulesas possuíam papel fundamental na constituição do próprio exército romano, fato aferido na política imperial de recrutamento desses guerreiros gauleses que incrementavam em termos quantitativos as fileiras romanas, mas que também estavam dotados de todo um

---

<sup>71</sup> A concepção romana de *libertas* não deve ser interpretada a partir de uma tradução literal do termo na forma de “liberdade”. A *libertas* não dizia respeito a um direito inato do homem, mas a um direito cívico adquirido e uma inexistência de sujeição. A *libertas* na condição de *status* de um indivíduo estava em estreita consonância com o conceito de *civitas*, ou seja, a relação desse indivíduo com sua comunidade. Nesse sentido, apenas o cidadão romano gozava de todos os direitos, pessoais e políticos, que compunham a *libertas* (WIRSZUBSKI, 1968, p. 1-4).

<sup>72</sup> Para a concepção romana, a vestimenta na cor púrpura possuía um simbolismo forte. Funcionava como elemento de distinção individual para aquele que a vestia, sendo usada por magistrados, generais e imperadores. A partir do *Dominato* a cor passou a ser cada vez mais vinculada ao poder do governante, a exemplo de Diocleciano e a criação da cerimônia da *adoratio purpurae*, além das intervenções no tempo de Valentiniano, Graciano e Teodósio com leis que restringiam o uso da cor ao círculo imperial (ELLIOTT, 2008, p. 181-184).

conhecimento estratégico voltado para a guerra naquela topografia específica. No subcapítulo *Augusta Treverorum, a Roma Secunda*, veremos como a própria planimetria de *Augusta Treverorum* foi pensada a fim de reforçar o caráter guerreiro desse povo.

Um movimento que assegura a convergência de influências culturais nas Gálias talvez possa ser verificado apenas no terceiro século. Neste período, as dificuldades decorrentes da crise marcaram essa região, principalmente pela vulnerabilidade militar que culminou com o ataque das tribos germânicas: os alamanos na década de 230, e, vinte anos adiante, os francos. As campanhas do imperador Galieno, entre os anos de 255 e 257, foram positivas ao retomar o controle romano sobre esse local, porém, por questões políticas e militares ligadas à presença da figura imperial durante as campanhas, aguçaram os interesses das elites gaulesas pela permanência do imperador (WIGHTMAN, 1985, p. 193).

A ausência de Galieno parece não ter sido suprida pela figura de seu filho, Salônio. Deixado na condição de César, na cidade de *Oppidum Ubiorum*, Salônio foi destituído do poder a partir da ascensão de Póstumo, um comandante romano de parte das tropas estacionadas no Reno (WIGHTMAN, 1985, p. 193). Este foi o primeiro líder do chamado Império das Gálias, marcado por uma sucessão de imperadores independentes com poder sobre as Gálias, a Britânia e a Hispânia, entre os anos de 260 e 274 (GOODMAN, 2007, p. 201).

Embora a capital possa ter sido a cidade de *Oppidum Ubiorum*, *Augusta Treverorum* desempenhou um papel relevante. A aristocracia local apoiou os novos governantes e a cidade foi sede de funções oficiais e de emissão de moedas. Esse episódio reafirma o hibridismo de influências que constituía a cultura gaulesa e o uso desses termos com propósito político, dada a apropriação de referências romanas atestadas a partir da cunhagem de moedas sob o governo de Póstumo, grafadas com a ideia de *Roma Aeterna*. Essa evidência sinaliza que o governante buscou se legitimar com a imagem de que o poder e o território por ele administrado eram uma parte dentro de um todo no contexto do Império Romano (WIGHTMAN, 1985, p. 194). A

revolta das aristocracias gaulesas contra os chefes militares dificilmente seria concebida, na perspectiva dos romanos, como gesto de lealdade ao Império, se não fosse uma alternativa a fim de proteger a própria vida romana existente nas Gálias diante dos ataques germânicos (WOOLF, 2004, p. 247-248).

Entre 273 e 274, o Império das Gálias chegou ao fim, com a derrota de Tétrico a partir da investida militar do imperador romano Aureliano. O Norte das Gálias, antes sede do Império das Gálias, cresceu em influência no contexto geral do Estado romano e *Augusta Treverorum* passou a ocupar maior centralidade no cenário do Império. A reorganização das províncias executada por Diocleciano tornou a cidade a capital da província da *Belgica Prima* e da diocese gaulesa. Posteriormente, *Augusta Treverorum* funcionou como residência de diversos imperadores como Maximiano, Constâncio Cloro, Constantino e seus filhos Constantino II e Constante, até sediar o governo de Valentiniano, a partir de 367 (WIGHTMAN, 1970, p. 58-62).

Os relatos literários apontam que as aristocracias tréveras estiveram, desde o tempo de César, ativas e expressavam autonomia perante o Estado romano por meio de várias revoltas. A apropriação de símbolos romanos fez com que os tréveros utilizassem conceitos do universo político romano com o propósito de expressar suas reivindicações ao próprio Império. Muito da relevância política que os tréveros ganharam no cenário imperial pode ser analisado a partir da história da própria cidade de Tréveris, sua prosperidade atestada na dimensão da cidade e em seus monumentos, além de um posicionamento estratégico na fronteira do Reno. Ademais, não devemos desconsiderar a experiência militar dessa aristocracia guerreira habituada a enfrentamentos na região da bacia do Reno como uma contribuição que não foi desperdiçada pela administração romana no período tardo-antigo. Avançaremos analisando as particularidades do desenvolvimento histórico da própria cidade, sua riqueza e prestígio político atestado em seus monumentos, para que então possamos discutir as particularidades do rio

Mosela e sua crucialidade no desenvolvimento da cidade, figurando como personagem central da poesia de Ausônio.

***Augusta Treverorum, a Roma Secunda***<sup>73</sup>

No sudoeste da Alemanha, nas margens do rio Mosela, encontra-se a moderna cidade de Tréveris (*Trier* na grafia inglesa e alemã, *Trèves* na francesa), construída ao longo de dois milênios a partir do traçado da cidade antiga, fundada com o nome de *Augusta Treverorum* ou Augusta dos Tréveros. Tréveris conta com um forte clamor histórico, visto que é considerada a cidade mais antiga da Alemanha e possui diversos monumentos e ruínas de grandes edifícios que foram erigidos na Antiguidade. Para o público de turistas, são servidas várias sugestões de itinerários para explorar a reminiscência dessa Tréveris romana. Para o público acadêmico, a cidade representa uma grande potencialidade para o estudo da Antiguidade e fez parte do desenvolvimento da disciplina arqueológica e histórica. Sobre *Augusta Treverorum* há uma vasta quantidade de publicações, sobretudo livros e artigos especializados que discutem os avanços da arqueologia na cidade, embora seja necessário ressaltar que esse conteúdo se restringe de forma preponderante ao público de língua alemã. Este fato, no entanto, não impossibilita a pesquisa debruçada sobre materiais em língua inglesa e francesa, nos quais também se tem acesso a um debate especializado sobre as especificidades da cidade antiga.

As investigações sobre o passado de Tréveris foram iniciadas por estudiosos iluministas que se debruçaram sobre fontes escritas e edificações da antiga cidade. Sob o domínio napoleônico as pesquisas se intensificaram e, sob a administração do governo prussiano, os avanços se concentraram nas mãos de antiquários responsáveis por organizar a primeira coleção pública de antiguidades, em 1802. Em 1877, a administração provincial do governo da Prússia

---

<sup>73</sup> Título inspirado no artigo de Hans-Peter Kuhnen (2011).

criou o *Rheinisches Landesmuseum*, no qual são reunidas, até hoje, as pesquisas voltadas para escavações e coleções na cidade. Antes da Primeira Guerra Mundial, as grandes escavações se restringiram às Termas Imperiais, às Termas de Santa Bárbara e ao anfiteatro, na medida em que outras sondagens menores eram realizadas. No período nazista, as investigações foram incentivadas, embora sob forte interferência ideológica do regime. Foi após a Segunda Guerra que a atividade voltou a florescer, sobretudo na esteira dos esforços de reconstrução da cidade. A partir dos anos 1960 a arqueologia foi incapaz de acompanhar o crescimento econômico e as rápidas intervenções da cidade, fato alterado no fim dos anos 1990, quando o *Landesmuseum* passou a influenciar as escavações executadas por novos projetos de edificação. Se no passado a arqueologia detinha foco em obter informações sobre os monumentos e a topografia da cidade antiga, além do aumento das coleções nos museus, a partir do século XXI a atenção foi voltada para a conservação e a apresentação da antiga Tréveris (KUHNNEN, 2011, p. 68-70).

A visita à cidade de *Augusta Treverorum* no decorrer do século IV poderia ser uma experiência impressionante, sobretudo para aquele indivíduo oriundo de uma cidade de dimensões modestas, como o caso de Ausônio e sua natalina *Burdigala*. Isso porque *Augusta Treverorum* era a maior cidade no contexto das Gálias, ocupando uma área *intra muros* de 285 hectares, cerca de nove vezes maior que *Burdigala* (SIVAN, 1993, p. 101). Essa percepção estaria vinculada não apenas aos números avantajados e a dimensão urbana, mas a uma monumentalidade, identificada na riqueza e no esplendor de seus edifícios.

A monumentalização de *Augusta Treverorum* deve ser avaliada ao longo do próprio desenvolvimento histórico da cidade, sobretudo em dois momentos, antes e depois das reformas da tetrarquia. Em um primeiro momento, as construções foram consequência do próspero desenvolvimento da cidade provincial nos séculos II e III (WIGHTMAN, 1970, p. 75), contexto em que algumas edificações são atestadas na paisagem da cidade moderna ou através da arqueologia, como o fórum, o anfiteatro e as Termas de Santa Bárbara. Adiante, a partir da

tetrarquia, com a instalação da corte imperial, identificamos um novo período com um programa de construções em *Augusta Treverorum* que sinalizou a presença do poder imperial, marcando a paisagem urbana por meio da formação de um complexo do palácio imperial (WIGHTMAN, 1985, p. 234).<sup>74</sup>

Além do eminente valor estético, a monumentalização das cidades diz muito sobre implicações de ordem social e política, uma vez que as construções funcionaram como importante símbolo de poder e *status*, visto que, além das construções públicas, também aquelas de matriz privada estavam dispostas como um todo, sinalizando a dignidade coletiva da cidade (THOMAS, 2007, p. 120-121).<sup>75</sup>

Por outro lado, a análise do espaço e da materialidade da cidade, bem como sua alteração no decorrer deste recorte temporal, oferece subsídios para entendermos a relação entre o imperador, a corte e o ambiente citadino. O espaço da cidade e sua respectiva disponibilidade foram usados para suportar as cerimônias públicas da elite local gaulesa, reunindo diversas esferas da cultura política do *Dominato* (ZARDINI, 2015, p. 167).<sup>76</sup> Logo, é possível identificar a cidade como palco de consecutivos projetos que assumiam funcionalidades no cotidiano urbano, da mesma forma que sinalizavam seu *status* político no contexto do Império. Em uma perspectiva mais ampla, essas evidências indicam a relevância do espaço citadino para a

---

<sup>74</sup> O termo “monumentalização” passou a ser utilizado pela arqueologia que investiga as construções romanas a partir da conferência do Instituto Arqueológico Alemão, ocorrida em Madri, no ano de 1987. Aplicado pela primeira vez com o sentido de “adorno com construções e memoriais destinados à exibição” por Paul Zanker, o desenvolvimento histórico de termo indica que o sentido conferido no período atual guarda diferenças daquele existente da raiz etimológica latina. A ideia de *monumentum* versa sobre uma estrutura memorial ou uma construção de caráter comemorativo. A partir do desenvolvimento moderno do conceito uma construção pode ser considerada como “monumento”, não apenas por seu intento primário de funcionar como um memorial, mas também por meio de aspectos da construção que fazem o edifício remeter ao passado, ou mesmo através de uma imponência física marcada na paisagem (THOMAS, 2007, p. 2-4).

<sup>75</sup> Se por um lado a arqueologia tendeu a interpretar as grandes obras arquitetônicas a partir da beleza de suas manifestações artísticas, a paulatina transformação teórica que influenciou a disciplina a partir da década de 1970 possibilitou uma nova visão acerca dos monumentos, sendo agora interpretados como recursos materiais de expressão de diversas formas de poder: político, econômico e religioso (HIRATA, 2009, p. 121).

<sup>76</sup> Thiago Zardini (2015, p. 167) identifica essa situação a partir da atuação dos panegiristas gauleses que, na condição de porta-vozes da elite gaulesa, utilizavam as referências aos monumentos arquitetônicos das cidades como meio de reforçar a relação regional com o poder imperial, bem como para forjar representações e fazer alusões a tradições das Gálias.

manutenção da sociedade romana no século IV, e contribuem para as investigações das cidades ocidentais na Antiguidade Tardia.

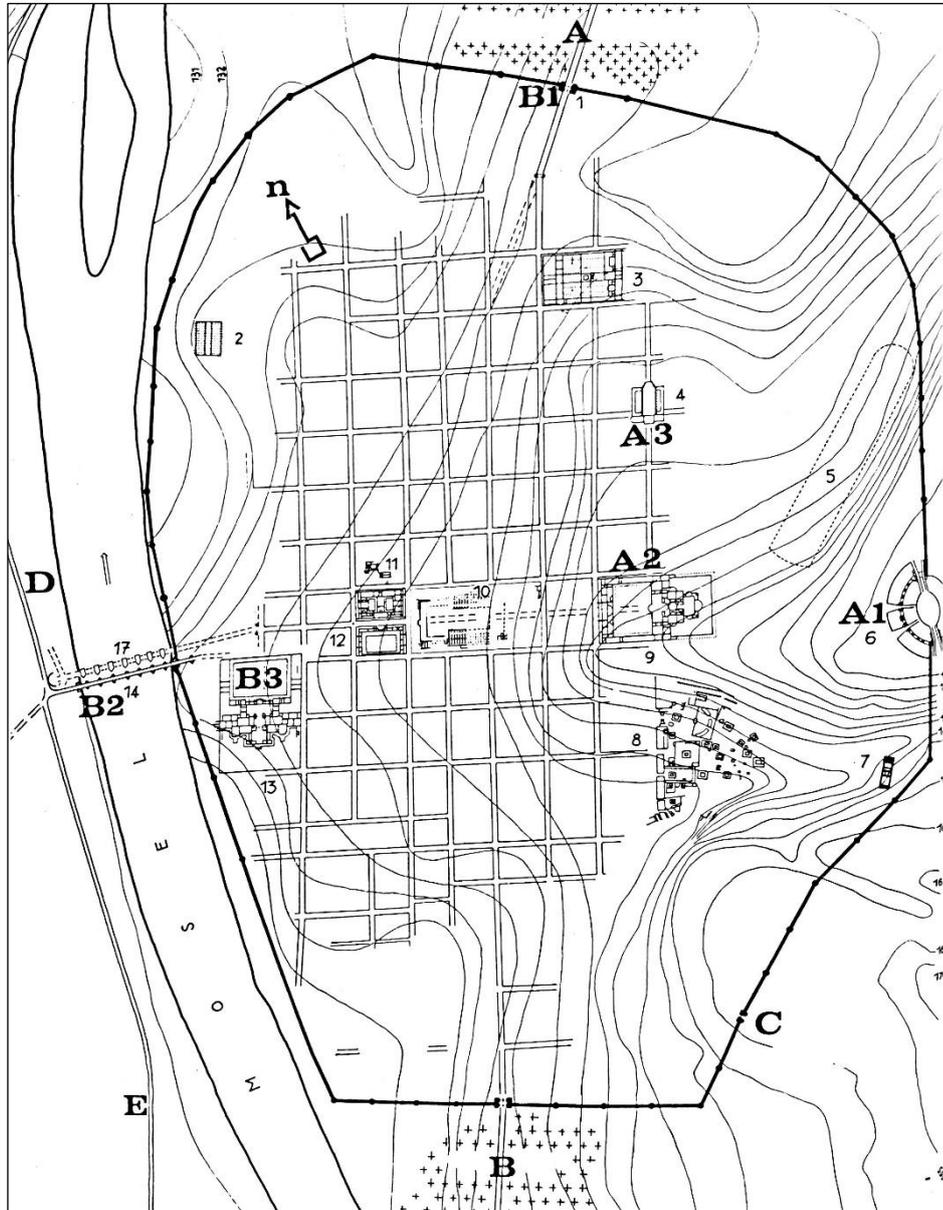
Antes de avançar na análise dos monumentos, cabe ressaltar que a própria posição na qual *Augusta Treverorum* foi edificada, sua direção em relação ao sol e ao rio, apresenta informações fundamentais na compreensão do contexto político e cultural de fundação da cidade, além da convergência de influências tréveras e romanas em sua constituição. A análise da planimetria urbana demonstra que *decumanus maximus* foi projetado de modo a estar alinhado ao nascer do sol nos primeiros dias de março e em meados de outubro (Figura 1).<sup>77</sup> A escolha dessas datas tem relação com o início e o término da “temporada de guerra”, período do ano identificado com rituais romanos dedicados a Marte, mas presente também na expressão arquitetônica de hispânicos e celtas. Portanto, é provável que o alinhamento da cidade tenha ocorrido dada a deliberação conjunta de autoridades tréveras e romanas em razão política, religiosa e militar, o que possibilitou a manutenção e o reforço do culto dos tréveros à divindade gaulesa de guerra, Lenus, associado à divindade romana Marte.<sup>78</sup> Se, por um lado, isso afirmou a centralidade da guerra para o tréveros a partir da expressão material da cidade, também foi para os romanos um modo de ratificar a natureza bélica dessa comunidade, que passou a ser necessária para arregimentar as fileiras do exército (ESPINOSA ESPINOSA; GONZÁLEZ-GARCÍA; GARCÍA QUINTELA, 2016, p. 237-238).

---

<sup>77</sup> No cerne de uma cidade construída nos moldes romanos estavam duas vias perpendiculares, ou seja, dois traçados formando um ângulo de 90°, utilizadas para esquadrejar as demais vias da cidade, concedendo-lhe uma forma quadrada ou retangular. A via disposta no eixo norte-sul era denominada *cardus*, enquanto aquela posicionada no eixo leste-oeste era denominada *decumanus* (GRIMAL, 2003, p. 18).

<sup>78</sup> Outro fato que corrobora o culto à divindade de guerra é que, nos dias do ano supracitados, sob a posição da cidade o sol era avistado emergindo por trás de uma colina posicionada a leste da cidade, conhecida na modernidade como Petrisberg, mas que na Antiguidade era associada à divindade de guerra denominada Monte Marte (ESPINOSA ESPINOSA; GONZÁLEZ-GARCÍA; GARCÍA QUINTELA 2016, p. 237)

Figura 1 - Plano da cidade de Tréveris no século IV



[1] Porta Nigra; [2] Horrea; [3] Igreja Dupla; [4] Aula Palatina; [5] Circo; [6] Anfiteatro; [7] Templo de Herrenbrünchen; [8] Santuário de Altbachtal; [9] Termas Imperiais; [10] Forum; [11-12] Construções do século IV; [13] Termas de Santa Bárbara; [14] Ponte romana; [15] Santuário de Lenos (outra margem do Mosela); [17] Traçado da primeira ponte.

**Fonte:** Faber (1984, p. 10).

Dentre as construções de maior impacto na paisagem urbana de *Augusta Treverorum* podemos destacar a muralha (Figura 1). Com uma extensão de aproximadamente 6 km, medindo em média 3 metros (m) de largura e 6 m de altura, a muralha aparentemente não teve

materiais reaproveitados em sua construção, sendo composta por uma estrutura de cascalho de ardósia revestida com paredes de calcário. A fortificação contava, em um espaçamento entre 75 e 115 m, com a presença de torres, além de ser contemplada com quatro portões, dos quais a *Porta Nigra* é a mais memorável, ainda presente na paisagem da moderna Tréveris (BUTLER, 1959, p. 38).<sup>79</sup>

Localizada na porção norte da muralha, a *Porta Nigra* (vide Figura 2) é uma fortificação com aproximadamente 30 m de altura, construída com blocos de arenito unidos por estruturas de aço (WORSFOLD, 1901, p. 146). A estrutura conta com duas entradas que dão acesso a um saguão central, para onde o inimigo poderia ser atraído e emboscado, tornando-se alvo fácil dos defensores abrigados acima do edifício. Apesar de seu caráter defensivo, a *Porta Nigra* também deve ser considerada uma peça de exibição, dado que suas proporções seriam exageradas e em alguns momentos ineficientes no sentido militar, como a altura demasiada de suas torres (WIGHTMAN, 1970, p. 95).

---

<sup>79</sup> A reconstituição arqueológica encontra dificuldades quanto à datação da antiga muralha, muito embora a obra como um todo provavelmente não tenha sido fruto de um único projeto. Sabemos com maior precisão que o edifício não é anterior à segunda metade do século II, pois há evidências de que na porção norte havia um cemitério em atividade até este período, sem contar outros indícios de sepultamento na posição leste e da existência de fábricas de cerâmica no sul, datados do mesmo período (WIGHTMAN, 1970, p. 92-93). Algumas características da obra, como sua grande extensão e utilização de materiais novos, típicas das muralhas gaulesas dos séculos I e II, levaram Edith Wightman a considerar o edifício não posterior ao século III. Contudo, essa constatação deve ser assumida com cautela, pois há evidências de que uma parte importante do muro, localizada anexa à estrutura do anfiteatro, foi erigida apenas no decorrer do século IV (KUHNEN, 2009, p. 101).

Figura 2 - Porta Nigra



Fonte: [www.archapromuseum.si](http://www.archapromuseum.si) (2014).

Com suas imponentes fortificações, a imagem de *Augusta Treverorum* possuía um forte apelo militar. A partir do terceiro século, as fortificações ganharam cada vez mais importância defensiva no cenário das cidades das Gálias, no entanto não há dúvidas de que essas obras também adquiriram significados simbólicos.<sup>80</sup> Ao longo da Antiguidade Tardia, poemas, cartas, mapas, entre outros documentos contemporâneos ao próprio Ausônio, atestam como as muralhas foram representadas na qualidade de metonímias da própria cidade, isto é, elas teriam

<sup>80</sup> De acordo com Ronald Butler (1959, p. 26-27) há diferenças substanciais na construção de muralhas nas Gálias no período anterior e posterior ao século III. A primeiras seriam caracterizadas pela construção mais minuciosa, ao cobrirem perímetros maiores, sem materiais reutilizados e maior apego a detalhes e simbolismos. Em contrapartida, as invasões ocorridas no século III teriam provocado um novo programa de construções em que a emergência militar parece ter se sobressaído à sofisticação dos muros, o que pode ser constatado nos perímetros menores e na reutilização de materiais.

se tornaram sinônimo da cidade.<sup>81</sup> Dessa forma, o programa de novas construções implementadas a partir do terceiro século parece ter alavancado um processo de fortificação também de pequenas aglomerações, em uma tentativa de afirmar sua condição urbana (VILLAIS, 2009, p. 46). Nesse caso, em termos simbólicos, podemos considerar que a imponência dos muros tornava *Augusta Treverorum* destaque no cenário das demais cidades galo-romanas. Outra questão diz respeito ao portão e a sua estrutura anexa em forma de corredor, que levava para o interior do ambiente urbanizado e auxiliava na realização das cerimônias públicas. O portão foi utilizado para a entrada da comitiva imperial na qual a população agraciava o imperador com as homenagens típicas do *adventus* (ZARDINI, 2015, p. 174).

Alguns edifícios públicos, que compunham o interior do perímetro fortificado, são datados dos séculos subjacentes à fundação da cidade. A principal marca urbanística da empreitada imperial empreendida por Roma foi o fórum, uma espécie de praça, geralmente localizada na região central das cidades, onde se desenvolviam cotidianamente as atividades comerciais e a discussão dos assuntos públicos. Se nos primórdios da cidade de Roma os fóruns eram apenas campos abertos nos quais os mercadores se instalavam, o modelo difundido pelas províncias no período imperial já correspondia a uma complexa estrutura em alvenaria que englobava múltiplas funções. Anexo ao fórum era corriqueira a existência de uma basílica, uma estrutura coberta na qual se desenvolviam atividades comerciais, mas também atividades oficiais, podendo servir como tribunal. Também é atestada a presença de uma cúria, sala na qual se reuniam magistrados locais, os *decuriões* (GRIMAL, 2003, p. 51;57-58).

Em Tréveris, as evidências arqueológicas indicam a existência de um fórum construído no início do século II, compondo um complexo edifício com dimensões de 400 m de comprimento por 150 de largura (Figura 1). A estrutura deveria se destacar na paisagem urbana,

---

<sup>81</sup> Dentre esses documentos podemos citar a Tábula Peutingeriana, o Sarcófago de Avignon e o Medalhão de Arras (p. 115 desta Dissertação).

visto que foi disposta sobre uma região elevada a fim de que estivesse superior ao nível das ruas ao redor. As próprias vias em torno também eram diferentes, com uma largura maior que a habitual em outros pontos da cidade. Em suas dependências são identificados, para além da existência da basílica e da cúria, diversas salas de provável uso comercial. Na porção leste, o fórum é pouco explorado em função da ocupação moderna, mas algumas salas são identificadas, sendo seu uso provavelmente para outros propósitos, não vinculados ao comércio (WIGHTMAN, 1970, p. 77-78).

Outra obra identificada é o anfiteatro, localizado na posição leste e posteriormente incorporado à estrutura defensiva (Figura 1). Contava com dimensões 210 m por 150, dos quais a arena media 64 m por 50. O anfiteatro fora construído sobre uma formação geológica de ardósia em seu estado natural praticamente plana, onde os construtores puderam moldar a arena, construindo uma arquibancada com terra cercada por muros (KUHNNEN, 2009, p. 97-98). É bastante provável que a construção seja do início do século II (WIGHTMAN, 1970, p. 81), embora algumas alterações tenham sido realizadas posteriormente, como a instalação de um porão abaixo da arena drenado por galerias subterrâneas, obra provável do período da tetrarquia (KUHNNEN, 2009, p. 98).

A construção dos anfiteatros parece ter sido uma prioridade para muitas cidades provinciais. Mesmo antes de Roma ser contemplada com o Anfiteatro Flaviano, símbolo desta edificação construído no século I, diversas cidades provinciais já estavam providas deste edifício. Nas Gálias, além da presença de anfiteatros, a exemplo de *Burdigala*, *Arelate* e *Tolosa*, o fenômeno destes edifícios destinados a espetáculos públicos ganhou outros precedentes. Nessa região são identificados anfiteatro e teatros distantes das aglomerações urbanas, cujo propósito deve ter sido atender camponeses, aumentando a presença política do Estado romano sobre as reuniões e assembleias às quais estas populações estavam habituadas (GRIMAL, 2003 p. 77-78). Todavia, destaca-se que a explicação para a difusão destas construções e os

respectivos espetáculos envolvendo gladiadores e animais é complexa, visto que não significa apenas a afirmação de um valor romano nas províncias, mas sinaliza uma mistura de influências romanas e não romanas de hábitos, valores e percepções políticas acerca dos espetáculos belicosos (FEAR, 2000, p. 85).

Outros monumentos também marcaram a antiga Tréveris. Sabemos que com a exceção da cidade de Roma, *Augusta Treverorum* contava com duas das maiores termas do Império, sendo elas as Termas de Santa Bárbara e as Termas Imperiais (Figura 1) (WIGHTMAN, 1970, p. 82). As Termas de Santa Bárbara foram construídas aproximadamente na metade do século II, com uma estrutura retangular que contava com dimensões de 250 m por 170, onde estavam distribuídos locais de banho do *frigidarium* e *tepidarium*, além de uma série de salas que funcionavam como bibliotecas, salas de ginásio e de reuniões (TERNES, 1984a, p. 30).<sup>82</sup> Em muitos aspectos, como na disposição do *caldarium*, no arranjo dos salões aquecidos e na instalação de grande palácio central na frente do edifício, as Termas de Santa Bárbara se assemelham às Termas de Trajano, recém-inaugurada no início do século II, em Roma. Em outros aspectos, como na estrutura do *frigidarium*, a semelhança era tamanha que a construção de Tréveris poderia ser considerada uma imitação próxima ao edifício de Roma (YEGÜL, 1992, p. 192).

O significado de possuir uma terma de grandes proporções, semelhante ao monumento recém-erigido em Roma, diz respeito ao prestígio e à riqueza que a aristocracia cidadina de *Augusta Treverorum* queria afirmar. Ao contrário dos anfiteatros e teatros que ocasionalmente eram ocupados, as termas faziam parte integral da vida cotidiana dos cidadãos. Para a própria concepção romana este tipo de edifício era um elemento essencial da vida civilizada, um símbolo de sua conquista sobre os demais povos (DELAINE, 1988, p. 11). Uma das possibilidades é a de que as Termas de Santa Bárbara tenham sido financiadas por algum

---

<sup>82</sup> A edificação recebeu este nome posteriormente por estar localizada em uma área onde houve uma igreja dedicada a Santa Bárbara (WIGHTMAN, 1970, p. 82).

funcionário romano, levando em conta que sua construção é datada em consonância com a crescente relevância política que *Augusta Treverorum* conquistou no contexto do Império, em especial a ocasião em que foi a residência do procurador da *Gallia Belgica* e da Germânia (WIGHTMAN, 1970, p. 82).

A conjuntura histórica decorrente da crise do terceiro século, e seus impactos diretos com as reformas da tetrarquia e do estabelecimento do *Dominato* como sistema de poder, alterou significativamente o foco do desenvolvimento urbano de *Augusta Treverorum*. O fórum, ora disposto como espaço central para a vida pública da cidade, é diminuído em importância diante da edificação de um complexo palacial (KUHNNEN, 2011, p. 63), erguido em decorrência de a cidade funcionar de modo constante como residência do imperador e de sua respectiva máquina administrativa. Uma explicação possível para essa transferência espacial de poder, a partir de Wolfgang Liebeschuetz (1992, p. 8-10), seria o próprio enfraquecimento dos conselhos municipais, ou seja, dos decuriões, na administração da cidade tardo-antiga. Mas no caso de *Augusta Treverorum* essa linha de análise não se sustenta. É notório que a chegada do poder imperial promoveu um grande impacto no arranjo da cidade, o que não significa que o conselho municipal foi necessariamente enfraquecido. Se o poder imperial deslocou a administração para a porção leste da cidade, veremos adiante a possibilidade de que o conselho municipal também tenha sido transferido, ou seja, ele foi retirado do fórum para uma área maior e pertencente ao complexo imperial, atestando a importância dos decuriões pela proximidade espacial da figura do imperador.

No centro do complexo palacial estava a *Aula Palatina*, também conhecida como Basílica de Constantino, uma estrutura de grande dimensão, medindo 71 m por 32 e com uma altura de cerca de 30 m, que ainda marca a paisagem da moderna Tréveris (Figura 1). Na Antiguidade, o edifício possuía uma imagem diferente da que vemos hoje. No exterior, as paredes erguidas com ladrilhos de argila eram cobertas com gesso, enquanto anexas estavam dispostas estruturas

destinadas à residência imperial, embora tenhamos poucas informações quanto a elas, visto que foram substituídas por outras instalações entre a Idade Média e o século XIX (KUHEN, 2011, p. 63-64).<sup>83</sup>

Estima-se, a partir de evidências numismáticas, que sua construção tenha sido iniciada pouco após o ano de 307 (KUHEN, 2011, p. 63). Duas referências principais são usadas para relacionar a obra ao imperador Constantino. Primeiro, a utilização de uma mesma qualidade de ladrilhos os quais também foram usados em outra construção, próximo ao Reno, em *Oppidum Ubiorum*, atribuída a Constantino. Por outro lado, há uma evidência literária, por meio de um panegírico pronunciando a Constantino no ano de 310. Nele o orador enaltece a ação do governante no trabalho de restauração da cidade, descrevendo a construção de um edifício que seria lugar da justiça e, devido a sua altura, vizinho dos céus (*Panegyrici Latini*, 6, 22, 5) (WIGHTMAN, 1970, p. 103; 109).<sup>84</sup>

No que diz respeito ao seu uso, o edifício é em geral relacionado aos afazeres da corte imperial. A forma arquitetônica de um grande salão retangular terminado em uma abside, na qual não há pilastras no recinto para impedir a visão, sugere sua finalidade como sala de audiência ou de recepção usada pelo imperador ou outro alto funcionário, como o prefeito do pretório. A magnificência do edifício deveria causar um impacto visual no público, ao passo que o indivíduo líder do encontro em questão deveria ser exaltado, revestido de uma áurea sobre-humana. Uma possibilidade é que a *Aula Paulatina* fosse utilizada para a execução do *consistorium* (1970, p. 108), o nome dado ao conselho imperial, uma reunião na qual os membros, geralmente altos funcionários civis e militares oriundos da corte, mantinham-se de pé diante do imperador para decidir questões de Estado e justiça (HORNBLOWER; SPAWFORTH, 2012, p. 363).

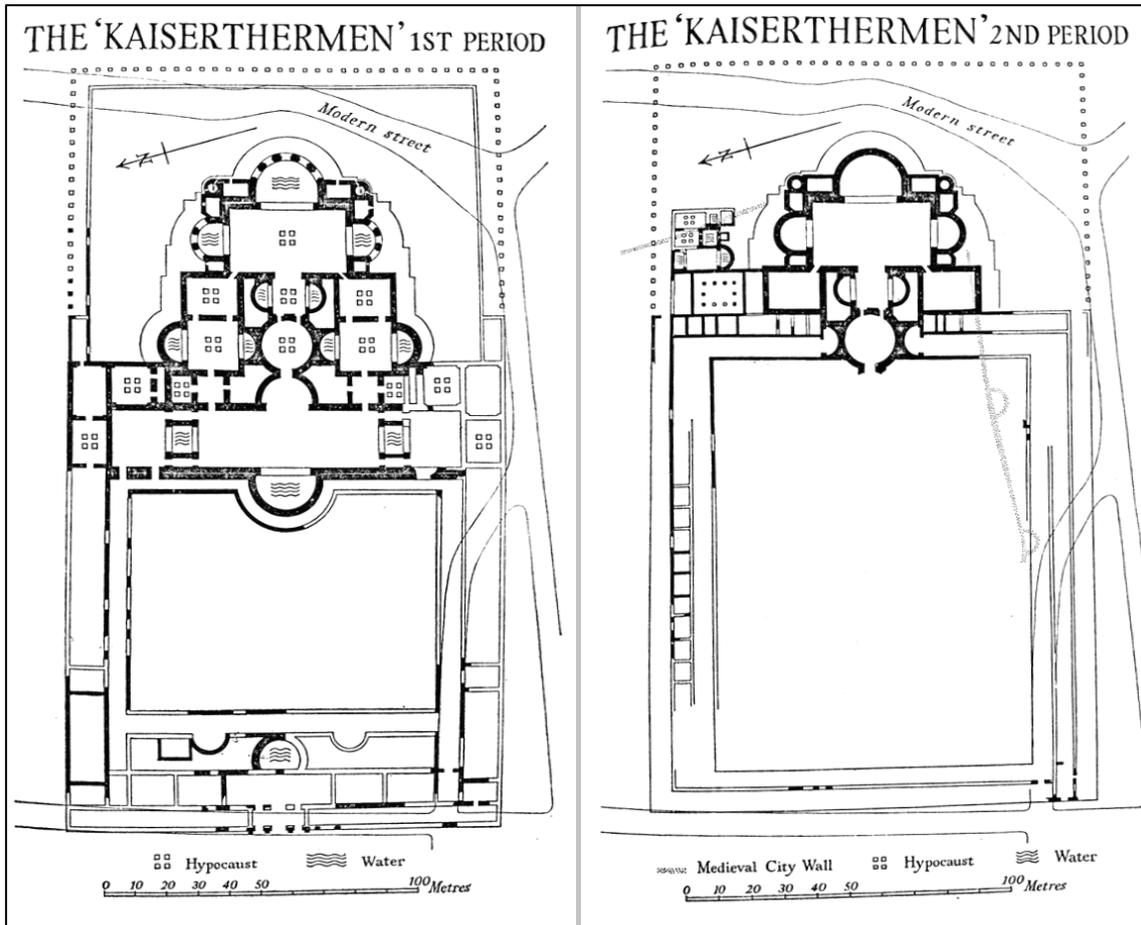
---

<sup>83</sup> Hoje, a partir de outras intervenções realizadas no século XX, a estrutura funciona como uma igreja protestante (TERNES, 1984a, p. 20).

<sup>84</sup> Este panegírico é de autoria desconhecida.

Data do final do século III a construção das Termas Imperiais, que, ao lado de outros edifícios públicos, como a *Aula Palatina* e a Igreja dupla, veio a compor o enclave palacial que serviu de residência ao imperador. Com medidas de 250 m por 145, o novo edifício se assemelhava às dimensões das já existentes Termas de Santa Bárbara, disposto de modo perpendicular ao eixo da cidade e ocupando a área de duas *insulae*, antes lugar de residências comuns (TERNES, 1984a, 26). Ao consideramos a presença das Termas de Santa Bárbara, edifício de mesma natureza e de dimensões consideráveis, a explicação mais plausível para o esforço de construir novas termas é que sua disponibilidade estaria voltada de modo estrito ao público da corte (WIGHTMAN, 1970, p. 99). As evidências arqueológicas trazem à tona algumas particularidades intrigantes quanto ao funcionamento dessas termas, haja vista não termos como precisar se seu funcionamento foi por todo realizado. Ao que tudo indica, no projeto inicial o edifício nunca foi completamente acabado, uma vez que efetivas modificações foram executadas ao longo do século IV (TERNES, 1984a, p. 26). Dentre estas, aquela que alterou de modo mais incisivo a disposição inicial ocorreu nos governos de Valentiniano (364-375) e Graciano (367-383).

Figura 3 – Comparação das transformações ocorridas nas Termas Imperiais



Fonte: Wightman (1970, p. 99; 115).

A comparação das duas plantas referentes às Termas Imperiais demonstra que a área antes destinada ao *frigidarium* foi completamente nivelada e em seguida anexada ao pátio central, que foi ampliado de modo expressivo (Figura 3). O *tepidarium* em sua forma circular foi mantido e passou a funcionar como principal salão de passagem para o *caldarium*. Outras alterações também foram detectadas. Por exemplo, as antigas paredes que formavam o perímetro quadrangular foram substituídas por pequenas salas com pórticos construídos para o interior e o exterior, proporcionando várias entradas. As partes remanescentes do projeto tiveram o sistema de aquecimento inativado, através da obstrução dos compartimentos subterrâneos com paredes de alvenaria. Na região norte, uma pequena estrutura com salas de banho foi anexada, cujo acesso possivelmente se dava pela rua ou pelo pátio central, mas não a partir da estrutura de banho principal das Termas (WIGHTMAN, 1970, p. 113-114).

Uma explicação pertinente para as intervenções executadas é que as Termas foram transformadas em um novo edifício público, ao funcionar como um grande espaço de reunião para o conselho municipal. Essa apreciação se faz diante do aspecto mais acessível que o edifício ganhou, com diversos pórticos que facilitaram adentrá-lo a partir das ruas circundantes. As Termas Imperiais foram escolhidas provavelmente pela maior facilidade em transformar o projeto em detrimento de uma possível ampliação da *Aula Palatina*, por exemplo (WIGHTMAN, 1970, p. 114).

Outras edificações também são identificadas pela arqueologia compondo o complexo palacial, e, embora não estejam mais erguidas na paisagem da cidade moderna, seus vestígios são acessados por meio de escavações. As pesquisas realizadas onde hoje está disposta a catedral episcopal da cidade revelam uma sobreposição de obras do período romano. Antes do terceiro século a área parece ter sido ocupada por habitações privadas, uma inferência a partir de tetos decorados com afrescos.<sup>85</sup> Em algum momento por volta do ano 326 a residência foi posta abaixo e deu lugar a uma construção de cunho religioso. A denominada “Igreja dupla” se trata de um complexo de dois grandes pátios conectados por um átrio central (Figura 1) (KUHNNEN, 2009, p. 64-65).

Outra construção que provavelmente existiu se trata do circo (Figura 1). Tal constatação se faz diante das evidências provenientes do panegírico dedicado a Constantino (*Pan., Lat.*, 6, 22, 5), já destacado acima, que menciona a existência de um circo em *Augusta Treverorum* em comparação ao de Roma. Também há evidências de um mosaico exibindo uma quadriga e o vencedor de uma corrida. Todavia, os dados arqueológicos do edifício em si são escassos.

---

<sup>85</sup> Marice Rose (2006, p. 105-108) argumenta que a larga sala na qual os afrescos foram encontrados deve ter pertencido a um complexo habitacional de uma família dos altos escalões da sociedade de Tréveris. Nela é possível identificar representações de cenas literárias e mitológicas provenientes do universo romano, uma decoração capaz de estimular a conversação entre aqueles que estavam presentes na sala, por meio de referências comuns à *paideia*. Por conseguinte, as decorações presentes nessas ricas salas de recepção eram utilizadas pelas elites provinciais para a afirmação de um *status* de romanidade.

Supõe-se que ele foi erigido no leste do perímetro fortificado com dimensões de 470 por 95 m (TERNES, 1984a, p. 21; 1984b, p. 41).

As evidências materiais demonstram que a presença da corte imperial mudou a forma de construção da cidade de *Augusta Treverorum*. A alocação de recursos para uma parte específica do traçado urbano sugere a necessidade material de se estruturar a cidade a fim de que esta comportasse a estrutura administrativa, seus afazeres e seu aparato humano. Essa constatação revela no plano prático a necessidade da construção de edifícios, apontando ainda para o apelo simbólico que tais obras impunham na paisagem da cidade. Os edifícios assumiam uma funcionalidade dupla, deveriam ser ocupados e utilizados no cotidiano urbano, e ademais estavam dispostos para serem contemplados, simbolizando em sua monumentalidade a magnificência do poder imperial, personificado na figura do próprio *dominus*.

A existência de uma aristocracia trévera, próspera no sentido econômico e ativa em termos políticos diante do cenário imperial, explica, em parte, a razão de o poder imperial convergir para a cidade de *Augusta Treverorum* nos séculos III e IV. Porém, outro fator é de grande relevância e não deve ser esquecido: o posicionamento geográfico e estratégico. Um dos elementos cruciais para que a cidade fosse construída tal como ela é foi o rio Mosela, que analisamos adiante a fim de compreender sua centralidade para o desenvolvimento de *Augusta Treverorum*.

### ***O protagonismo do rio Mosela***

O Mosela conta com uma extensão de aproximadamente 515 km e na modernidade faz parte do território de três países. Nasce na cadeia de montanhas dos Vosgos, no leste da França, e cruza cidades como Toul e Metz antes de formar uma breve fronteira entre Luxemburgo e Alemanha. Adentra por inteiro no território deste último, onde banha a moderna cidade de

Tréveris e adiante desemboca na confluência de Koblenz, realizando-se como um dos principais afluentes do rio Reno (PENN, 2001, p. 164-165). Caracterizado pelas condições favoráveis à navegação, o Mosela foi matéria de um tratado realizado em 1956, ocasião em que os três países se organizaram com vista a desenvolver o rio como uma via fluvial capaz de comportar grandes embarcações de carga. As intervenções expandiram a navegabilidade do curso, criando diques e canais de navegação. O Mosela se tornou uma importante via internacional, comportando, no século XXI, o trânsito de 15 a 16 milhões de toneladas de carga por ano (TOCKNER; ROBINSON; UEHLINGER, 2008, p. 239).<sup>86</sup>

A despeito de suas características, sobretudo a partir do plano da antiga Tréveris, o curso d'água corre em um vale estreito e bastante sinuoso, encontrando-se entalhado abaixo do nível geral da região. Quanto à formação geomorfológica, há indícios de que o Vale do Mosela foi moldado em dois estágios de soerguimento do planalto, até a elevação que se encontra no momento atual. Por sua vez, o rio na situação inicial corria próximo ao nível da superfície geral da região, em uma condição pouco inclinada, exigindo que o curso vagueasse em busca da melhor posição, fato que explica seu traçado sinuoso (DAVIS, 2008, p. 5-6).<sup>87</sup>

Os aspectos, de posição geográfica e de morfologia do curso, ao que tudo indica, estão em relação direta com a origem do nome “Mosela” (em latim, *Mosella*). Mosela pode ser traduzido de modo literal como “pequeno Mosa”, na medida em que Mosa designa outro rio, de maiores proporções, localizado à noroeste do Mosela (EVERETT-HEATH, 2017). Portanto, o nome diz respeito à similaridade existente entre os dois cursos d'água, o que levou o Mosela

---

<sup>86</sup> Uma análise mais aprofundada sobre as intervenções e os impactos no desenvolvimento dos rios na Alemanha moderna, incluindo o Mosela, pode ser vista em David Blackbourn (2006, p. 326-328).

<sup>87</sup> Essa interpretação da formação morfológica do Vale do Mosela está inserida nos esforços de análise do geógrafo William Morris Davis, que, no final do século XIX, foi responsável pela sistematização da geomorfologia como ciência. Desenvolveu o conceito de Ciclo Geográfico, influenciado pelas ideias do evolucionismo, em que as características do relevo seriam moldadas a partir de processos sequenciais, dos quais se destacam os estágios de soerguimento – elevação das superfícies aplainadas – e de surgimento dos peneplanos – formação de uma superfície aplainada a partir da erosão provocada pela água (FLORENZANO, 2008, p. 10). Apesar de ser criticado pelo desenvolvimento teórico ocorrido na disciplina, o trabalho de Davis em percorrer a região, propor uma explicação teórica e descrever em termos técnicos o Vale do Mosela atende ao nosso propósito de conhecer melhor as peculiaridades do relevo desse rio.

a herdar o nome da corrente maior. Uma provável gênese do nome Mosa tem relação com a tortuosidade deste rio, que assim como o Mosela é dotado de curvas sinuosas que dão ao curso uma forma serpentina. A palavra é uma possível derivação de vocábulos não latinos, como no nórdico antigo *meis* e sua vertente no inglês moderno *maze*, que no português pode ser entendido como “labirinto”. Outra possibilidade está no galês *mydu*, com o significado de “saltar” ou “arquear”. Por fim, o vocábulo *mos*, identificado nas línguas céltica e germânica, com o sentido de “charco” ou “pântano” (FERGUNSON, 1862, p. 142). Dessa forma, *grosso modo*, podemos afirmar que o Mosela significa “pequeno labirinto” ou “pequeno pântano”.

A relevância do Mosela como via de comunicação, atestada em sua estrutura morfológica e no uso contínuo do curso para o transporte de mercadorias na modernidade, nos convida a entender melhor o papel deste rio na Antiguidade. Adiante analisamos as evidências que apontam a importância desse rio para a ocupação romana na *Gallia Belgica*, sua primazia na comunicação entre o Mediterrâneo e a fronteira do Reno e a província da Britânia, assim como seu papel de centralidade na fundação de *Augusta Treverorum* e na progressiva prosperidade desta cidade.

Os rios, assim como o mar Mediterrâneo e as cadeias montanhosas, estavam entre as principais formações geográficas que compunham o Império Romano. Os fluxos fluviais assumiam a função de vias de comunicação, além de funcionaram como demarcadores territoriais, a despeito de grandes rios como o Reno e o Danúbio (POTTER, 2004, p. 10-11). Dentre as inúmeras benesses proporcionadas pelos rios – como água para consumo humano e animal, ambiente fértil para a agricultura, fornecimento de peixes, entre outras –, sua relevância como via de comunicação foi tema importante entre autores antigos. Há evidências que sugerem a utilização dos rios como importante via de comunicação em várias partes do Império (CAMPBELL, 2012, p. 200). No caso específico das Gálias, os rios assumiram protagonismo principalmente na esfera econômica, facilitando o comércio tanto no âmbito local, quanto em

longas distâncias. Essa característica pode ser aferida a partir da tendência de as cidades galoromanas terem sido construídas, preferencialmente, próximas a rios navegáveis, nas quais é atestada a existência de portos e armazéns, constituindo a estrutura logística do fluxo de mercadorias (GOODMAN, 2007, p. 115).<sup>88</sup>

As redes de comércio proporcionadas pelos rios das Gálias são identificadas nas evidências de Estrabão no século I, que no livro IV de sua *Geographica* descreve as províncias. O autor elogia a rede de rios existente e sua facilidade para o transporte, ao apresentar os rios como providenciais no desenvolvimento da região (I, 2; 14), embora o relato de Estrabão privilegie a descrição do sul das Gálias em detrimento das áreas distantes do Mediterrâneo (MORET, 2013, p. 225).<sup>89</sup>

Ausônio é outro escritor antigo que nos legou evidências quanto à relação das cidades das Gálias e o rios. Em seu *Ordo Urbium Nobilium* o autor destaca a relação entre o rio Mosela e Tréveris (IV. 32-34); o rio Ródano em conexão com Arles e Narbona (VIII. 73-80; XIII. 113) e o rio Garona em conexão com *Tolosa* e *Burdigala* (XII. 100; XIV. 145-147). Destaca-se a descrição constante da relação entre esses rios e as questões econômicas por meio do transporte de mercadorias.<sup>90</sup>

A análise específica do caso de *Augusta Treverorum* demonstra que a escolha do sítio de fundação da cidade também se deu estrategicamente de acordo com a posição do curso d'água. Antes da ocupação romana os tréveros estavam assentados em fortificações nas regiões elevadas entre os rios Reno e Mosa, evitando habitar as localidades baixas mais próximas ao

---

<sup>88</sup> Estima-se, a partir do governo de Diocleciano, que o custo de transporte de mercadorias pelos rios era aproximadamente cinco vezes maior que aquele dispendido via mar. Por outro lado, o custo de transporte por terra era muito mais alto, podendo variar de 28 a 56 vezes a mais que aquele empregado no transporte marítimo (DUNCAN-JONES, 1974, p. 368).

<sup>89</sup> Para Pierre Moret (2015, p. 232), a preferência em descrever a Gália Cisalpina, com destaque para *Narbo Martius*, parece estar de acordo com os interesses e as informações provenientes de comerciantes itálicos que ali transitavam.

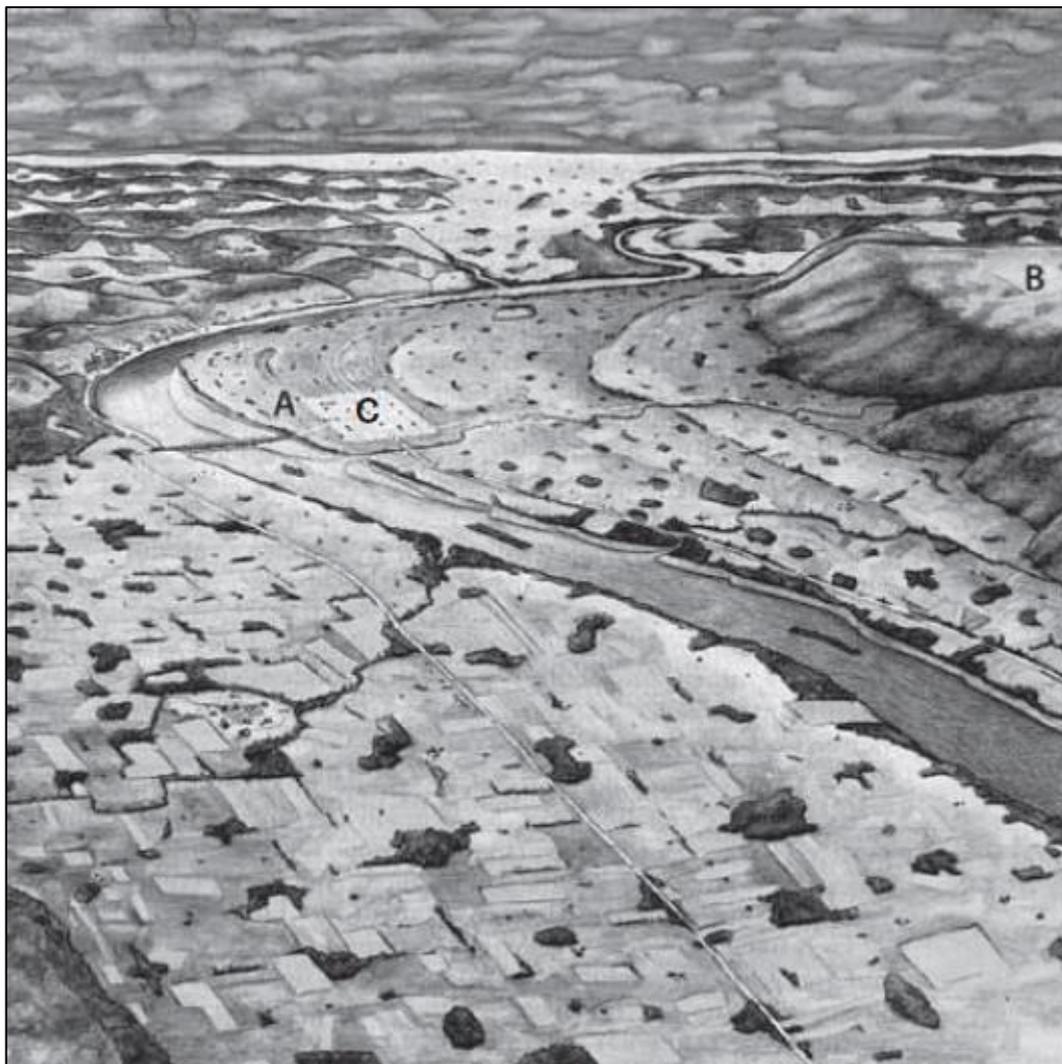
<sup>90</sup> A descrição dos rios das Gálias por Ausônio parece estar intimamente relacionada a sua própria vida, pois, traçando um paralelo com sua biografia, são rios os quais o autor conheceu pessoalmente em viagens (VILLAIS, 2009, p. 68).

leito do Mosela. A escolha de um lugar próximo ao rio, sobretudo a partir do acampamento militar de Petrisberg, obedeceu a uma necessidade de conectar as novas vias terrestres implementadas pelos romanos, ligadas à primeira ponte construída sobre o rio (TRUNK, 2010 p. 195-196).<sup>91</sup> A geografia pouco convidativa representava um desafio de engenharia para a empreitada de urbanização romana, sobretudo com a encosta íngreme de arenito que se avolumava no banco norte do rio. Por outro lado, o aclave suave que se estendia na margem oposta colocava a futura cidade em posição vantajosa diante de possíveis enchentes, enquanto não impedia o aproveitamento de um rio navegável em um ambiente no qual a comunicação era dificultada em função da geografia difícil (WIGHTMAN, 1970, p. 15; 36).

---

<sup>91</sup> O testemunho mais antigo de *Augusta Treverorum*, considerando a confiabilidade de suas evidências, trata-se do campo militar de Petrisberg, datado por volta do ano 30 a. C. (MORSCHER-NIEBERGALL, 2015, p. 262). Essa estrutura é atribuída à campanha de *Nonius Gallius* (TRUNK, 2010, p. 195).

Figura 4 – O Vale do Mosela no tempo da fundação de *Augusta Treverorum*



[A] Primeira ponte sobre o Mosela; [B] Campo militar de Petrisberg; [C] Sítio de fundação da cidade.

Fonte: Trunk (2010, p. 196).

Nota-se, a partir da Figura 4, que no percurso até o local da futura cidade o rio obedece a uma estrutura de relativa uniformidade, por meio de um curso retilíneo e pouco abaixo do nível geral da região. A partir da cidade o curso ganha suas características mais reconhecidas. O fluxo inicia uma jornada de curvas acentuadas, enquanto as encostas adquirem proporções mais

elevadas, dando início à formação do vale propriamente dito. *Augusta Treverorum* foi fundada no limite, onde o vale passa a dificultar projetos citadinos de grande porte.

Os impactos diretos do Mosela no desenvolvimento de *Augusta Treverorum* e em seu paulatino crescimento em relevância política no contexto do Império são fruto, para além de fatores políticos e culturais, dos atributos econômicos e da logística militar proporcionados pela geografia do rio. O Vale do Mosela, considerando o curso d'água e também as vias terrestres, funcionava como um caminho estratégico para o exército, por meio do trânsito de legiões que guarneciam o *limes* com os povos germânicos. Por outro lado, era uma relevante artéria comercial, o principal curso que ligava os rios Ródano e Saône ao Reno (BONNARD, 1913, p. 117). Outrossim, era um dos mais importantes trajetos que permitiam o fluxo de mercadorias para o norte, ao estabelecer uma conexão entre as Gálias e a Britânia (PEACOCK, 1978, p. 49).



na possibilidade de adentrá-lo por meio da travessia do Reno. Com o crescimento da relevância estratégica do *limes* deste rio, há de se pensar que o Mosela como rota também teve sua importância aumentada ao longo da Antiguidade Tardia, sobretudo se avaliarmos a particularidade do governo de Valentiniano e sua postura bélica diante das populações posicionadas na outra margem do Reno.

Esse forte elo com o Reno ajuda a explicar por que o Mosela, e conseqüentemente a cidade de Tréveris, se tornou um ponto estratégico na manutenção do Império no Ocidente. Desde a ocasião em que o limite oeste do Reno fora anexado ao Estado romano, a partir da campanha de César, esse rio despertou atitudes ambivalentes por parte da administração romana. Se por um lado o Reno foi uma importante artéria de comunicação para a região, o curso d'água também se tornou uma área militarizada e estratégica para o preparo de possíveis incursões de guerra (CAMPBELL, 2012, p. 280).<sup>92</sup>

A militarização do *limes* do Reno torna difícil dissociar o desenvolvimento do trânsito aquático de mercadorias na região quanto à finalidade civil ou militar. No que tange ao fluxo vindo da Península Itálica e das demais províncias das Gálias, é provável que o abastecimento militar abriu precedente para que outras mercadorias fossem transportadas, atendendo a demandas dos assentamentos civis (CAPMBELL, 2012, p. 281). Quanto ao fluxo no sentido norte, em direção à Britânia, sabemos de uma relação em termos militares, na qual houve a troca de forças legionárias, sendo que grande parte da infantaria estacionada na Britânia possuía origem germânica, soldados que provavelmente foram recrutados nas proximidades do Reno. Por outro lado, temos evidência de uma provável rede de comércio, no qual o vinho das Gálias

---

<sup>92</sup> Um dos maiores marcos da política militar romana no *limes* do Reno consiste na derrota romana na batalha de Teutoburgo no ano 9. As pesadas baixas que contabilizaram três legiões e nove divisões de auxiliares, diante da articulação germânica liderada por Armínio, resultaram no recuo do projeto expansionista de Roma. Até o fim do Império do Ocidente, no século V, o Reno se manteve, *grosso modo*, como uma divisão territorial entre o domínio romano e o dos povos germânicos (DRINKWATER, 2014, p. 23-24).

era levado para a Britânia, de onde os navios retornavam abastecidos com sal, peixes e tecidos (HASSAL, 1978, p. 45).

As informações sobre as rotas comerciais e a proximidade com o Reno nos estimulam a pensar como o fluxo de mercadorias acontecia no Mosela. Para esse fim as evidências escritas são escassas, sendo Ausônio um parâmetro importante para entendermos o funcionamento do rio, mesmo com limitações. Ao descrever Tréveris, o autor fala de uma cidade onde “o largo Mosela banha com sua tranquila corrente, levando produtos distantes de toda a terra” (*Ord. Urb. Nob.*, IV, 32-34). No poema *Mosella* identificamos indícios do prestígio do rio como uma corrente plenamente navegável, não desconsiderando, evidentemente, a linguagem poética expressa pelo autor. De acordo com Ausônio, o Mosela é “navegável como o mar”,

com águas calmas deslizando à frente, não sentes os murmúrios do vento, nem conferes rochas escondidas; nem pela arte da espuma rasa és forçado a se apressar em corredeiras rodopiantes. Não tens pequenas ilhas no meio para frustrar o curso, deixando a glória de teu justo título prejudicado, se alguma destas vier a separar teu fluxo (*Mos.*, 27-38).

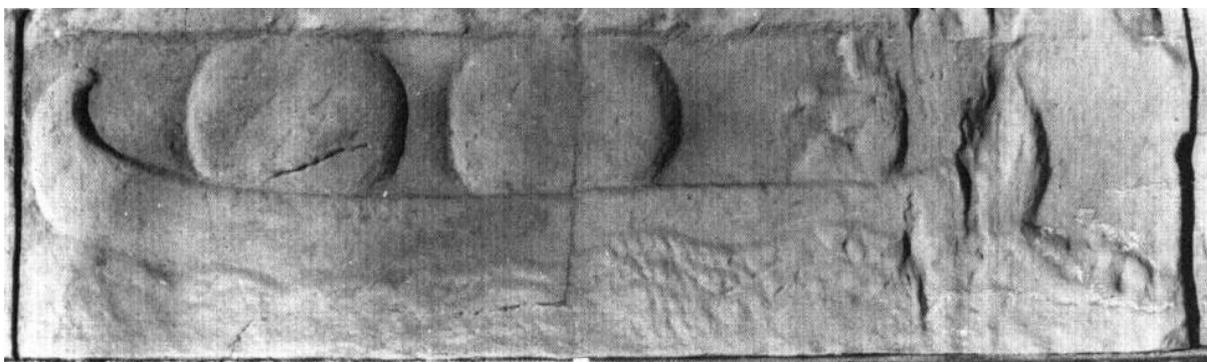
O relato do transporte de mercadorias e o atributo da navegabilidade parece ser um dos pontos de partida para a escrita do *Mosella*, mas é preciso ir além. Para esse fim a documentação arqueológica ajuda a expandir o leque de informações sobre o transporte fluvial no rio.

Uma importante evidência arqueológica para o uso do rio com tal finalidade reside na descoberta de um edifício usado como armazém no plano da cidade de *Augusta Treverorum*. Localizada na posição oeste, próxima ao Mosela, a denominada *horrea* consistia em uma estrutura de alvenaria com dimensões de 70 m por 53, disposta na forma de dois grandes salões separados por um átrio descoberto. Ao que tudo indica a estrutura era usada como um depósito de mercadorias, embora haja dúvidas quanto à natureza dos produtos ali abrigados. Uma das possibilidades é que seu propósito fosse militar, ao armazenar armas, roupas e equipamentos

(RICKMAN, 1971, p. 264-265). Tal hipótese é comprovada pela fabricação de ferramentas de guerra em *Augusta Treverorum*, com a existência de *fabricae* especializadas na produção de escudos (LEE, 2007, p. 90-92). Esta também apresenta relação com a descrição de Ausônio, segundo o qual a cidade “alimenta as forças do Império, veste e arma” (*Ord. Urb. Nob.*, IV. 3-4). Esses indícios mantêm nexos com a militarização do *limes* do Reno e confirmam a importância estratégica da cidade no que tange à manutenção das tropas alocadas ao longo do Reno.

Outras evidências materiais, oriundas de representações esculpidas em pedra e cerâmica, encontradas em *Augusta Treverorum* ou em demais localidades ao longo do rio, oferecem mais informações. Dentre elas, está uma lápide datada do ano de 250 identificada no atual município de Igel, a 6 km de distância da cidade rio acima (Figura 5). Nela é representado um barco com uma carga de tecidos (ELLMERS, 1978, p. 7). O fato de ele provavelmente estar sendo rebocado, uma técnica complexa que explicamos adiante, confirma que o trajeto percorrido pela embarcação tem sentido contrário ao fluxo do rio, o que corrobora a tese de que o Reno e o Mosela eram caminhos diretos de entrada do tecido britânico para a Europa continental (HASSAL, 1978, p. 45).<sup>93</sup>

Figura 5 – Fragmento de lápide exibindo barco carregado com tecido



Fonte: Ellmers (1978, p. 7).

<sup>93</sup> Mais informações acerca da produção têxtil na Britânia romana podem ser obtidas em John Wild (2002).

Uma segunda representação se trata de um fragmento de cerâmica datado do século IV e encontrado em Tréveris (Figura 6). Nele, há uma imagem um tanto curiosa: um barco carregado com barris, possivelmente de vinho, apresenta um dos indivíduos da tripulação arqueado sobre um deles e drenando o líquido por meio de um canudo. Uma terceira evidência trata-se de um barco esculpido em pedra encontrado em Neumagen (Figura 7). A embarcação de formato militar é disposta, de cada lado, por pelo menos sete tripulantes e vinte e dois remos. Ao centro, estão empilhados barris supostamente de vinho. A escultura gera a inquietação dos pesquisadores e questionamentos quanto à viabilidade de um navio de guerra ser utilizado para o transporte de mercadorias. Uma tese plausível é que o comerciante financiador do trabalho desejava representar que seu vinho abastecia as fileiras do exército, em contrapartida a um uso literal deste tipo de embarcação para o transporte do vinho, dada sua inteira inviabilidade econômica de despender dezenas de homens para movimentar remos e ocupar o convés, quando isso poderia ser realizado por uma tripulação de três pessoas (ELLMERS, 1978, p. 6-7). O abastecimento de vinho para as tropas, ao que tudo indica, era essencial para a manutenção das guarnições, visto que a bebida estava entre os elementos básicos da dieta do exército romano (DAVIES, 1971, p. 131).

Figura 6 – Fragmento cerâmico exibindo barco com carregamento de vinho e tripulação



Fonte: Ellmers (1978, p. 6).

Figura 7 – Artefato de pedra representando barco com carregamento de vinho, em exibição no *Rheinisches Landesmuseum*



Fonte: Wightman (1970, p. 160).

Se o barco acima mencionado provavelmente serviu apenas para o transporte de vinho, isso não quer dizer que embarcações de guerra não puderam transitar pelo Mosela. Um medalhão datado do final do século III, cunhado provavelmente em *Augusta Treverorum*, mostra o imperador Constâncio Cloro montado a cavalo de frente aos portões de *Londinium*, onde uma figura feminina personificando esta cidade demonstra rendição. Abaixo, um navio de guerra comportando soldados, semelhante àquele carregado disposto na lápide de Neumagen (Figura 8). O medalhão foi cunhado a fim de comemorar a vitória de Constâncio sobre o usurpador Aletto, posicionado na Britânia. Uma interpretação plausível é que a frota de Constâncio Cloro, assim como uma anterior de Maximiano, tenha sido construída em Tréveris, local que o imperador estava fixado e onde, provavelmente, organizou seu ataque acessando o Reno e posteriormente a Britânia (WIGHTMAN, 1970, p. 58).<sup>94</sup>

<sup>94</sup> A derrota de Aletto por parte de Constâncio Cloro faz parte de um movimento de dissidência política no norte das Gálias e Britânia concomitante à formulação da tetrarquia. Antes de Constâncio ser alçado à condição de César, em 285, Maximiano, Augusto responsável pela porção Ocidental do Império, teve de lidar com a emergência do movimento dos bagaudas nas Gálias. A fim de cessá-lo designou o chefe militar Caráusio que posteriormente se

Figura 8 - Reverso do Medalhão de Arras



Fonte: Wightman (1970, p. 64).

Outras possibilidades de transporte de mercadorias não são descartadas. Dentre elas há a hipótese de que as pedras usadas na construção da ponte de *Augusta Treverorum*, que atualmente ainda é alicerce da construção moderna, foram deslocadas através do Mosela. As rochas vulcânicas utilizadas têm origem na região de *Antunnacum*, próximo ao Reno, cerca de 200 km de distância de *Augusta Treverorum*. Ao que tudo indica, as pedras foram postas em embarcações no Reno e deslocadas no sentido contrário à corrente até a cidade (CAMPBELL, 2012, p. 285).

Diante das diferentes evidências de transporte no Mosela, uma questão para se discutir trata-se da tecnologia empregada para este fim. Sabe-se que no período da Antiguidade, na

---

declarou imperador da Britânia em 286 (FRIGHETTO, 2012, p. 95-96). Maximiano foi infeliz em neutralizá-lo, na medida em que sua frota destinada à Britânia foi destruída por uma tempestade (POTTER, 2013, p. 40). Caráusio, por sua vez, foi morto e substituído por Aletio em 293, e somente três anos mais tarde Constâncio, já na condição de César, foi responsável por reanexar a Britânia (FRIGHETTO, 2012, p. 98).

região atualmente definida como Europa Atlântica, foi desenvolvida uma metodologia de construção de embarcações, que se convencionou denominar romano-céltica, dado o hibridismo destas diferentes influências. Dentre essas, há as desenvolvidas para o mar e aquelas para o transporte interno através de rios e lagos, nos quais são identificadas uma série de técnicas de propulsão (MCGRAIL, 2009, p. 197).<sup>95</sup> No *Mosella*, Ausônio não particulariza a natureza das embarcações, porém descreve técnicas de navegação que permitiam o uso do rio em ambos os sentidos, a favor da corrente e contra a mesma. De acordo com o autor:

Para ti dois modos de viagem são apontados: esta quando barcos se movem abaixo de teu curso a favor da corrente e aquela quando remos agitam a água a toda velocidade; quando, ao longo dos bancos, com uma corda de reboque que nunca afrouxa, o barqueiro tensiona aos ombros as amarras ligadas aos mastros (*Mos.*, 39-42).

Ao contrário das embarcações de guerra, que normalmente são categorizadas de acordo com uma técnica específica de propulsão empregada, as de transporte de carga não podem ser analisadas da mesma forma. No rio Reno e em seus tributários, esses diferentes tipos dispunham de uma série de recursos de propulsão. Uma das técnicas mais simples e viáveis foi descrita por Ausônio, na qual o barco é posto à deriva, de modo que a própria corrente é responsável por impulsionar os navegantes rio abaixo, e na qual remos eram necessários a fim de desviar a embarcação de pedras ou evitar águas muito rasas (ELLMERS, 1978, p. 11).

A navegação contra o curso do rio, para além do suporte proporcionado pelos remos, também envolvia a utilização de uma técnica mais complexa, a chamada propulsão por reboque, que consistia na navegação contra a corrente, por meio de uma corda, tracionada por força humana ou animal nas margens do rio. Esta técnica, inclusive, exigia o emprego de uma extensa

---

<sup>95</sup> Apesar de tratarmos as embarcações produzidos neste recorte espaço-temporal como uma metodologia romano-céltica, atestamos que é impossível delimitar um modelo único de embarcações construídas. Por exemplo, acerca dos barcos destinados à carga de mercadorias, vários modelos distintos são identificados pela análise da arqueologia e das representações pictóricas. A leitura de Detlev Ellmers (1978, p. 1-10) é bastante ilustrativa para esse propósito.

organização, por meio da construção e manutenção de trilhas ao longo das margens. Ela foi empregada, no período romano, nos rios Mosela e Reno (ELLMERS, 1978, p. 10), e também no Tibre, onde as frotas mercantis oriundas do Mediterrâneo adentravam na foz do rio, ou transferiam suas mercadorias para barcos menores, que posteriormente eram rebocados rio acima até a cidade de Roma (CASSON, 1965, p. 32).

Muitos indícios sugerem que o Mosela foi usado de modo constante como uma via de comunicação. A primeira delas é, sem dúvidas, a própria geografia do Vale do Mosela que torna a via fluvial favorável à navegação em contrapartida ao transporte terrestre. Além deste propósito de uso, que pode ser vividamente atestado na modernidade, as evidências antigas nos permitem concluir com segurança que, pelo menos a partir da ocupação romana, o rio também já era amplamente utilizado como via de comunicação e foi elemento decisivo da formação da cidade de *Augusta Treverorum*. Para além das informações sobre a circulação de barcos, o transporte de produtos como vinho e tecidos, as técnicas de navegação também têm muito a dizer. O recurso à tecnologia de rebocar os barcos, que, como observamos, envolvia a manutenção de uma infraestrutura ao longo das margens, nos sugere o uso sistemático do Mosela como via de comunicação na Antiguidade.

As informações debatidas neste capítulo são muito importantes para compreendermos as bases do desenvolvimento histórico e sua relação com a espacialidade e materialidade do Mosela. No próximo capítulo nos dedicamos aos aspectos simbólicos do rio, a partir da análise sistematizada do *Mosella*, no qual nos aprofundamos nos recursos comparativos e relacionais utilizados por Ausônio para construir a comunidade imaginada gaulesa.

### CAPÍTULO 3

---

## *UMA NAUMACHIA GALO-ROMANA, PROPAGANDA E COMUNIDADE IMAGINADA NO MOSELLA*

### *O Mosela como microcosmo do Império Romano*

Não há dúvidas: o rio é o personagem central do poema *Mosella*, de Ausônio. Além de inspirar o título, é a partir da descrição de seu curso e de suas peculiaridades que o autor desenvolve outras temáticas: a paisagem, o ecossistema, os eventos históricos, a presença de divindades, a vida cotidiana das comunidades ribeirinhas, a intervenção humana no plano arquitetônico, a existência e manutenção de instituições romanas. O rio é o ponto de partida, essencial para a relação entre homens e natureza, no qual se desenvolve um microcosmo do universo greco-romano. É uma percepção própria, regional, desses valores, aferida através da reprodução em maior escala de referências geográficas, culturais e políticas do Império Romano.

A construção desse universo ribeirinho é parte de uma afirmação da erudição do poeta e de seu conhecimento do legado cultural greco-romano. Em outra medida, no contexto político e da representação desenvolvida no poema, as referências dispostas ao longo dos versos colocam a espacialidade do Mosela e seus habitantes a par de uma longa tradição greco-romana, a qual justifica a posição privilegiada da *Gallia Belgica* como centro de poder no Ocidente, comunica a existência de súditos gauleses em harmonia e exalta a ação do poder imperial no referido espaço.

Sob essa perspectiva, neste subcapítulo nos dedicamos a apresentar ao leitor as linhas gerais nas quais o *Mosella* é estruturado, sobretudo por meio da interpretação das referências dispostas ao longo do documento, que compõem a paisagem do rio e seus habitantes. Não

esgotamos a investigação de imediato, mas lançamos os fundamentos analíticos que conduzem a leitura histórica desenvolvida neste capítulo.

A análise sistemática dos versos de Ausônio indica que a obra obedece a uma forma um tanto padronizada. Fatos cotidianos, aspectos da paisagem e características da organização política não são apresentadas por si só. Tais detalhes são contextualizados a partir de referências da *paideia* greco-romana, familiares a Ausônio e a seu público. Destaca-se que as referências empregadas pelo poeta são fruto de normas e convenções do texto escrito em seu período, de modo que comunicam a formalidade do emprego escrito, mas também indicam um padrão de símbolos empregados com propósitos políticos.<sup>96</sup>

Por outro lado, também devemos explicitar que categorias como “cultura romana” ou “tradição clássica”, as quais utilizamos para analisar um corpo de referências empregado pelo autor, devem ser compreendidas com ressalvas. Isso se deve ao fato de que, quando abordamos o Império Romano, estamos tratando de um Estado multifacetado, em termos territoriais, culturais e étnicos. As categorias, portanto, versam sobre um corpo de referências relacionadas a um momento específico da história de romana, sobretudo na República Tardia e no Principado, quando diferentes autores – e, para nossa análise, os poetas são mais importantes –

---

<sup>96</sup> Uma explicação para essa forma de compor o texto pode ser elaborada a partir do ofício da retórica ao qual Ausônio se associava e cujos códigos aplicava. Neste sentido, a abordagem retórica estava vinculada a um corpo de etiquetas, ilustrações e referências históricas e mitológicas (BROWN, 1992, p. 42). No entanto, devemos salientar que a expressão desses códigos não foi apenas uma formalidade poética, mas um recurso político empregado com vistas a sustentar a mensagem exaltadora do Mosela, de seus habitantes e da interferência imperial na região.

Outro ponto diz respeito ao emprego da intertextualidade, identificada em inspirações constantes na composição do *Mosella*, a exemplo da obra *Georgica*, de Virgílio. Nela a descrição da paisagem idílica da Península Itálica, por meio da exposição de elementos positivos de beleza, segurança e fertilidade (PIO, 2017, p. 148), parece ter exercido uma forte influência em Ausônio, haja vista que além dos trechos emulados, a mesma lógica do louvor à paisagem rural é obedecida na estruturação do *Mosella*. Os recursos de intertextualidade utilizados por Ausônio, isto é, a releitura e reapropriação de ideias e trechos presentes em obras anteriores, integram uma cultura literária bastante presente nas poesias clássica e helenística. Nos trabalhos tardo-antigos, a intertextualidade é expandida em funcionalidade e deixa de significar, necessariamente, a produção de conteúdo. As referências se tornam uma formalidade escrita, componente de uma tradição literária que vincula mensagens de gênero poético, *status* e também cultura romana, atuando como um recurso na negociação de valores e identidades, sobretudo em contextos culturalmente plurais (KAUFMANN, 2017, p. 149-150). Dessa forma, a intertextualidade se apresenta não apenas como uma característica restrita ao ofício do poeta e da composição do texto, mas é entendida como um mecanismo de afirmação de romanidade, que combinada com o arcabouço referencial disposto ao longo do documento, pôde ser compartilhada pelo escritor e por seus leitores.

compuseram suas obras na tentativa de compreender a própria sociedade romana, revisitando também as influências gregas de sua formação. Nesse caso, atentamos que essa “tradição clássica” ou essa “cultura romana” não deve ser apropriada como um dado inato, haja vista que, no caso da documentação investigada nesta Dissertação, ela é uma compreensão intermediada pela própria visão de Ausônio, isto é, uma seleção, um recorte e uma reapropriação desses valores “clássicos”, os quais emanam um sentido político e que, portanto, dão significado à mensagem elaborada e difundida pelo poeta em sua obra.

Sob uma perspectiva geral, ao longo do documento é comum que o leitor se depare com uma argumentação cíclica, composta pela evocação de algum mito ou divindade, associados a um determinado lugar ou fato histórico. Trata-se de uma inteligibilidade poética, com valor político, produzida pelo autor sobre a realidade presenciada. Um dos exemplos mais elucidativos para compreendermos a estruturação adotada pelo poeta é o episódio da *naumachia*, ou seja, uma batalha naval encenada (*Mos.*, 200-239). Nele, divindades como Liber, Vênus e Apolo, associados a localidades como Cumas e Ebeia, e a eventos históricos como a batalha do Ácio, são evocadas a fim de oferecer sentido à cena cotidiana visualizada pelo poeta.

A obra de Ausônio, em conjunto com outros documentos, evidencia a prática das *naumachiae*, ou eventos aquáticos análogos, na Antiguidade tardia. Porém, um dado a ser levado em consideração é que, no *Mosella*, em muitos momentos, o autor não esteve preso a narrar fatos em sua literalidade, ações próprias e regionais, mas a sua interpretação desses eventos à luz de referências passadas, especificamente sobre o período em que as *naumachiae* tiveram grande proeminência, no período do fim da República e do Principado. O resultado é uma cena que equipara as pessoas e o espaço do Mosela a essa tradição adotada com ares gloriosos, em que embora predomine o relato sobre o evento romano, também exista a evidenciação de aspectos regionais. O que temos é um evento único, sob o olhar de um membro

da elite galo-romana, uma *naumachia* que coloca o homem comum no cerne de um evento de grande envergadura que mescla elementos regionais com uma tradição clássica. A análise pormenorizada da *naumachia* será realizada posteriormente, portanto atentemo-nos, agora, a como estão estruturadas as referências ao longo do documento.

Ausônio inicia o poema com uma breve descrição de sua viagem pelos arredores do rio, em um estilo de escrita identificado como *hodoeporikon* ou *itinerarium* (*Mosella*, 1-22) (ROBERTS, 1984, p. 345).<sup>97</sup> Trata-se da descrição da passagem por localidades como *Vincum* (*Mos.*, 2), *Dumnissus* (*Mos.*, 8), *Tabernae* (*Mos.*, 8) e *Noviomagus* (*Mos.*, 11). Nesses casos, o relato do trajeto finda com a contemplação visual e auditiva da corrente do Mosela. O poeta não tarda em direcionar suas palavras para abordar seu personagem central e, no vigésimo terceiro verso, inicia suas considerações sobre o rio, assumindo o estilo de um *epibaterion*, em uma saudação ao curso d'água (GREEN, 1989, p. 305).<sup>98</sup>

Não mais, toda perspectiva de graciosidade me fez contemplar a imagem de minha própria terra natal, a sorridente e bem cuidada *Burdigala*: os telhados das casas de campo, empoleiradas no alto das margens dos rios, as vertentes verdes com videiras, e a agradável corrente do Mosela deslizando abaixo com um moderado murmúrio. Salve, rio abençoado pelos campos, abençoado pelo colono, a quem os belgas devem a honra imperial que embeleza sua cidade: rio onde as colinas estão cobertas com a vínica fragrância de Baco, teus bancos cobertos com turfa, rio mais verdejante (*Mos.*, 18-26).

Através da “honra imperial” concedida à cidade, Ausônio apresenta o rio como fundamental ao *status* político da região. Embora o assentamento urbano apareça indefinido é

---

<sup>97</sup> O *hodoeporikon* é caracterizado nas obras nas quais há um relato de viagem, seja escrito em verso ou prosa. Nesse caso, são apresentados nomes, além de características dos locais visitados, como topografia, hidrografia, fauna, habitantes e seus aspectos culturais (KOLTUNOWSKA, 2011, p. 132).

<sup>98</sup> O *epibaterion* é um gênero poético identificado pela primeira vez na *Odisseia*, de Homero. Trata-se da ocasião na qual um indivíduo retorna para casa após um longo período de ausência ou viagem a outras terras. Nessa oportunidade, o poeta faz uma espécie de saudação de agradecimento ao retorno bem-sucedido à terra natal (SCHEIDING, 2015, p. 28). No caso do *Mosella*, há o retorno de Ausônio, que assume nos momentos iniciais o protagonismo do poema, a sua residência naquele tempo, *Augusta Treverorum*.

absolutamente razoável inferir que Ausônio se refere à *Augusta Treverorum*. Dessa forma, a cidade como símbolo da presença imperial é relacionada ao rio não apenas pela proximidade física, mas por um vínculo por meio do qual o curso d'água permite a manutenção de um ambiente urbano romanizado, receptáculo da estrutura estatal do Império, de onde emana a política do imperador – um reforço para a propaganda a qual *Mosella* faz sobre o imperador Valentiniano.

A partir de então, o leitor é apresentado à lógica em que o poema é estruturado. Ausônio, que protagonizou o trajeto pela província, concede espaço à atuação humana dos habitantes da terra. Outrora definido pela transição entre diferentes localidades, o cenário dá espaço para um quadro constante, o Mosela, em que a imagem do rio se confunde com um amálgama de referências simbólicas próprias da cultura greco-romana. A predominância dessas referências ao longo do documento, em contrapartida à evidenciação de aspectos culturais próprios da região, que, como sabemos, contava com fortes influências gaulesas e germânicas, tem bastante a dizer. Uma possibilidade é que Ausônio, preocupado com o público da corte, que, como vimos, englobou diferentes aristocracias ocidentais, como os itálicos, optou por valorizar as referências de um *topos* clássico em seu poema. Dessa forma, aquelas expressões regionais e cotidianas observadas pelo autor foram relidas sob a égide de um padrão cultural greco-romano. Tal alternativa comunicava ao público leitor uma identidade que queria se atribuir à região, contrapondo a possível percepção de que a capital estivesse próxima em demasia da fronteira, e que as pessoas compartilhassem hábitos culturais mais germânicos e gauleses do que propriamente romanos. Contudo, consideremos que as expressões regionais não são apagadas do documento, como veremos à frente.

Dentre essas referências greco-romanas podemos destacar com maior regularidade dois tipos. Primeiro, a evocação de divindades do panteão greco-romano, bem como de personagens

e episódios mitológicos. Segundo, alusões espaciais a diversas porções do Império: cidades, montanhas, mares, rios, entre outras.<sup>99</sup>

Sobre as evidências mapeadas, tratemos primeiro daquelas voltadas à mitologia greco-romana, em especial às divindades do panteão. De modo geral, elas são apresentadas de duas formas. Primeiro, como associações, sinônimos ou recursos metonímicos em analogia a elementos do rio. Em outros casos, são associadas como entidades atuantes sobre determinados lugares ou acontecimentos, de modo que seu emprego explica um evento presenciado por Ausônio. No primeiro caso, há o exemplo de termos como Olímpio (*Mos.*, 13), em analogia ao céu, e Febo (*Mos.*, 12), como sinônimo do sol.<sup>100</sup> No segundo caso, divindades como Poseidon (*Mos.*, 81), Vênus (*Mos.*, 211) e Apolo (*Mos.*, 214) são apresentadas não como metonímias, mas seres independentes atuantes sobre determinado plano geográfico ou histórico.<sup>101</sup>

Um caso bastante particular diz respeito às referências a Baco. Esta divindade é citada em quatro momentos ao longo da obra, quando são apresentadas três terminologias distintas: Baco (*Mos.*, 25; 145), Líber (*Mos.*, 209) e Lieu (*Mos.*, 158).<sup>102</sup> Para os antigos, a imagem de Baco teve estreita relação com o vinho e, conseqüentemente, com a cultura das videiras, sendo considerada a divindade responsável por revelar o vinho à humanidade (CARLAN, 2012, p. 84). No *Mosella*, a divindade mantém essa proximidade com o vinho, e é apresentada em duplo

---

<sup>99</sup> Embora essas referências permeiem toda a documentação, é importante explicitar que nem sempre sua discriminação é realizada com facilidade, haja vista que a evocação de lugares e paisagens muitas vezes ocorre em consonância com a evocação de algum mito ou evento histórico. Nesse caso, o tratamento metodológico contribui bastante para a perspectiva quantitativa da análise, ao possibilitar que tenhamos um olhar geral sobre o arcabouço de referências do documento, em contrapartida a uma análise sequencial e cronológica que dificultaria a percepção de nuances que uma leitura superficial produz.

<sup>100</sup> A designação “Olímpio” nomeou algumas formações montanhosas do mundo grego. Na esfera da religiosidade foi considerada como a morada dos deuses, em especial de Zeus (GRIMAL, 1990, p. 310). “Febo” trata-se de um epíteto da divindade Apolo (GRIMAL, 1990, p. 351). O desenvolvimento da religião grega, em sincretismo com influências nórdica, asiática e egeia, transformou Apolo em um deus solar, suplantando Hélio (BRANDÃO, 1987, p. 84-85).

<sup>101</sup> Poseidon, equivalente ao romano Netuno, trata-se da divindade olímpica relacionada ao mar, ao qual estava atribuído o poder de gerenciar as águas (GRIMAL, 1990, p. 291; 370).

<sup>102</sup> As diversas terminologias utilizadas para caracterizar essa única divindade têm relação com vários aspectos de sua apresentação. O nome Baco, derivado do grego *Bacchus*, é o mais utilizado pelos poetas augustanos. Seu uso é geralmente vinculado às celebrações de simpósios e orgias, conhecidas como *bacchationes*. As outras terminologias Líber, de origem latina, e Lieu, de origem grega, têm relação com as facetas de força e liberdade as quais a divindade pode assumir em situações adversas (SERIGNOLLI, 2017, p. 5; 8).

sentido, ora como ser independente, que concede a dádiva das videiras que recobrem o Mosela, ora se assemelhando à descrição de Virgílio. Em alguns momentos do livro II da *Georgica* (TREVIZAM; RAIMUNDO, 2011, p. 86), o substantivo referente às videiras é substituído por um recurso metonímico. Nesse caso, o nome da divindade representa o gênero plantado, como no excerto “vínica fragrância de Baco” (*Mos.*, 25).<sup>103</sup>

Outra passagem exemplifica como as referências são operadas:

Deixe mostrar o outro espetáculo conduzido pelas videiras, e deixe os presentes de Baco atraírem nosso olhar errante em seu sublime cume, alongando-se distante em escarpas inclinadas, sobre o esporão e sobre o ensolarado lado da colina com saliências e reentrâncias que sobem em um teatro natural coberto de videiras. Tal graciosa vindima reveste também os cumes do Gauro e do Ródope, e Lieu enfeita as colinas de *Pangea*; seu antro escolhido (*Mos.*, 152-157).

É uma das passagens em que o poeta despende maiores analogias para enaltecer a extensão da cultura dos vinhedos presenciada por ele. A planta é apresentada, de acordo com o mito, como um “presente de Baco”. Sequencialmente, as vertentes escarpadas do vale do rio são comparadas a outras regiões montanhosas do Império, como o Monte Gauro, na Península Itálica, reconhecido por ser uma região na qual vinhos de grande qualidade eram produzidos (THURMOND, 2017, p. 224). Em outro caso, a cadeia de montanhas do Ródope é citada, agora na região dos Balcãs, onde a produção de vinho dos Trácios é abordada pelos gregos desde o período homérico (ZHRNT, 2015, p. 35). Por fim, a montanha mitológica de *Pangea* seria contemplada pelo mesmo cultivo existente no Mosela.

Assim como no período moderno, o plantio de videiras e a produção de vinho já eram atividades extensamente desenvolvidas no Mosela na Antiguidade, sobretudo no século IV,

---

<sup>103</sup> São exemplos de passagens de Virgílio: “Nem jazam inertes as terras: favorece plantar o Ísmaro / com Baco e recobrir o grande Taburno com a oliveira” (*Georgica*, II, 37-38); “Pois uma traz proveito aos grãos, outra a Baco, / a densa mais a Ceres, toda bem solta a Lieu” (II, 228-229).

quando a prática deve ter se intensificado. O próprio Ausônio como referência antiga é reconhecido por popularizar a imagem romanceada de um rio envolto pela atmosfera das videiras (WIGHTMAN, 1970, p. 189; 192). As referências utilizadas pelo poeta, que a princípio podem parecer simplórias, guardam profunda estima pela prática vinícola exercida ao longo do rio, haja vista que ele equipara tais práticas a uma dimensão divina, colocando-as em um alto patamar. Dessa forma, Ausônio exalta o espaço do Mosela e seus habitantes como produtores, por excelência, de uma mercadoria de grande relevo econômico e simbólico para a sociedade romana.

A evocação de Baco por Ausônio também suscita outras questões, para além de sua relação direta com as videiras. Na história romana a divindade e seus respectivos cultos e ritos são reconhecidos pelas restrições legislativas as quais lhes foram impostas. Nesse caso o *Senatus Consultum Bacchanalibus*, de 186 a.C., significou imposições, como a diminuta participação de pessoas, que culminaram, ao menos em tese, na inviabilização do culto de Baco em Roma. A partir de então, embora tenha havido a representação pejorativa da divindade, como no caso de Tito Lívio, ela passou a ser recorrentemente abordada por poetas do período augustano, porém, nesse caso, de forma ambígua. Em alguns casos, também foi retratada sob a ótica negativa, a partir de um discurso moralizante sobre um Dionísio estrangeiro cujos excessos deveriam ser contidos sob uma nova ordem política instituída por Augusto. Porém, sua representação, principalmente sob o epíteto de “Líber”, também foi associada à figura de Augusto e da manutenção de uma *libertas* republicana (SERIGNOLLI, 2017, p. 31-32).

Embora essa representação negativa não possa ser identificada em Ausônio, a outra existe. A ideia positiva, aliada ao supramencionado epíteto de Líber, é identificada na execução da *naumachia* no rio. A evocação reforça a associação de Valentiniano com Augusto, e assim, dá sentido à propaganda a Valentiniano como exitoso na manutenção do Estado romano.

A imagem de um rio cujas escarpas estão cobertas de vinhedos tem seu significado literal, talvez o mais explícito sob uma primeira análise, que é o sentido de sugerir que na região havia o predomínio da prática agrícola deste gênero. Porém, não podemos desconsiderar o apelo simbólico desta construção: o fato de ele estar margeado por uma planta que evocava a identificação romana poderia significar o domínio pleno do Império sobre a região em disputa, reforçando a propaganda ao imperador.

Além das divindades do panteão greco-romano, o *Mosella* é repleto de menções a outras personagens mitológicas. Um dos excertos mais destacáveis descreve a presença de sátiros e ninfas no rio (*Mos.*, 169-188). Ao contemplar a paisagem do Mosela, o poeta julgou que, na ausência dos olhares humanos, as divindades da natureza ocupavam o lugar. Como observamos:

Posso acreditar que aqui os Sátiros rústicos e as Naiades de olhos acinzentados se reúnem na borda da corrente, quando os Pans com pés de cabra são apreendidos com a alegre obscenidade, e, batendo nas águas rasas, amedrontam as trêmulas irmãs ninfas abaixo da corrente, enquanto eles debulham a água com pancadas inexperientes (*Mos.*, 171-174).

O poeta parece não se apegar a terminologias exatas para descrever a cena, e emprega indistintamente diferentes nomes (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 90). Termos como Sátiros (*Mos.*, 170; 179; 183), Pans (*Mos.*, 173), Faunos (*Mos.*, 177) são utilizados para a divindade campestre masculina, enquanto as Ninfas (*Mos.*, 182) são especificadas como Naiades (*Mos.*, 171), Oréades (*Mos.*, 176) e Panopea (*Mos.*, 176). As evocações possuem um apelo ideológico e dão continuidade a um ornamento de referências que exalta a cultura romana e emula a poesia clássica. Além disso, a paisagem rural constitui o ambiente natural dessas divindades cujo culto mantinha relação próxima com as populações camponesas (SCAFOGLIO, 2003, p. 528).

De toda forma, não podemos nos precipitar em afirmar que tais passagens constituem um apelo pagão do poeta em contrapartida a valores cristãos, dado que tais referências não eram inconcebíveis para esse público (GREEN, 1989, p. 313). Como explicitamos anteriormente, a tradição clássica foi componente primordial da formação intelectual na Antiguidade Tardia, o que demonstra que tais passagens no *Mosella* dizem mais sobre a tradição poética à qual Ausônio se filiava do que sobre uma concepção pessoal do fenômeno divino. Em outra perspectiva, a evocação de Sátiros e Ninfas também complementa as referências a Baco, haja vista que os personagens também correspondem ao séquito de seguidores da divindade e anunciam sua chegada com procissões (SERIGNOLLI, 2017, p. 4).

Uma série de evocações a divindades e personagens mitológicos complementam o amálgama criado por Ausônio. Adiante, o leitor se depara com referências a divindades como Héspero (*Mos.*, 193),<sup>104</sup> Hyperion (*Mos.*, 222),<sup>105</sup> Eco (*Mos.*, 297),<sup>106</sup> Múlciber (*Mos.*, 338),<sup>107</sup> operados para expressar fenômenos naturais experienciados pelo poeta. Outras, como Nêmesis (*Mos.*, 379)<sup>108</sup> e Fortuna (*Mos.*, 418),<sup>109</sup> personificam sentimentos como justiça e sorte, atribuídos ao rio ou a habitantes da região. Em outros casos, os personagens são elencados para estabelecer uma relação entre a paisagem do Mosela e alguma referência mitológica e geográfica do mundo grego, como no caso de Hele (*Mos.*, 288) e Nefele (*Mos.*, 288)<sup>110</sup>. Um

---

<sup>104</sup> Personificação da estrela da manhã (GRIMAL, 1990, p. 201).

<sup>105</sup> Um titã, filho de Urano e Gaia, que deu origem a Hélios, Selene e Eos. Hyperion é por vezes evocado como o próprio sol (GRIMAL, 1990, p. 209-210).

<sup>106</sup> Ninfa vinculada às árvores e nascentes, a qual foi punida por Hera, esposa de Zeus, após tentar dissimular os amores proibidos do deus por meio de uma incessante conversa. Como consequência, ficou fadada a repetir os últimos sons das palavras que ouvisse (BRANDÃO, 1986, p. 177).

<sup>107</sup> Epíteto de Vulcano, equivalente ao grego Hefesto (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 105). Trata-se de uma divindade vinculada ao fogo e a peripécias de fertilidade e destruição. Além disso, é personificada por um ferreiro, hábil na confecção de diferentes objetos metalúrgicos (GRIMAL, 1990, p. 180-181).

<sup>108</sup> Divindade vinculada à justiça, cuja atribuição consiste em restabelecer o equilíbrio na ocasião em que uma ação deixa de ser equânime (BRANDÃO, 1986, p. 232).

<sup>109</sup> Personificação da sorte e do acaso (BRANDÃO, 1986, p. 155-156).

<sup>110</sup> Hele, personagem mitológica, filha de Nefele e Atamante. O mar conhecido como Mar Helesponto recebe esse nome em função do episódio mitológico no qual Hele morre em suas águas (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 99).

exemplo desta situação ocorre quando são evocados Dédalo, sob o epíteto de “homem voador de Gortina”, e seu filho Ícaro:

Quem tem a capacidade de revelar os incontáveis enfeites e formas, e de mostrar as belezas arquitetônicas de cada propriedade? Tal trabalho o homem voador de Gortina não poderia desprezar – ele que construiu o templo de Eubeia, o qual foi impedido pela dor de pai de reproduzir em ouro a queda de Ícaro (*Mos.*, 298-303).

Nesse caso, notamos como o poeta lança mão da figura de Dédalo para descrever a arquitetura presenciada nas margens do rio. Mais uma vez, a conexão tem forte caráter simbólico ao equiparar a arquitetura da região ao trabalho de Dédalo, reconhecido como pela grande habilidade voltada para esse ofício. Em outro caso, Ausônio compara o episódio, que presencia a morte de um pescador ao se lançar na água, com o mito de Glauco de Antedon (*Mos.*, 276),<sup>111</sup> no qual divindades como Tétis (*Mos.*, 281),<sup>112</sup> e Nereu (*Mos.*, 281)<sup>113</sup> também são apresentadas.<sup>114</sup>

O cenário natural contemplado pelo poeta vai sendo preenchido de referências mitológicas, dispositivos simbólicos que atribuem sentido à realidade descrita pelo autor, seja sobre elementos da natureza ou próprios da ação humana. Não obstante, essas referências

---

<sup>111</sup> Mito segundo o qual Glauco foi um pescador da cidade de Antedon, na região da Beócia, e que teria adquirido imortalidade e se transformado em uma divindade marinha após consumir uma determinada planta (RODRÍGUEZ SOMOLINOS, 2006, p. 11-12).

<sup>112</sup> Aqui uma confusão pode ocorrer, haja vista que duas personagens mitológicas são referidas no português como “Tétis”, sendo uma delas *Thétis*, uma nereida filha de Nereu e Dorias cuja beleza atraiu Zeus e Poseidon. Por outro lado, a partir da grafia com “y”, é provável que Ausônio se referisse a *Tethys* (BRANDÃO, 1986, p. 106), filha de Urano e Gaia, uma titânide que personificava a fertilidade feminina dos mares. Sua união com o titã Oceano deu origem às oceânides, que formaram os rios do mundo (GRIMAL, 1990, p. 424).

<sup>113</sup> Trata-se de uma divindade do mar mais antiga que Poseidon, anterior às divindades olímpicas, e é também conhecido como “velho do mar”, representado como um homem de longa barba branca (BRANDÃO, 1986, p. 233).

<sup>114</sup> As passagens que remetem a Glauco de Antedon e Dédalo, que possuem relação direta com a obra *Metamorfoses* de Ovídio (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 98-101), ratificam a relevância adquirida por Ovídio ao retomar a mitologia grega em suas obras, sendo muitas vezes a referência principal sobre a temática para o público ocidental (CABECEIRAS, 1998, p. 293).

mitológicas são acompanhadas, e por vezes se confundem, com um conjunto de citações espaciais, como cidades, regiões, rios e mares, que enriquecem o arcabouço simbólico de Ausônio. Nesse caso, o *Mosella* se apresenta como um pequeno mapa do próprio Império.

Uma característica digna de nota: as informações geográficas às quais o leitor é apresentado possuem duas naturezas distintas. De um lado, Ausônio segue uma tradição poética dedicada a abordar temas de ordem geográfica, a exemplo das épicas *Ilíada* e *Odisseia*, permeadas por aspectos de orientação espacial, detalhes de regiões e viagens, registros toponímicos e noções etnográficas (DUECK, 2012, p. 20-21). Tal abordagem, presente no *Mosella*, possui aspecto informativo ao orientar o espaço e as pessoas que ali habitam. Como exemplos, podemos citar a introdução ao poema, com uma espécie de roteiro de viagem (*Mos.*, 1-22), e um outro momento, em que o poeta se dedica a produzir um catálogo de afluentes do rio (*Mos.*, 350-374).<sup>115</sup>

Em outra ocasião, os aspectos geográficos funcionam como adornos e informações adicionais, formando um subproduto da temática central na composição poética (DUECK, 2012, p. 28). Nesse caso, o autor tem a tendência considerável a citar duas porções do Império. Primeiro, localidades da Península Itálica. Segundo, uma região própria do mundo grego, que engloba a Península Balcânica, a Ásia Menor e o Oriente Próximo. Para nós, tais referências estão vinculadas a uma tradição poética própria seguida pelo autor, desde influências como Homero até autores clássicos latinos.

Sobre as referências ligadas à Península Itálica, podemos destacar as formações montanhosas, como o Gauro (*Mos.*, 157; 209) e o vulcão Vesúvio (210). Acrescentam-se

---

<sup>115</sup> Ausônio se insere em uma tradição poética latina cujos autores, como Virgílio e Ovídio, se apropriaram de convenções gregas da inserção geográfica nos poemas. Nesse caso, eles tenderam a inserir nomes de lugares e povos distantes, em uma via dupla de afirmação da erudição do próprio escritor e de exaltação a territórios anexados ao Império (DUECK, 2012, p. 34). Por outro lado, o conhecimento geográfico era contributivo no sentido de orientar os governantes no propósito da guerra. Dessa forma, sob o ponto de vista estratégico, o conhecimento sobre as nuances de uma área conquistada, ou não, era essencial para o planejamento militar, tanto de proteção e manutenção de territórios, quanto de perspectiva de novas conquistas (SILVA, 2021, p. 40).

referências à cidade de Cumas (208; 345), Siracusa (304) e Mântua (375), além da ilha da Sicília (218), sem contar citações à cidade de Roma (380) e ao rio Tibre (377). Já no Oriente, com ênfase para a porção grega, destacamos as ilhas de Leucas (214) e Eubeia (216; 301; 346), além de uma série de cidades como Sestos (287), Calcedônia (289), Éfeso (308), Esmirna (375), Mênfis (330), Atenas (308) e Ilium (376). Também citemos o estreito de Euripo e os mares Trácio (159), Cárpata (279) e da Beócia (276).

Ademais, não desconsideremos outras alusões. De modo amplo, identificamos os continentes Europa (291), Ásia (292) e o oceano Atlântico (144), sem contar regiões fora do eixo explicado acima, como a Britânia (68), a costa da Caledônia (68) e o rio Danúbio, nesse caso apresentado sob a nomenclatura de Ister (100). Outra situação destacável ocorre quando Ausônio cita sua terra natal, *Burdigala* (19), e seu respectivo rio, o Garona (160), em comparação com a paisagem do Mosela, o que parece ser uma tentativa de inserir sua cidade de nascimento dentro do amálgama de referências do universo greco-romano.

As evocações que compõem o *Mosella* têm muito a nos dizer. Ausônio se valeu de um padrão de composição poética no qual outros autores também mencionavam deuses, personagens mitológicos, e mantinham a tradição de citar as localidades diversas como adornos da composição. Podemos compreender esse fato a partir de dois pontos principais: em uma medida, válida a própria figura de Ausônio como conhecedor do *corpora* poético da tradição greco-romana, fazendo dele um continuador desses valores e afirmando-o como conhecedor dessas técnicas na condição de poeta e tutor; em outra, esse emprego contribuiu para a própria legitimidade do *Mosella* na condição de poema continuador dessa tradição, ou seja, um documento digno de ser lido aos moldes daqueles estudados na formação da *paideia* tardo-antiga.

Os desdobramentos não se restringem à figura do escritor e do documento. Na seara das representações, da projeção de ideias e convicções sobre a realidade, esse amálgama simbólico

contribui para a inserção do espaço do Mosela em um lugar de destaque no contexto do Império Romano. Sabemos que as composições poéticas tiveram seu papel no sentido de construir o imaginário do público leitor da Antiguidade em relação ao espaço vivido. Obras como *Ilíada* e *Odisseia*, com seu plano de fundo nas ilhas do mar Egeu, compuseram o ideal desse público, assim como o espaço do Lácio, sob a *Eneida*, de Virgílio, foi glorificado, ressignificado e inserido na história romana.

Sob esse pressuposto, Ausônio lança mão de um projeto ousado com o pano de fundo do Mosela. Não se trata aqui de comparar em termos valorativos tais obras, pois sabemos a influência incalculável do épico de Homero para o pensamento histórico ocidental, mas entender, que o *Mosella*, em seus termos, possuiu o poder de influenciar a maneira como o público leitor passou a enxergar ou imaginar o espaço da *Gallia Belgica*. Vide a espístula de Símaco: [...] seu nobre e majestoso verso virou meus conceitos e fez esta corrente maior que o Nilo do Egito, mais frio que o Dom da Cítia e mais famoso que Tibre, bem conhecido por nós (Symm. *Ep.* XIV).

### ***Guerra e vitória no contexto da legitimação imperial***

Há uma série de nuances que permitem considerarmos o *Mosella*, ao menos em uma de suas facetas, como um poema de guerra.<sup>116</sup> Dentre elas, podemos considerar a menção a eventos militares, como a derrota romana na batalha de Canas, evocada em comparação à derrota do trévero Julio Tutor, sob o comando da revolta de Julio Civilis, na região de *Vincum* (*Mos.*, 3) (HEINEMANN, 1919, p. 224). Ainda, o registro a *Noviomagus*, como um acampamento de

---

<sup>116</sup> John Drinkwater (1999) designa o corpo documental de Ausônio que inclui o *Mosella*, os epigramas XVIII e XXXI, e o *Bissula*, como “poesia de guerra”.

Constantino (*Mos.*, 11), onde este deve ter construído uma edificação militar na ocasião em que confrontou os francos, entre 306 e 312 (HEINEMANN, 1919, p. 225). Não desconsideremos a alusão à *naumachia* e a respectiva analogia a demais episódios de guerra, que aprofundaremos posteriormente (*Mos.*, 213-125). Em outros casos, o viés bélico pode ser observado a partir da linguagem militar empregada, como na descrição da imposição arquitetônica das vilas diante dos relevos ao longo das margens do rio (NEWLANDS, 1988, p. 411).<sup>117</sup>

Embora a ideia do conflito seja constante ao longo do documento, funcionando como mecanismo regulador da realidade descrita pelo poeta, uma passagem se destaca ao exaltar um evento de guerra. Trata-se da ocasião em que Ausônio narra a execução de uma empreitada militar vitoriosa por parte da casa imperial, a qual, seguindo o caminho dos rios Mosela e Reno, possibilitou a derrota de inimigos dentro do território germânico. Tal excerto é abordado pela historiografia de forma recorrente, sobretudo aquela vinculada à interpretação política da obra, que compreende tais versos como peça-chave de promoção e propaganda do governo.<sup>118</sup>

Vejamos como Ausônio descreveu o evento:

Agora, espalha tuas voltas azuis e o verde de teu manto de vidro, ó Reno, e mede espaço para tua nova corrente: as águas irmãs vêm para avolumar a ti. Mas não são as águas teu único tesouro, vindo das muralhas da cidade imperial contemplaste os triunfos unidos de pai e filho sobre inimigos vencidos além de *Nicer*, de *Lopodunum* e da fonte do Ister, não conhecidos nas crônicas latinas. Esta laureada expedição que fala sobre armas esmagadoras está agora chegando a ti: daqui em diante outras e ainda

---

<sup>117</sup> A organização militar romana, sobretudo a partir do período republicano, exerceu influência em diferentes esferas da sociedade romana. Dentre as expressões deste impacto, podemos citar aquela de manifestação linguística, por meio de variedades na língua e diferenças de fala presentes nas fontes que remetem a este universo social específico (SILVA, 2010, p. 196-197).

<sup>118</sup> *Vide* autores como: Friedrich Marx (1931), Charles-Marie Ternes (1970) e René Martin (1985). O trecho como panegírico é abordado por Danuta Shanzer (1998b). O debate historiográfico com a contribuição dessas perspectivas está presente na Introdução. A passagem também é constantemente rememorada a fim de se propor uma datação ao *Mosella*, como já mencionamos na Introdução. Como nosso propósito se atém à dimensão política e propagandística do excerto e, considerando que as propostas de datação não possuem variação temporal que ultrapassam o período do governo de Valentiniano, não despenderemos mais esforços nessa temática, sendo suficiente aquilo que está explicitado anteriormente na Introdução.

outras devem vir. Mantendo-se unidos, com correntes gêmeas fazem retroceder o mar púrpuro (*Mos.*, 418-427).

É consenso que os personagens aos quais Ausônio se refere como “triumfos unidos de pai e filho” sejam Valentiniano e Graciano, pois, como sabemos, a ocasião em que Ausônio se deslocou para a *Gallia Belgica* e compôs o *Mosella* se deu sob o governo do imperador Valentiniano. Atenta-se que a oportunidade da escrita do poema e da ocorrência do fato belicoso guarda proximidade com o momento no qual Graciano, mesmo na condição de infante, foi alçado ao *status* de *Imperator*, no ano de 367. Embora jovem e participante decorativo da comitiva de guerra, também foi rememorado no trecho laudatório de Ausônio, o que contribuiu não apenas para a legitimação do governo no momento da escrita, mas para a ascensão e legitimação do futuro imperador.

A análise do excerto pode ser complementada com o auxílio de outras fontes de autoria de Ausônio, sobretudo quando buscamos compreender a dimensão propagandística com a qual a vitória militar é abordada pelo autor e com o objetivo de elucidarmos os inimigos aos quais ele estaria se referindo no *Mosella*. O poeta não nos oferece uma resposta precisa no poema quanto aos inimigos mirados no episódio descrito, apenas mencione outros grupos à frente, todavia de forma genérica. Destacamos dois epigramas que, de forma semelhante, parecem informar ao público, nesse caso do Oriente, a corte de Valente, irmão de Valentiniano, acerca da vitória romana no Ocidente. A exaltação da vitória de Valentiniano é acompanhada da expectativa de que a mesma sorte acompanhe seu irmão, nesse caso contra os Godos.

Senhor entre as águas da Ilíria, segundo a ti, ó Nilo, eu, Danúbio, de minha fonte coloco adiante minha alegre cabeça. Ofereço saudação aos imperadores, pai e filho, de quem tenho nutrido entre os armados Panônios. Mesmo agora, anseio por apressar como mensageiro ao Ponto Euxino, para que, Valente, meu segundo cuidado, conheça

esta razão – com matança, fuga e fogo, os suevos foram lançados à destruição e o Reno não é mais considerado a fronteira das Gálias. Mas, se sob a ordem do mar minha correnteza puder fluir para trás, talvez trarei daí a notícia de que os godos foram derrotados (*Epigramma*, XXVIII).

Eu, Danúbio, cuja cabeça uma vez se ocultou entre terras remotas, agora corro em todo comprimento sob sua oscilação: onde, em meio aos suevos, derramei minha fonte fria, onde, divido as panônias grávidas de império, e, onde, com uma riqueza de águas abro minha boca ao mar Cita, todas minhas correntes passam sob teu jugo. A Augusto a principal palma deve ser concedida, mas a próxima a Valente, ele também descobrirá fontes, mesmo a tua, ó Nilo (*Epigramma*, XXXI).

É provável que os epigramas estejam relacionados ao mesmo evento o qual é mencionado no *Mosella* (DRINKWATER, 1999, p. 443). Nas passagens, Ausônio associa a vitória do imperador à derrota dos suevos, informação que também está alinhada a outra evidência documental de Ausônio. Nesse caso, presente no poema *Bissula*, em que o poeta fala de uma “menina sueva” (*Bissula*, I), a qual:

[...] nasceu e foi criada além do frio Reno, Bissula, a par dos segredos do nascimento do Danúbio, uma criada cativa, feita uma menina livre, é dona das delícias daquele que a recebeu como espólio de guerra. Sem mãe, carente de uma ama, ela que não conhece o controle de uma senhora, que por conta própria governa a casa de seu mestre, que por sua terra natal não sente desonra, sendo liberta da escravidão imediatamente antes de nela cair. Não é tão transformada pelas bençãos romanas, mas mantém as características germânicas, olhos azuis e cabelos amarelos. Uma criada ambígua, ora em sua língua, ora em seu aspecto: esta fala que nasceu no Reno, aquela diz que é filha do Lácio (*Bissula*, IV).

Como nota-se, as informações contidas nas diferentes fontes são complementares. É possível que Ausônio estivesse tratando de uma mesma empreitada militar, ou de um conjunto de investidas, nas quais um mesmo povo, denominado “suevo”, foi alvo do imperador. Um ponto a ser destacado trata-se do impacto desse evento para a trajetória de Ausônio como poeta,

em seus diferentes relatos, além da esfera de sua vida privada, na qual o convívio com uma cativa de guerra de origem germânica parece o ter influenciado ao longo da vida. A descrição do poeta, em especial acerca de sua relação com a criada Bissula, revela também o hibridismo cultural fruto desta interação no *limes* do Reno.

O fato de Ausônio descrever uma vitória contra os suevos tem suas problemáticas. A mesma linha de historiadores que discute a datação do poema também analisa a precisão dos dados do poeta, sendo, quase que inevitavelmente comparado à passagem de Amiano Marcelino que descreve a vitória de Valentiniano sobre os alamanos.<sup>119</sup> Fato é, ambas as terminologias, “suevos” e “alamanos”, guardam indefinições, sendo provável que os dois autores estivessem tratando de um mesmo grupo germânico, apenas com nomenclaturas distintas (GREEN, 1997, p. 216).

O possível motivo da imprecisão está no fato de que os denominados alamanos foram uma confederação de tribos do sudeste da *Germania*, aos quais suevos e tribos vizinhas pertenceram.<sup>120</sup> Tal configuração, identificada sobretudo a partir do século III, está relacionada às transformações políticas e sociais pelas quais as sociedades germânicas passaram, principalmente a partir das interações com o *modus vivendi* romano. Antes organizados em várias tribos, os germânicos cada vez mais apresentaram uma estrutura política homogênea e unificada, formando grupos a partir da união de diferentes tribos. Esses novos grupos apresentaram a necessidade de expandir seus assentamentos, representando cada vez mais um desafio para o estado romano (MENDES, 2002, p. 130-131).

---

<sup>119</sup> Vide a descrição de Amiano Marcelino sobre o evento e a respectiva percepção do inimigo: após isso, com cuidado especial e com tropas dos mais variados tipos, uma campanha mais grave foi organizada contra os alamanos, já que a segurança do povo a demandava. Para um povo que facilmente recuperava suas forças, ataques traiçoeiros deveriam ser temidos; e os soldados estavam igualmente inflamados contra eles, diante da desleal natureza do inimigo que fora desprezível e suplicante e então se tornara ameaçador, o que lhes permitiu nenhum descanso ou interrupção para a guerra (XXVII, 10, 5).

<sup>120</sup> A ideia de uma confederação de tribos também pode ser explicada do próprio nome *alamanni*, palavra de possível origem germânica. Algo próximo à expressão *alle Männer*, em alemão, e sua vertente inglesa *all men* (DRINKWATER, 2007, p. 63), que em português pode ser traduzido como “todos os homens”.

Essa constatação ajuda-nos a compreender o fato de o êxito militar ocupar um lugar de prestígio na composição de Ausônio, sobretudo atrelado à figura do próprio imperador, dado que o combate a esses grupos germânicos se mostrava prioritário. Ressaltemos que, no período tardo-antigo, cada vez mais personagens da seara militar ocupam os espaços de poder dentro da administração estatal, de forma que o imperador passou a representar a confluência de poderes civis e militares antes vinculados ao senado (CARVALHO; GONÇALVES, 2010, p. 184).

Não queremos dizer que o prestígio militar não fosse de grande valia para a ascensão política no contexto da história romana, relacionada ao êxito militar desde seus primórdios, com a cena de grandes indivíduos.<sup>121</sup> Todavia, no cenário que analisamos, cada vez mais a legitimidade, o prestígio e o poder político estiveram vinculados à capacidade de comando dos imperadores. Esse foi o caso de Valentiniano, que teve sua carreira construída na caserna, aos moldes de seu pai.

A escolha do evento de guerra para a inserção da casa imperial no *Mosella* foi meticulosa, pois comunicava ao público leitor uma capacidade valiosa de que o governante deveria ser dotado: a de conduzir com êxito uma empreitada de guerra, assegurar a paz em uma região de disputa e, conseqüentemente, defender uma das principais portas de entrada para o Império.

Uma análise mais minuciosa dos excertos expostos acima aponta uma característica peculiar nas composições de Ausônio. Trata-se do protagonismo conferido aos rios. Nos epigramas, o escritor assume o lugar do rio Danúbio, personificando-o, ocasião em que a corrente se apresenta como um referencial geográfico no qual se depositam as informações que

---

<sup>121</sup> Não devemos desconsiderar no plano identitário a importância da guerra para a sociedade romana. Em sua origem lendária, possuía em seu primeiro rei, Rômulo, a descendência paterna da divindade vinculada à guerra, Marte (GARRAFFONI, 2010, p. 111).

ele almeja transmitir. O uso do rio como protagonista de sua mensagem está vinculado a uma concepção antiga dessas formações geográficas, não apenas como delimitadores territoriais, mas como fronteiras culturais entre diferentes povos (PURCELL, 2013, p. 376).

Tal referência no *Mosella* é construída de maneira complexa. O mérito da campanha de Valentiniano parece se confundir com um protagonismo próprio do rio Mosela. Ao abordar o Reno, Ausônio destaca o seu prestígio ao receber as águas do afluente Mosela, que personifica a condução da campanha de guerra. Dessa forma, a ação da casa imperial não aparece desconectada, mas só é possível pois está acompanhada de toda ação bem feita que o rio proporciona à região. O mérito é compartilhado com aquela realidade simbolicamente construída na qual o rio é apresentado.

Isso nos mostra mais, haja vista que a produção da propaganda vinculada ao governante, assim como o conceito proposto por Peter Burke (2009), ocorre também a partir de dispositivos simbólicos. Nesse caso, o rio Mosela – ao lado do Reno – é colocado como protagonista para conduzir a empreitada de guerra. Nesta ocasião, esse rio carrega consigo todos os significados dispostos pelo poeta.

O Mosela não é apenas um curso d'água, mas um conjunto, um espaço construído e habitado por pessoas, onde são cultivados valores e símbolos. A paisagem, natural ou edificada, remete a todo o momento a referências próprias da paideia greco-romana, cultivada por Ausônio e seu público. Dessa forma, a vitória militar caminha em conjunto. Em uma medida é fruto da expertise do imperador soldado, e por outro lado, é consequência das condições favoráveis as quais a própria terra da *Gallia Belgica* lhe proporcionou.

Ainda salientamos: a dimensão da guerra para Ausônio não se atém apenas a um plano presente, haja vista que o poeta projeta uma intenção futura, de que outras campanhas aconteçam a partir de uma mesma matriz do Mosela. Nesse caso, percebemos que a manutenção

daquele *status* positivo da paisagem do rio, proposta pelo poeta, estava irremediavelmente vinculada à própria execução da empreitada de guerra. Consideremos então, que o provérbio latino *si vis pacem para bellum* (se quer paz, prepare-se para a guerra) consciente, ou inconscientemente, é uma ideia vinculada por meio do poema.<sup>122</sup>

Não temas perder a estima, mais belo Reno: nenhum ciúme sente o hóspede. Tu deves desfrutar a interminável fama: assegura teu renome, toma para ti um irmão. Teu canal é rico em águas e Ninfas, abundante em ambos, estenderás adiante dois córregos ramificados para cada banco, abrindo caminhos para os dois através de várias fozes. Então, tu ganharás forças para fazer francos, chamaves e germanos tremerem: então, de fato assegurarás tua fronteira. Assim, ganharás um nome que evidencia uma origem dupla, e ainda que da tua fonte flua uma única corrente, serás chamado por chifre duplo. (*Mos.*, 428-437).

O ponto crucial de compreensão do *Mosella* como uma propaganda do governo imperial reside em entender que esse aspecto do documento não é único. A menção ao imperador é apenas uma parte dentro do contexto geral do poema, mesmo que todo o documento contribua para uma construção idealizada de um rio pacífico, produtivo e alinhado ao Império. Talvez a maior dificuldade daqueles que atribuíram ao *Mosella* um caráter panegírico, laudatório e de exaltação ao imperador, seja conseguir ponderar que apesar de esse ser um aspecto do documento, ele é um desdobramento de outras temáticas.

O fato de Ausônio legitimar o governo de Valentiniano é uma das facetas de um poema que tem muito mais a dizer do que isso. A obra se comunica com uma parcela significativa da aristocracia romana ocidental, grupo permeado por semelhanças e diferenças regionais. O poeta não apenas legitima Valentiniano, mas negocia valores, identidades e pertencimentos de quem

---

<sup>122</sup> A expressão *si vis pacem para bellum* é um provérbio latino bastante conhecido. A autoria é creditada a Flávio Vegécio, escritor romano do século IV, autor de um tratado militar denominado *Epitoma rei militaris* (MILNER, 2001, p. 63).

afinal seriam aqueles personagens belgas, gauleses, que de fato aderem ao projeto de governo e a um ideal de Império.

Ausônio se comunica com um público, e seu desejo não era apenas satisfazer o ego do imperador ou recheiar o texto de erudições e referências a um passado glorioso, mas referir-se ao presente. O poeta dialogava com leitores ativos, que consumiam e questionavam as composições, pois este era um público que desfrutava, gozava e zelava de um *status* social privilegiado, e para quem os dispositivos simbólicos empregados no texto faziam sentido.

O *Mosella* fez parte de um projeto propagandístico com vistas a afirmar o poder de Valentiniano no Ocidente romano. Não podemos determinar em qual dimensão a proposta do poeta foi exitosa. É ponderável considerar que o poema teve sua parcela de contribuição para a estabilização do governo de Valentiniano até sua morte, e para a sucessão em relativa tranquilidade de seu filho Graciano. Isso se afirma perante o contexto histórico de reestabelecimento da coesão, após um grave período no qual Valentiniano esteve doente e sob pena de perder o poder para grupos gálicos emergentes. Dessa forma, o *Mosella*, na condição de recurso literário, compôs um quadro representativo de uma comunidade gaulesa coesa, a partir de um imaginário greco-romano, capaz de aderir ao projeto bélico implementado pelo imperador.<sup>123</sup>

### ***Os galo-romanos e a adesão ao Império***

---

<sup>123</sup> No Capítulo I destacamos as particularidades do governo de Valentiniano no que tange ao gerenciamento dos interesses emergentes de diferentes aristocracias gálicas que ameaçavam sua posição de imperador. Nesse caso, uma das alternativas utilizadas para o governante foi a guerra, por meio da qual tentou apaziguar o descontentamento com as ameaças exteriores e afirmar sua posição por meio do êxito militar.

Ausônio escreve preocupado com seu público, que, como atestamos no Capítulo I, foi composto pelas elites ocidentais, mais especificamente gauleses e itálicos. Seu trabalho, portanto, não tem um fim em si mesmo. Sua razão de existir repousa na publicização, na veiculação da visão de mundo a qual propõe, sendo a obra um meio de apresentar aquela população ao público leitor. Já foi cogitado que o poeta optou por privilegiar a paisagem natural em detrimento da ação humana, como se os indivíduos, de forma secundária no *Mosella*, estivessem subordinados àquele ambiente (GREEN, 1989, p. 304), uma explicação da qual discordamos, pois, para nós, os humanos não são ignorados, mas integram o universo construído pelo poeta.

Ausônio anseia por falar das pessoas. Há uma tentativa de desvendar um pouco os indivíduos que habitam o Mosela, seu cotidiano, seu comportamento, aquilo que a seus olhos equipara aquele povo aos valores da civilização greco-romana. No entanto, trata-se de uma concepção do ser romano perpassada por características regionais, que revela o hibridismo cultural dessas comunidades, dado que demonstra que pensar em povo “romano” é plural e relativo ao contexto e à fonte que analisamos.

Sobre as diferenças identitárias existentes nas Gálias é importante frisar que o próprio Ausônio se diferenciava dos belgas, habitantes do Mosela:

Eu que tenho origem na gente vivisca, por velhos laços de hospitalidade não sou estranho na Bélgica; eu, Ausônio, romano de nome ainda que nascido e criado entre as fronteiras da Gália e do alto Pirineu, onde a alegre Aquitânia amadurece o temperamento natural de seus filhos (*Mos.*, 438).

O poeta frisa sua distinção pelo fato de ter nascido em outro lugar, na *Gallia Aquitania*. Essa evidência entoa a multiplicidade identitária existente nas Gálias, com uma diferenciação

exercida por meio do local de nascimento. Porém, se o excerto é explícito por um lado, de outro, seu silêncio suscita indagações. Como em todo o documento, a passagem é marcada pela ausência do conflito dentro das Gálias e, embora Ausônio não tenha o mesmo *status* dos nascidos na *Gallia Belgica*, isso não impede que ele seja bem aceito naquele meio, após um período identificado como construtor de laços de hospitalidade. No entanto, essa afinidade entre diferentes galo-romanos, nascidos na *Aquitania* e na *Belgica*, se realiza por dois mecanismos. Primeiro, o compartilhamento de aspectos considerados romanos, nesse caso o que Ausônio atribui a si mesmo o próprio nome. O outro se trata de uma condição comportamental inata aos habitantes dessas regiões, um caráter temperamental condicionado pelo próprio nascimento da pessoa, o que, veremos adiante, Ausônio também atribui aos habitantes do Mosela.

Nesse cenário idealizado construído pelo autor a mensagem é a seguinte: o conflito no Mosela existe. Porém, ele se dá com aqueles que estão para além do *limes*, trata-se de uma população romanizada, que compartilha de determinados traços culturais e de um comportamento inato às Gálias, em guerra com uma população não romana, que ameaça o *limes* do Reno. A tentativa do poeta é transmitir a imagem de uma unidade de interesse político nas Gálias, mesmo consciente de que no plano real as dissidências de interesses eram matéria constante.

Podemos dividir as evidências sobre os habitantes do Mosela, principalmente, em dois grupos. Primeiro, uma parte elitizada da sociedade romana, a quem denominamos *nobilitas*, um grupo com vinculação direta ao Estado romano e às suas instituições ou alguma outra forma de prestígio social acentuado. O segundo grupo é identificado na descrição voltada às pessoas comuns, de modo genérico um *populus* habitante do rio. Os dois grupos se distinguem, sobretudo, pela forma como são abordados pelo poeta.

Há outros grupos sociais no Mosela, que aparecem com menor frequência, mas são expressivos sobretudo do ponto de vista da guerra. Vejamos: “passei por Dumnissus, sufocante

no meio destes campos ressecados, e por *Tabernae*, regada por esta infalível primavera, e as terras recentemente parceladas aos colonos sármatas” (*Mos.*, 8-9). Sobre esses colonos sármatas, próximos a *Tabernae*, há a possibilidade de que tal assentamento tenha sido fruto da ação do imperador Constantino, o qual na década de 320 combateu com sucesso esse povo, transformando-os em federados (KOVÁCS, 2013, p. 199). Em outra medida, também devemos considerar que o uso do termo “sármatas” pode ter sido feito com imprecisão, uma vez que a *Gallia Belgica* contava com uma série de pequenos assentamentos rurais semelhantes ao que o autor deve ter encontrado, ocupados por pessoas oriundas de áreas além do *limes* do Reno, sobretudo dentre os povos germânicos (WIGHTMAN, 1985, p. 256). Tal descrição visa a ratificar o controle romano sobre essa comunidade e sua distinção com os demais habitantes do rio. Em outros casos, há a menção de povos que estavam muito além do *limes* como “francos, chamaves e germanos” (*Mos.*, 434-435), em um sentido militar, de forma generalizada e sob a perspectiva de populações a serem dominadas (GREEN, 1997, p. 215-216).

O silêncio, ou o pouco dispêndio, de Ausônio sobre populações não romanas, em consonância com a descrição frequente de uma população com traços vinculados à cultura romana, suscita questionamentos. É provável que tenha havido o interesse do poeta em silenciar, ao menos em partes, as expressões de cultura regional, ou também suprimir a existência de populações que pudessem ser consideradas pelo público leitor como “bárbaras”, uma estratégia condizente com a construção idealizada de uma região a ser apresentada como romanizada.

Feitas as ponderações, analisemos os dois grupos que compõem a parte mais frequente das evidências do *Mosella*. Sobre os primeiros, a *nobilitas*, Ausônio dedica uma parte específica do poema para descrevê-los. Aproximando-se do término da narrativa, o autor realiza uma nova saudação, agora dedicada a esses habitantes do Mosela.

Salve, poderosa mãe de frutos e homens. Teus ilustres nobres, tua juventude treinada para guerra, tua eloquência que rivaliza com a língua de Roma – estas são tuas glórias, ó Mosela! Além disso, a natureza a teus filhos concedeu os costumes, um espírito alegre e uma frente prudente. Roma não é a única a se alardear dos antigos Catões, nem Arístides, que ilumina a antiga Atenas, está sozinho como crítico de Justiça e Direito (*Mos.*, 381-388).

Para essa saudação, o autor usou como modelo Virgílio, o Livro II das *Georgica*, ocasião em que os habitantes do Lácio são rememorados. Sob a ótica do ofício do poeta, Ausônio emula a composição anterior oferecendo a mesma descrição prestigiosa para os homens da *Gallia Belgica*. Se o Lácio teve um grande poeta para rememorar suas pessoas, Ausônio lança mão de sua obra para fazer o mesmo pelos habitantes dessa região (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 109). Trata-se do que já afirmamos em momento anterior: a obra é construída sob uma via dupla. Na mesma medida em que glorifica o rio e seus habitantes, constitui uma ferramenta de afirmação de Ausônio no ofício da composição poética. Entretanto, consideremos que as duas vias caminhavam juntas, afinal, de pouco adiantaria um poema cujo escritor fosse desconhecido ou com pouca credibilidade.

Sob um outro ponto de vista, a emulação fez parte da estratégia de construção da mensagem política a qual o poeta queria veicular, haja vista que a imagem produzida na saudação à elite galo-romana remete a qualidades que não apenas glorificam seus indivíduos, mas os colocam em rivalidade com a própria elite itálica. Sobre os últimos, embora dados do passado romano sejam usados a título de parâmetro, o resultado é uma interpretação contemporânea da elite itálica, na qual há um questionamento acerca de sua supremacia no que tange aos atributos necessários para o gerenciamento dos afazeres públicos, ao pontuar os galo-romanos como dotados de iguais capacidades. Esse dado pode explicar o interesse de outros públicos, não gálicos, pela obra de Ausônio, como Símaco, que em Roma ansiava por abordar a obra junto a Ausônio.

Na sequência do excerto, o leitor é apresentado a duas categorias de habitantes. Um deles é de forma vaga caracterizado como “ilustres nobres”, sob a redação original de *clari proceres*. *Clari* é o plural do adjetivo *clarus* e em um de seus significados tem relação com a notoriedade e a maneira como determinada pessoa é conhecida. Já *proceres* tem significado bastante abrangente, e possui relação com pessoas de destaque na sociedade, que conduzem determinado setor e ocupam posição de liderança (GLARE, 2012, p. 365; 1648). Dessa forma, percebemos que a expressão utilizada pelo autor é ampla, e poderia estar se referindo a um magistrado, ou mesmo a comerciantes e proprietários de terra, considerando que essas categorias não excluem umas às outras.<sup>124</sup>

Já outra categoria é referida em termos precisos. Trata-se de uma “juventude treinada para a guerra”, ou, na redação original, *bello exercita pubes*. Nesse caso, a expressão reforça as evidências, apontando para o pendor militarizado entre os habitantes da região de *Augusta Treverorum*, os quais, desde César são reconhecidos por sua habilidade para a guerra, principalmente com divisões de cavalaria, auxiliares do exército romano. A retomada desse tema no século IV contribui para inferirmos que o protagonismo militar dessa região se manteve, nesse caso, com o recrutamento e a manutenção de tropas responsáveis pela proteção do *limes*.<sup>125</sup> Além disso, reforça a imagem belicosa dos galo-romanos aos quais o atributo seria necessário para a manutenção do *limes*.

Para além da distinção dos grupos mencionados, está o modo como o poeta os caracteriza. Há mais uma vez o retorno a elementos do passado greco-romano, utilizados para constituir o cerne comportamental desses indivíduos, que são comparados à eloquência e à capacidade da língua latina. Essa evidência nos ajuda a compreender o patamar ao qual se deseja alçar esses

---

<sup>124</sup> Muitos magistrados romanos foram reconhecidos pela propriedade de grandes porções de terra, uma vez que essa natureza de posse era uma das principais formas de afirmação de riqueza e prestígio na Antiguidade. Ausônio é um exemplo disso, haja vista suas propriedades rurais nos arredores de *Burdigala*, as quais o próprio poeta rememora, destacando a atividade vinícola na região (ver página 45 desta Dissertação).

<sup>125</sup> Sobre a cavalaria dos tréveros, ver página 83 desta Dissertação.

indivíduos, uma vez que são interpretados a partir um arquétipo de cidadão proveniente da Península Itálica, mais especificamente, o Lácio. No entanto, comparação não é singela, haja vista que o elemento comparador é a boa capacidade de falar e se expressar. Tal postura remete, novamente, o leitor aos referenciais passados da cultura greco-romana, a exemplo de Cícero, que no período republicano identificou na fala o principal elemento capaz de distinguir o homem perante os outros animais. Assim, o atributo da oratória – da boa aptidão para se expressar – foi desde a sociedade grega um objetivo a ser alcançado na formação do cidadão, responsável por gerenciar os deveres do Estado (VASCONCELOS, 2000, p. 180; 183). Nesse sentido, os habitantes do Mosela, na perspectiva de Ausônio, detinham a ferramenta basilar para o exercício da cidadania, das magistraturas e da vida pública: a fala.

A ideia de valores comportamentais, *mores*, “alegres” e “prudentes” é outro elemento de conexão desses indivíduos. O conceito dos costumes tradicionais romanos, o *mos maiorum*, foi tratado por autores do período republicano, como Cícero, que interpretou os impasses de seu tempo como problemas oriundos da ausência desses valores em seu próprio cotidiano. Embora essas ideias estivessem vinculadas a um período anterior, elas se mantiveram, ou foram reapropriadas como símbolos identitários na Antiguidade Tardia, sobretudo para estratos sociais elevados da sociedade romana (LEMOS, 2010, p. 46-48). A saudação é fechada com a rememoração de dois arquétipos de cidadãos. Primeiro Catão, o velho, que viveu no período republicano e ficou conhecido como padrão de virtude e tradição romana. Segundo, Aristides, cidadão ateniense do século V a.C., que recebeu o epíteto de o “justo” (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 109-110). Nesse caso, os galo-romanos do Mosela são posicionados na condição de mantenedores de um comportamento e de uma tradição que remonta ao passado da história romana, mais especificamente, a República.

Na sequência do texto, Ausônio traz novas informações sobre esses habitantes do Mosela:

De quem não falarei? Devo mencionar teus pacíficos lavradores, teus habilidosos homens da lei, teus poderosos defensores, baluarte dos acusados – aqueles em que o conselho de seus cidadãos tem visto seus principais e um Senado próprio, aqueles cuja famosa eloquência na escola de jovens os eleva ao alto renome do velho Quintiliano, aqueles que têm governado suas próprias cidades e derramam glória em tribunais sem mácula de sangue e machados sem a culpa da matança [...] (*Mos.*, 398-404).

A menção aos lavradores é uma exceção que encontramos nesse trecho em que Ausônio descreve, mormente, os grupos que consideramos como aristocráticos. Adiante, veremos que esses personagens comuns, como barqueiros e lavradores do rio, aparecem diversas vezes ao longo da narrativa, porém como uma abordagem diferente. Seguindo a análise, deparamo-nos com a expressão “poderosos defensores, baluarte dos acusados”. Esses indivíduos – referidos pela expressão original *fandique potentes* – são, provavelmente, os *defensores plebis*, instituídos no período de Valentiniano, cuja função era advogar a favor da população humilde (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 111).<sup>126</sup>

Aqui compreendemos: Ausônio está incorporando em seu *rol* de pessoas aquelas cujo vínculo é direto com o ambiente citadino, o que podemos inferir, especialmente, sobre *Augusta Treverorum*. Aqueles que o poeta menciona, um “senado próprio”, são o conselho de cidadãos da cidade, que desde a ocupação romana das Gálias foi uma instituição protagonista dos poderes locais e do desenvolvimento das cidades gaulesas (WOOD, 2002, p. 70-71). Como visto em momento anterior, no caso de *Augusta Treverorum*, esse conselho deve ter gozado de prestígio elevado mesmo na Antiguidade Tardia.<sup>127</sup> Novamente, outro personagem é rememorado a fim de se exemplificar o padrão comportamental atribuído aos habitantes do Mosela: Quintiliano,

---

<sup>126</sup> Sobre o *defensor plebis*, ver página 73 desta Dissertação.

<sup>127</sup> Sobre o conselho de cidadãos de *Augusta Treverorum*, ver páginas 97 e 98 desta Dissertação.

que viveu no século I, ficou reconhecido pelo seu trabalho voltado à educação oratória, sobretudo por meio da obra *Institutio Oratoria*. (VASCONCELOS, 2002, p. 205)<sup>128</sup>

A elaboração de um perfil dessa *nobilitas* da *Gallia Belgica* é realizada em consonância com personagens reconhecidos da tradição greco-romana. Nesse caso, valores como a oratória, os bons costumes e a justiça na condução dos afazeres públicos compõem o núcleo comportamental desses indivíduos. Não obstante, esses valores, que em diversas ocasiões foram formalizados por autores do período republicano, como Cícero, são reverberados na Antiguidade Tardia. Nesse caso, sua retomada para caracterizar os habitantes do Mosela funciona como uma ferramenta empregada pelo poeta para habilitá-los à condução dos afazeres públicos do Estado romano. Ou seja, essas pessoas são apresentadas com as capacidades essenciais para gerenciar os impasses próprios de seu tempo, aptidões reapropriadas, julgadas necessárias em momentos anteriores da história de Roma.

O segundo grupo, os indivíduos comuns, ou o *populus*, são apresentados de modo diferente. Parecem se misturar com os outros elementos do rio, na medida em que são apropriados pelo poeta como uma parte de um todo dentro da paisagem ribeirinha. Nesse caso, como analogia, o ofício do poeta se assemelha ao exercido pelo pintor, o qual sobre a tela despeja as cores a fim de reproduzir um episódio cotidiano.

Essa forma de descrever a pessoas da terra não é nenhuma novidade, mas se trata de um *topos* da tradição literária antiga sobre os rios, que apresenta os habitantes ribeirinhos ao lado de belas paisagens, desfrutando de prazeres próprios do campo, como o banho nas águas. Tais representações não se amparam apenas na tradição dos escritores, mas provavelmente mantêm

---

<sup>128</sup>A dedicação de Quintiliano, deu-se em demonstrar a relevância da educação gramatical contínua, desde a infância, no sentido de construir o homem culto e apto à vida pública. Dentre suas principais influências, estiveram autores como Cícero e Catão, o velho. Quintiliano, por sua vez, exerceu em vida as atividades de advogado e tutor, de figuras como Tácito e Plínio, o jovem (PEREIRA, 2001, 368-369).

relação com características diretas experienciadas pelos autores e os ambientes ribeirinhos (CAMPBELL, 2012, p. 122).

O fato de comporem a paisagem do Mosela, ao lado de outros elementos, não diminui a carga de evidências às quais temos acesso. Esses indivíduos aparecem em vários momentos do poema, dos quais podemos citar: o colono (*Mos.*, 23; 163; 206), os “comuns” (*Mos.*, 125), os meninos (*Mos.*, 125), a plebe (*Mos.*, 127; 163), o viajante (*Mos.*, 165), o barqueiro (*Mos.*, 48; 166; 196; 223) e o agricultor (*Mos.*, 163; 400). Além disso, são apresentados com aspectos cotidianos do rio, como o lavrador que cultiva as margens, os barqueiros que conduzem seus esquifes, ou as pessoas que ali pescam.

Embora o texto seja permeado dessas referências clássicas, as evidências relacionadas a esse *populus* são aquelas que permitem melhor compreendermos a negociação de valores regionais na construção de um ideal romano por parte do poeta. Dentre eles, talvez o mais visível se relacione com a prática da pesca e do respectivo conhecimento de técnicas, manejo e nomenclatura das espécies aquáticas. Isso pode ser identificado ao longo do poema, no referido catálogo de peixes (*Mos.*, 85-149), em que alguns nomes possuem raiz regional e não latina, sem contar as demais referências à prática da pesca por parte dos habitantes. Esses dados suscitam indagação, haja vista que a prática da pesca é tradicionalmente abordada como inglória ou diminuta na literatura clássica, diante de práticas como a caça, por exemplo (CORCORAN, 1963, p. 102).

Não podemos afirmar que Ausônio era ignorante quanto a essa interpretação, pois ele se utilizou desta percepção para depreciar um indivíduo por meio de uma epístola, ao afirmar que

ele havia abandonado a caça em favor da pesca, em uma abordagem de evidente conotação pejorativa:<sup>129</sup>

[...] por acaso evita a caça com medo de seus grandes perigos e opta pela pesca? Porque todos os equipamentos que apresentam em *Dumnitonus* na condição de tesouros são como os envoltórios nodosos de Nereu: criaturas, tarrafas, redes de arrasto, linhas com nomes rústicos, cestos e anzóis preparados para minhocas. São esses equipamentos que te fazem orgulhosos? Toda sua casa está repleta de pilhagem do mar (*Epistulae*, XIV).

Mas, por que no *Mosella* a desqualificação da pesca não acontece? Pelo contrário, a prática é recorrente e não é desmerecida pelo autor, sendo recorrente aos habitantes do rio. Tal fato nos mostra a capacidade de Ausônio em lidar com seus argumentos e escolher suas referências, e, em síntese, negociar valores e identidade do que seriam esses homens galoromanos.

Com efeito, o poeta se deparou com uma realidade a qual não poderia omitir: o fato de que a pesca era uma prática sistemática ao longo do rio, possibilitando a subsistência da população mais pobre, ao mesmo passo que gerava impacto no cotidiano dos grupos abastados, nos quais os peixes eram parte dos banquetes. Suprimir essa realidade do poema não foi uma escolha do poeta, que optou por reapropriar a abordagem sobre o assunto, de modo que, no *Mosella*, a prática é referida como periculosa e descrita com termos bélicos, reforçando também a metáfora sobre o caráter de guerra do documento:

---

<sup>129</sup> O fato está registrado em uma epístola dedicada a Teon, indivíduo do qual temos pouco conhecimento, mas que compunha o círculo de contatos de Ausônio, que temos documentado. Teon seria habitante do *pagus* de *Medulorum*, na moderna região de Médoc, na França. Trata-se de uma área costeira próxima a *Burdigala*, na qual o rio Garona desembocava. A epístola foi escrita durante o período em que Ausônio fora tutor de Graciano (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 232), portanto, contemporânea à composição do *Mosella*.

Desavisadas, as perambulantes tribos de barbatanas se apressam boquiabertas; é quando – tarde demais! – suas guelras abertas sentem a profunda perfuração das farpas ocultas, eles lutam, e essa luta é revelada acima, quando a vara curva em resposta à vibração da linha. Imediatamente o rapaz habilidoso sacode sua presa na água, balançando-a lateralmente com um golpe assobiante: um silvo segue em sopro, como uma brisa que lamenta e assobia quando, às vezes, um flagelo rodopia pelo espaço vazio perturbando o ar. A presa gotejante se bate na rocha seca, estremecendo-se diante dos dardos mortais da luz do dia. Abaixo, suas águas nativas, sua força suportada: enfraquecido por nossa atmosfera sua vida se perde em suspiros no ar. Agora seu corpo esgotado treme com débeis batidas, agora sua calda sem forças resiste com o último pulsar: sua boca aberta não mais se fecha: suas guelras ofegantes devolvem o ar que havia drenado, soprando a respiração mortal do dia. (*Mos.*, 250-265).

Ou como no caso em que narra a provável morte do rapaz na execução da pesca, comparando-a ao mito de Glauco de Antedon, fato que acentua a periculosidade que, por vezes, poderia acompanhar a prática pesqueira.

Eu mesmo vi peixes estremecendo em espasmos de morte, convocando seu último suspiro e saltando alto no ar, lançando a si próprios em cambalhota rio abaixo, ganhando mais uma vez as águas que eles nunca mais esperavam. Doravante, impaciente com sua perda, o impetuoso rapaz se lança em mergulho, à procura – pobre tolo – de pegar a presa a nado. Da mesma forma que Glauco de Antedon, o pescador do mar da Beócia que provou as ervas mortais de Circe através das plantas do peixe moribundo, mergulhou no mar Carpatha para encontrar uma nova morada [...] (*Mos.*, 270-280).

Outros trechos do poema são ricos em evidências e suscitam análise. Em especial, sob a ótica das pessoas comuns do rio, o evento da *naumachia* é repleto de nuances, que nos permitem aprofundar nossa interpretação sobre a construção do arquétipo de cidadão galo-romano. Nesse caso, a *naumachia* como evento, a partir da ótica elitista sobre o homem comum, parece ser o

cerne, uma síntese de fatores responsável por construir essa comunidade galo-romana do Mosela.

### ***A naumachia como síntese da romanidade***

O *Mosella* apresenta uma visão aristocrática e elitista acerca da *Gallia Belgica*, por meio da inserção de valores e atributos que comunicam a existência de uma aristocracia imprescindível para o Império. Nela, um dos focos está no homem comum, em seus hábitos, nos pequenos gestos que dão significado àquela realidade. É o olhar do escritor, que contempla, seleciona e traduz em uma linguagem poética aquilo que lhe parece pertinente.

Uma das principais razões do protagonismo do rio Mosela para o desenvolvimento político e econômico da região é, como analisamos no Capítulo II, a possibilidade de navegação, com o transporte de mercadorias e pessoas para diferentes pontos do Império. No entanto, esse atributo só é aproveitado em sua plenitude a partir do ofício dos barqueiros, conhecedores das técnicas de condução das embarcações, peças essenciais no sucesso de tais empreitadas. Decerto que a navegação ribeirinha dependia de muitos outros detalhes e ofícios, como a confecção e manutenção das embarcações, o gerenciamento de docas e armazéns. Mas para o leigo, aquele que contempla de súbito a paisagem do rio, o barqueiro é o grande protagonista daquela realidade.

Um dos trechos do poema em que o comportamento desses indivíduos mais dialoga com a tradição clássica, mais especificamente romana, ocorre quando o poeta contempla a *naumachia* no rio. A análise desse excerto é providencial para compreensão da representação regional construída por Ausônio, haja vista que a *naumachia* foi um evento de grande envergadura para a sociedade romana, seja em termos físicos, em função da monumentalidade

que representava sua elaboração e confecção, seja em termos simbólicos, no campo das mensagens política e ideológica que o evento buscava transmitir.

Antes de avançarmos na análise dos excertos, é necessário explicar do que se trata a *naumachia*. Tal termo designa uma modalidade de espetáculo, tipicamente romano. Tema, cenário e participantes eram organizados a fim de produzir uma batalha naval encenada.<sup>130</sup> As *naumachiae* eram eventos de grandes proporções, exibidas a um público de igual dimensão, e que demandavam muitos recursos. Por esse motivo, eram realizadas apenas em ocasiões específicas, sob o financiamento de figuras políticas proeminentes, sobretudo imperadores. Via de regra, as *naumachiae* exibiam navios de guerra, equipados com remadores e soldados que davam vida a grandes episódios de batalhas navais, em especial, relacionadas à história grega (GARELLO, 2004, p. 115).

Sob a perspectiva das fontes textuais, que são aquelas que mais nos informam sobre os espetáculos aquáticos, a *naumachia* foi uma modalidade bastante restrita no tempo e no espaço. Dentre os espetáculos realizados, temos notícias daqueles sob financiamento de Júlio César, Sexto Pompeu, Augusto, Nero, Tito, Domiciano e Filipe, o Árabe, todos circunscritos em lapso temporal entre 46 a.C. e 247 (BRANDÃO, 2018, p. 158), sendo que parte substancial dos espetáculos ocorreram em Roma.<sup>131</sup>

Uma das características mais marcantes das *naumachia* estava nas grandes proporções com as quais o evento era executado, em especial na necessidade de um local apropriado para comportar embarcações em tamanho real. Dentre os locais, há o lago artificial escavado sob as ordens de Júlio César, no Campo de Marte, utilizado em uma *naumachia* no ano de 46 a.C. Citemos as *naumachiae* de Pompeu e Cláudio, realizadas em ambientes naturais,

---

<sup>130</sup> O termo, por vezes, pode gerar confusão, uma vez que tanto foi usado para designar o evento em si quanto para nomear o local em que ele ocorria (GARELLO, 2004, p. 115). De toda forma, para evitar tal imprecisão, utilizaremos a expressão apenas em referência aos combates navais encenados.

<sup>131</sup> Os principais autores que abordaram o tema foram Suetônio, Marcial e Dio Cássio (GARELLO, 2004, p. 117).

respectivamente em 40 a.C. e 52 d. C. Ainda, não desconsideremos a edificação construída por Augusto com propósito primário para a realização desse evento, o *stagnum augusti* (GARELLO, 2004, p. 116-117). Mas, sem dúvida, as encenações que mais instigam os pesquisadores são aquelas possivelmente empreendidas no Anfiteatro Flaviano, conhecido como Coliseu (COLEMAN, 1993, p. 58).<sup>132</sup>

Todavia, devemos considerar que os espetáculos aquáticos não se restringiram a esses termos, sobretudo quando lançamos mão de outras evidências que assinalam para a execução de eventos análogos em momentos e lugares distintos do Império. Sobre esses, podemos citar a chamada *naumachia* de Gadara. Trata-se de uma interpretação historiográfica a partir da análise de moedas da cidade de Gadara, na Síria. Uma das moedas mais recentes é datada entre 160 e 161, durante a ascensão do imperador Marco Aurélio. Nela, há a representação de uma batalha naval, provavelmente uma analogia a jogos aquáticos municipais realizados em honra a Pompeu, considerado o restaurador da cidade (LICHTENBERGER, 2002, p. 191).

Os estudos arqueológicos no anfiteatro de *Augusta Emerita*, na Península Ibérica, têm sugerido que esse espaço também foi usado para espetáculos de *naumachia*. A edificação é da época do imperador Augusto, tendo sido modificada no século II, ocasião em que a arena recebeu uma estrutura subterrânea, o hipogeu. No anfiteatro, são identificadas estruturas de abastecimento por meio de um aqueduto, bem como das respectivas vias de drenagem da água, o que possibilitaria a execução de jogos aquáticos em pequena escala. Outro caso é o anfiteatro

---

<sup>132</sup> Embora para nós seja um debate secundário, não podemos deixar de mencionar a discussão empreendida, principalmente nas disciplinas de História e Arqueologia, sobre a fidedignidade de algumas evidências escritas sobre a execução da *naumachia* em determinados espaços, sobretudo no Anfiteatro Flaviano, em Roma. A discussão mais extensa reside na possibilidade real de que o Anfiteatro Flaviano tenha sido inundado para espetáculos náuticos. Sobre esse caso, dois autores nos legaram o relato, Suetônio e Dio Cássio, respectivamente, a respeito de espetáculos realizados por Domiciano e Tito. Segundo o problema identificado pela arqueologia, o anfiteatro, na forma como sua estrutura se apresenta hoje, seria incapaz de ser inundado para tais apresentações. O hipogeu, como o conhecemos, seria incompatível com essa execução, pois a água danificaria suas estruturas, inutilizando, assim, parte do edifício. Todavia, uma explicação plausível, que combina as evidências escritas com as arqueológicas, trata-se do fato de que o hipogeu tenha sido uma estrutura posterior. Dessa forma, no período em questão, a arena deveria contar apenas com uma bacia na área onde ele adiante seria construído, o que teria possibilitado a inundação do edifício para a exibição das *naumachiae* (COLEMAN, 1993, p. 58-60).

de Verona, na Península Itálica. Datado do período Júlio-Claudiano (27 a.C. – 68 d.C.), o espaço assume características semelhantes às identificadas no edifício de *Augusta Emerita*. As funcionalidades de abastecimento por meio de um aqueduto, bem como de drenagem do recinto, devem ter possibilitado a execução de espetáculos de mesma natureza (COLEMAN, 1993, p. 57).

Ainda podemos mencionar a provável ocorrência de espetáculos aquáticos em Antioquia, mais especificamente no Teatro de Dafne, na Antiguidade Tardia. As evidências sugerem a existência de uma tecnologia de inundação da orquestra, o que possibilitava que o teatro fosse utilizado para apresentações envolvendo água. Nesse caso, os jogos náuticos ou as caças submarinas nos teatros estavam circunscritos em um espetáculo denominado *tetimimi*, diferente na *naumachia*, em função das distintas dimensões em que as apresentações eram dispostas, sendo essa caracterizada por suas grandes proporções (CARVALHO; SILVA, 2020, p. 1366). Embora fossem eventos distintos, *naumachia* e *tetimimi* guardavam em suas essências a peculiaridade da água como cerne do evento.

Todos esses indícios apontam para uma ampla difusão dos espetáculos aquáticos no Império Romano. Afinal, as *naumachiae* eram espetáculos dispendiosos e que demandavam, em muitos casos, o preparo de edifícios para o propósito. Isso nos leva a questionar acerca da natureza do evento, não sobre sua execução em si, mas sobre seu significado para a sociedade romana, ou seja, a razão pela qual os indivíduos se dedicavam a produzir esses eventos. Para José Brandão (2018, p. 167; 172), os espetáculos aquáticos teriam fins políticos, religiosos e propagandísticos. Nesse sentido, funcionavam como uma narrativa histórica conveniente aos anseios políticos do financiador e, em muitas vezes, como uma metáfora da missão civilizadora romana e do universalismo do modelo cidadão.

Como exemplo da ideologia expressa pelos espetáculos, podemos citar a ideia de controle e tutela a qual a sociedade romana teria sobre outros povos. Dentre os casos, há a *naumachia*

de Júlio César, em 46 a.C., a primeira de que temos notícia. Nela, foi emulado um confronto náutico entre Tírios e Egípcios, embora tal fato seja desconhecido por nós, em função da ausência de fontes ou por se tratar de um evento fictício. É provável que a inspiração para a *naumachia* se deu nos tempos em que César passou no Egito e em outras partes do Oriente, ou na ocasião em que Cleópatra esteve em Roma. De toda forma, o controle sobre o evento simulado simbolizou um controle de Roma sobre dois povos subordinados. Tal expressão, ativa diante dos territórios dominados, pode ser identificada posteriormente na *naumachia* de Tito, quando foram reproduzidas cenas da Guerra do Peloponeso, com conflitos de Corinto contra Cócira e Atenas contra Siracusa (BRANDÃO, 2018, p. 168).

Em outros casos, as evidências da ideologia presentes nos espetáculos se vinculam diretamente ao enaltecimento da figura do próprio financiador, como pode ser observado na tentativa de sucessivos imperadores em superar, em termos espetaculosos, as *naumachiae* apresentadas anteriormente (BRANDÃO, 2018, p. 169). De acordo com Anne Berlan (1998, p. 97; 103-104) – a partir da análise das *naumachiae* de Júlio César, Pompeu e Augusto – esses espetáculos contribuíram para o desenvolvimento político de um período de transição da história romana, o fim da República e a emergência do Principado. Assim, tais espetáculos possibilitaram a construção de uma mística imperial em torno dos líderes políticos, celebrando de forma triunfal suas conquistas na seara militar, mas também sobre a natureza, em especial sobre o elemento divino da água.

Ao direcionarmos nossa análise para o *Mosella*, notamos que apresentar esse evento no seio da *Gallia Belgica* foi um recurso político usado pelo poeta para comunicar ao público um sentimento de romanidade, de uma comunidade imaginada a partir de um evento representativo e eivado de significados para os romanos. A cena se desenrola entre os versos 200 e 221, e pode ser dividida em dois momentos. No primeiro, identificamos um estilo de escrita basicamente

descritivo, como se o poeta tentasse explicar a cena a qual contemplara com seus próprios olhos.

Vejamos:

E quando os esquifes com remos imitam uma batalha no meio do curso, quão agradável espetáculo é proporcionado à visão! Elas circulam para dentro e para fora, roçando as lâminas que brotam da turfa cortada ao longo dos bancos esverdeados. O lavrador, mantendo-se acima dos bancos, assiste como os proprietários alegres pulam da popa para a proa, a jovem tripulação se dispersa pela longa extensão do rio sem perceber o deslizar do dia, mas colocam a brincadeira antes dos negócios, enquanto o presente prazer afasta os cuidados de outrora (*Mos.*, 200- 208).

A compreensão do valor simbólico do evento da *naumachia* para a comunidade galoromana, a qual Ausônio descrevia, depende de uma análise em via dupla, contemplando o diálogo existente entre a descrição dos barqueiros com os eventos rememorados. Observamos que essa se desenrola a partir do trabalho cotidiano dos barqueiros, que, conduzindo suas embarcações, desviam o foco do trabalho principal para aquilo que Ausônio identifica como uma diversão. Um ponto-chave para compreendermos a representação desenvolvida pelo poeta é o fato de que um elemento essencial da *naumachia* não foi esquecido: o espectador. A razão principal pela qual um evento público se realizava estava, justamente, nas pessoas que iam contemplá-lo. Nesse caso, a *naumachia* do *Mosella* não fica desguarnecida, pois quem põe de lado seu trabalho para observar a cena é o próprio lavrador, outro personagem marcante da poesia de Ausônio. Além disso, um fato digno de ser mencionado é que a paisagem no Mosela estava disposta como uma espécie de anfiteatro natural, em que o rio era uma arena central, em um nível abaixo do seu entorno, enquanto as margens escarpadas funcionavam como uma arquibancada, fornecendo uma visão privilegiado para o lavrador.

Já no segundo momento, o poeta lança mão de seu estilo referencial e contextualiza a cena descrita a partir de comparações com fatos ou eventos de projeção na história romana. Nesse caso, o episódio em questão é enobrecido na medida em que associa o cotidiano dos

barqueiros e sua diversão a elementos de guerra naval, mais precisamente como se suas ações e gestos fossem análogos à encenação de batalhas navais, nesse caso a *naumachia*. A evidência das pessoas comuns relacionadas a um evento de guerra comunica não apenas uma continuidade de espetáculos romanos, mas também uma condição própria dessa população no que tange à guerra e conseqüentemente a habilidade de defender o Império. Nesse caso, a *naumachia* é a síntese de uma natureza gaulesa, propensa à defesa do Império não apenas em termos literais, mas também por meio da manutenção simbólica de uma cultura romana.

Como os jogos os quais Líber contempla na maré de Cumas, quando ele caminha fora das cultivadas colinas do fumegante Gauro, ou quando passa através dos vinhedos nas plumas de fumaça do Vesúvio. Quando Vênus, feliz com a vitória de Augusto na Ática, mandou os amores atrevidos promulgarem em mímica combates ferozes, como o travado entre os navios do Nilo e os trirremes de Roma sob Leucas, posse de Apolo; ou quando os barcos de Eubeia repetem, sobre as águas do ecoante Avernus, os perigos da batalha de Milas na Guerra da Pompeia; como as inofensivas investidas dos barcos e lúdicas batalhas da *naumachia* na qual o mar sóbrio repete no olhar da verde imagem do Péloro siciliano – tal a aparência que a juventude, o rio e os esquifes de proas pintadas emprestam a estes alegres rapazes (*Mos.*, 209-221).

Nesse excerto, o poeta lança mão de três episódios distintos. Os dois primeiros são característicos por inserirem deuses como fomentadores e consumidores do espetáculo. Adiante, tais divindades aparecem associadas a determinadas paisagens mediterrânicas, reconhecidas da tradição escrita greco-romana. O primeiro caso trata-se da evocação de Baco, sob o epíteto de Líber, o qual, de acordo com o poeta, contempla jogos na baía de Cumas. Essa referência corresponde a uma cidade da região da Campânia, conhecida como a primeira colônia grega na porção itálica continental (PAGET, 1968, p. 152). A cidade estava localizada próxima a formações geológicas proeminentes, o monte Gauro e o vulcão Vesúvio, que compõem a área de trânsito da divindade mencionada.

No primeiro caso, é difícil distinguir se o relato de Ausônio se prende a algum fato fidedigno, pois não temos evidências se os espetáculos aquáticos foram realizados no mar Tirreno, nas proximidades de Cumas. O uso da figura de Baco, nesse caso sobre o epíteto de Líber, mantém relação com os poetas augustanos que o evocaram a fim de ratificar o valor republicano da *libertas* no governo de Augusto.<sup>133</sup> Na sequência, a narrativa insere o espaço da Península Itálica ao episódio seguinte, pois os dois parecem estar conectados. Nessa outra situação, Vênus é evocada com relação a um episódio histórico conhecido do final da República, o da vitória naval de Otávio sobre as frotas de Batalha do Ácio. Nesse caso, o relato de Ausônio sobre jogos aquáticos celebrados na ilha grega de Leucas devem ter conexão com a realidade, haja vista que, posteriormente ao episódio citado, Otávio, já na condição de Augusto, instituiu um templo em Leucas em honra a Apolo, onde celebrou jogos comemorativos de sua vitória, os *Iudi Actiaci* (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 94).

O terceiro episódio é novamente uma referência a uma batalha da guerra civil romana dos fins da República. O poeta faz referência a um episódio de 36 a.C., quando Pompeu sofreu uma derrota naval para efetivos de Otávio – sob o comando de Agripa e Lépido – em Milas, na Sicília. Nesse caso, o relato parece sugerir a presença de espetáculos aquáticos no lago Averno, na Península Itálica, a fim de celebrar tal fato histórico (ALVAR EZQUERRA, 1990, p. 94).

Nota-se que a escolha da temática da guerra civil romana, em especial com relação à derrota de Pompeu e à ascensão de Otávio, é mais uma evidência do retorno da poesia de Ausônio à ideologia proveniente dos poetas do período augustano (COLEMAN, 1993, p. 71), e consideremos, em especial, uma ressignificação desses termos à realidade do autor. A *naumachia* do *Mosella* seria uma forma de afirmar uma romanidade do rio Mosela e de seus habitantes, principalmente relacionando a cena descrita a uma tradição de espetáculos do

---

<sup>133</sup> Como discutido na página 126 desta Dissertação.

Principado. Dessa forma, o poeta estabeleceu uma analogia não apenas simbólica sobre o significado do evento, mas empregou esses termos para equiparar o espaço *Gallia Belgica* à terra itálica. Não obstante, tal iniciativa tem seu valor político, distinguindo em aspectos culturais aqueles indivíduos dos outros povos germânicos, além do *limes*, que em dimensões territoriais estavam muito próximos (BERLAN-BAJARD, 2006, p. 379).

Por outro lado, também devemos considerar que a evocação da temática da vitória de Augusto retoma o início do período do Principado sob a ótica do vencedor, em especial, de Augusto como um restaurador da ordem. Nesse caso, a temática funciona com uma analogia ao período próprio de Ausônio e mantém conexão com a exaltação da política imperial de Valentiniano, sobretudo sob a ótica desses acontecimentos passados. Embora a passagem rememore Augusto e sua vitória, a *naumachia* no rio não se limita a exaltar a figura do governante. À vista disso, é enaltecido o habitante do Mosela, com a imagem de um povo gaulês valoroso de sua participação no governo imperial, responsável por executar e prestigiar o espetáculo, mantendo uma tradição romana do Principado que, em termos simbólicos, contribui para a construção de uma comunidade imaginada galo-romana.

Rememoramos: nossas hipóteses sobre o *Mosella* caminham no sentido de compreender duas faces do poema. Consideramos que a propaganda ao imperador é parte do argumento composto pelo poeta, mas não é o único. Já vimos que a descrição simbólica da vitória militar do imperador é pautada na confluência da ação do próprio governante com as benesses proporcionadas pelo rio e tudo o que ele simboliza. A ação é, portanto, recíproca. Nesse caso, Valentiniano parece depender mais da *naumachia* do *Mosella*, do que o evento depende do imperador. Isso se deve ao fato de que o espetáculo é um dos maiores símbolos da romanidade do Mosela, uma virtude própria de seus habitantes, a qual se apresentava como essencial para o sucesso do Estado romano e de seu governante.

Um fato importante a ser mencionado versa sobre a organização efetiva de eventos aquáticos na região da *Gallia Belgica*, isto é, em quais termos a descrição poética de Ausônio estava pautada na realidade. Sobre a questão, Belan-Barjard (2006, p. 380-381) traz à tona algumas evidências. A primeira delas é sobre uma publicação do *Mosella*, datada do século XVIII. Na ocasião, o editor Marquard Freher afirmou ter contemplado uma espécie de jogos aquáticos executados por pescadores do Mosela, em específico nos municípios de Trittenheim e Neumagen. Outra evidência, mais anterior, trata-se do relato de Sidônio Apolinário, que no século V descreveu a execução de jogos aquáticos nas Gálias, no lago Aydat:

No meio da parte profunda está uma pequena ilha. Ali, sobre blocos naturalmente empilhados, se ergue uma estação desgastada pelo impacto do movimento circular das embarcações, cenário de alegres naufrágios dos navios que colidem nos jogos. Ali há a tradição de nossos antigos em imitar as disputas de Drepano no conto mítico de Troia (*Sid. Apoll*, II, 2, 19).

A descrição de Sidônio contribui para a interpretação da presença de uma tradição das elites gaulesas na Antiguidade Tardia que financiava eventos aquáticos análogos àqueles do período augustano. Nesse sentido, essa elite culta, conhecedora do *corpora* escrito do referido período, executou tais eventos com vistas a afirmar sua própria condição romana.

O financiamento de espetáculos aquáticos pode ter ocorrido em diferentes lugares das Gálias, e este é um fato que não exclui o Mosela, onde esses eventos também podem ter sido realizados (BELAN-BARJARD, 2006, p. 281). Tal proposição alia-se à identificação em *Augusta Treverorum* da existência de uma aristocracia municipal ativa em termos políticos diante do Estado romano, a qual se fortaleceu com o estabelecimento da corte imperial na cidade no século IV.

Destarte, os debates sobre a viabilidade, ou não, da *naumachia* de Ausônio revelam o caráter aglutinador desse evento. Isto é, este foi um episódio que uniu tanto as aspirações ideológicas de uma elite financiadora quanto as aspirações próprias de um *populus* que a assistia e ambicionava por compartilhar do entretenimento e do significado desse evento. Portanto, *naumachia* do *Mosella* é um recurso político utilizado pelo poeta capaz de compor uma comunidade imaginada galo-romana que ultrapassa os diferentes *status* sociais daquela realidade.

## CONCLUSÃO

---

A análise histórica de um documento poético é sempre enriquecedora do ponto de vista da multiplicidade de informações, metáforas e símbolos característicos desse gênero escrito. O estudo do *Mosella*, portanto, não fica de lado se considerarmos toda uma tradição historiográfica, que desde o início do século XX se debruça na investigação e na elaboração de hipóteses sobre a obra. Assim, o trabalho que desenvolvemos, nesta Dissertação, com auxílio da historiografia, foi o de propor novas hipóteses averiguadas a partir de um novo tratamento teórico-metodológico do documento, bem como o de interpretar o conteúdo do poema *Mosella*, de Ausônio, à luz do contexto histórico contemporâneo à escrita da obra e a partir do tratamento de detalhes e particularidades deste documento que ficaram à margem das reflexões já realizadas até o presente momento.

O maior avanço alcançado em nossa investigação trata-se da capacidade de redirecionar o olhar da ação política no contexto, haja vista que desvinculamos a ideia de que o *Mosella* foi uma peça encomendada e supervisionada por Valentiniano. Como apresentamos, uma das principais correntes historiográficas sobre o *Mosella* defende que o poema foi escrito com vistas a satisfazer o interesse do imperador com o propósito de apresentar uma realidade maquiada, capaz de apaziguar o leitor. Nesse sentido, o propósito da obra seria puramente uma propaganda ao imperador.

Não satisfeitos com tal abordagem, e pouco convencidos das novas proposições apolíticas propostas pela historiografia, o refinamento gradual da pesquisa nos direcionou a compreender a mensagem política do documento vinculada não apenas ao governante, mas ao rio, a partir de suas características e sobretudo de seus habitantes e a exaltação da aristocracia gaulesa. Assim, a imagem idealizada desenvolvida por Ausônio dá sentido à sociedade gaulesa por meio da

associação daqueles indivíduos a atributos distintivos e imprescindíveis ao Império, bem como os retrata como responsáveis pela manutenção de um padrão comportamental pertencente ao universo apresentado pelo poeta. Destarte, a construção de uma comunidade galo-romana se apresenta a partir do compartilhamento de determinados códigos, que são figurados (e compreendidos em sua complexidade) a partir de um evento tradicionalmente romano em sua idealização, mas extraordinariamente gaulês em sua forma: a *naumachia*.

Embora a construção de uma comunidade imaginada englobe todas as pessoas do rio, em que pese a nossa distinção entre *populus* e *nobilitas*, devemos considerar que a vinculação das ideias, decerto, teve suas limitações. Nesse sentido, o acesso e a leitura das composições poéticas estavam restritos a um grupo particular da sociedade romana, uma parcela elitizada com formação educacional e que compartilhava códigos próprios da *paideia*. Dessa forma, não excluimos por inteiro que as ideias políticas do *Mosella* tenham circulado entre camadas menos abastadas, mas atentamos sobre a dificuldade de sustentarmos com certa segurança, em termos de evidências, essa proposição.

O enobrecimento dessa população galo-romana, da província da *Gallia Belgica*, e mais originária do Mosela, foi uma concepção política vinculada aos grupos aristocráticos, em que pese a valorização da elite gaulesa no cenário maior do Império Romano. A virada na interpretação política não seria possível sem uma reavaliação dos pressupostos teóricos aos quais recorreremos. Não negamos a perspectiva da categoria social e política do imperador, o qual teve sua parcela de protagonismo no documento, que, interpretado a partir do conceito de propaganda, permitiu-nos perceber como a figura do governante atrelada a elementos simbólicos e vinculada a um espetáculo de encenações de vitórias militares dos romanos serviu como ferramenta legitimadora das aristocracias romanas perante a casa imperial.

Considerando essa perspectiva política renovada, que pudemos ultrapassar na interpretação e tratamento do documento, é possível perceber que não era apenas o Estado e a

figura do imperador que dominavam as ferramentas ideológicas responsáveis por elaborar e difundir uma perspectiva mundo. Embora Ausônio estivesse atrelado a Valentiniano em função da circunstância de subordinação como funcionário da casa imperial, isso não impediu que ele canalizasse um sentimento político das elites gaulesas, estrato ao qual pertencia e cujas diferenças regionais conhecia. Dessa forma, pudemos aferir o protagonismo do documento, identificado sobretudo no que diz respeito à representação dos habitantes galo-romanos como mencionados no poema.

O desenvolvimento dessa análise não seria possível sem todo o caminho investigativo que percorremos nesta Dissertação. No Capítulo I, identificamos a trajetória biográfica de Ausônio, seu nascimento em *Burdigala* e sua passagem por cidades gaulesas, em meio a uma vida atrelada às Gálias e ao conhecimento de sua realidade. A formação do poeta voltada para a magistério, com o exercício do ofício de professor de gramática e retórica, possibilitou compreender sua ascensão profissional e política por meio de deslocamento para a corte imperial, em *Augusta Treverorum*.

Ausônio passou a viver na corte a partir da década de 360, quando foi tutor de Graciano, a convite do imperador Valentiniano, e teve a oportunidade de ascender ao *cursus honorum*. Adiante, tal contexto possibilitou que Ausônio compreendesse a realidade da corte, como na ocasião em que participa das campanhas militares implementadas pelo imperador. Todo esse contexto favoreceu sua inspiração poética para escrever o *Mosella*.

As características do *Mosella* e de seu gênero poético mostram como o exercício dessa atividade estava atrelada à formação e à afirmação própria das elites romanas regionais da Antiguidade Tardia. O retorno ao tema clássico, por meio do estilo de escrita dos poemas, como por meio das referências inseridas nos versos das obras, foi responsável por compartilhar valores e códigos da *paideia*. Uma formação educacional valorosa para essas elites tardo-antigas, em especial, como elemento de distinção social.

Percebemos que a composição do *Mosella* não esteve dissociada de seu tempo, mas manteve relação com os valores compartilhados por Ausônio e seus pares. Tal compreensão é refletida, ainda, na difusão do poema, averiguada por meio da epístola de Símaco, e a partir da inferência que o documento tenha circulado nas Gálias, assim como em outros lugares.

No Capítulo II, aprofundamos as peculiaridades de *Augusta Treverorum* e da *Gallia Belgica*. Identificamos o protagonismo progressivo que os tréveros foram adquirindo no cenário mais amplo do Império, desde a conquista de César. O fato se refletiu no século III, na posição de destaque que *Augusta Treverorum* obteve no Império das Gálias, e mais explicitamente no século IV, quando, com a alocação da corte, a cidade foi projetada no Estado romano.

Tais dados também influenciaram nas mudanças da própria estrutura física de *Augusta Treverorum*, e a monumentalidade por meio da qual a cidade foi disposta, com a construção de edifícios que assinalavam o seu prestígio. Não obstante, destacamos o protagonismo dispendido à elite, em especial a partir da instalação da corte imperial.

Na sequência, passamos por compreender as particularidades do rio Mosela, na tentativa de entender a razão pela qual o curso d'água foi escolhido como tema da poesia de Ausônio. Nesse caso, deparamo-nos com uma formação geográfica central para as populações locais, fato intensificado com a empreitada de domínio romano, ocasião na qual identificamos o Mosela como uma importante rota comercial, responsável pelo trânsito de mercadorias na porção continental das Gálias, assim como o mar do Norte, em conexão com à Britânia.

No Capítulo III, adentramos os meandros do poema *Mosella*. Identificamos as diferentes referências, comparações e assimilações que compõem o rio como uma espécie de microcosmo do Império Romano. Situamos as características de guerra que compõem a obra e como elas fluem no sentido de glorificar a campanha bélica empreendida pelo imperador. Adiante,

analisamos o protagonismo dos habitantes do Mosela, a forma como são descritos, seus hábitos e comportamentos equivalentes a um padrão romano.

Em suma, averiguamos a *naumachia* como síntese de uma romanidade, aos moldes gauleses, no Mosela. Um evento típico da cultura romana, o qual o poeta inseriu no seio da *Gallia Belgica*. Um recurso político pautado em um acontecimento repleto de significados para a sociedade romana, cuja simbologia compartilhada pela população galo-romana funcionou como uma ferramenta capaz de unir sentimento e formar uma comunidade imaginada alinhada ao Imperador.

## REFERÊNCIAS

---

### *Documentação primária*

- AMMIANUS MARCELLINUS. *History*. Translated by John C. Rolfe. Cambridge: Harvard University, 1986. v. 3.
- DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. *Ausonius Theoni*. With an English Translation by Hugh Gerard Evelyn-White. London: William Heinemann, 1921. v. 2.
- DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. *Bissula*. With an English Translation by Hugh Gerard Evelyn-White. London: William Heinemann, 1919. v. 1.
- DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. *Epigrammata XXVIII et XXXI*. With an English Translation by Hugh Gerard Evelyn-White. London: William Heinemann, 1921. v. 2.
- DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. *Epistula Symmachi ad Ausonium*. With an English Translation by Hugh Gerard Evelyn-White. London: William Heinemann, 1919. v. 1.
- DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. *Mosella*. Traducción de Antonio Alvar Ezquerro. Madrid: Gredos, 1990. v. 2.
- DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. *Mosella*. With an English Translation by Hugh Gerard Evelyn-White. London: William Heinemann, 1919. v. 1.
- DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. *Ordo Urbium Nobilium*. With an English Translation by Hugh Gerard Evelyn-White. London: William Heinemann, 1919. v. 1.
- DIO CASSIUS. *Dio's Roman History*. With an English Translation by E. Cary. London: William Heinemann, 1955. v. 6.
- ESTRABÓN. *Geografía: Libros III-IV*. Traducciones, Introducciones y Notas de J. Meana y F. Piñero. Madrid: Gredos, 1992.
- JULIUS CAESAR. *The Gallic War*. With an English Translation by H. J. Edwards. London: William Heinemann, 1958.
- NIXON, C. E. V.; ROGERS, B. S. *In Praise of Later Roman Emperors: The Panegyrici Latini*. Berkeley: University of California, 1994.
- POMPONIUS MELA. *Description of the World*. With Translation by F. E. Romer. Ann Arbor: Michigan University, 1998.
- SEXTUS AURELIUS VICTOR. *Epitome de Caesaribus*. Translated by Thomas M. Banchich. Buffalo: Canisius College, 2018. Disponível em: <[roman-emperors.org/epitom.htm](http://roman-emperors.org/epitom.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- SIDONIUS APOLLINARIS. *Poems and Letters*. English Translation, Introduction, and Notes by W. B. Anderson. London: William Heinemann, 1936.
- TACITUS. *Annals*. Translated with an Introduction and Notes by A. J. WOODMAN. Cambridge: Hackett, 2004.

TACITUS. *Germania and Agricola*. Translated with an Introduction and Notes by A. R. Birley. Oxford: Oxford University, 1999.

VIRGIL. *Georgics*. Translated by Peter Fallon with an Introduction and Notes by Elaine Fantham. Oxford: Oxford University, 2006.

### ***Obras de Referência***

EVERETT-HEATH, J. *The Concise Dictionary of World Place Names*. Oxford: Oxford University, 2017.

GLARE, P. G. W. (Ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University, 2012.

GRIMAL, P. *A Concise Dictionary of Classical Mythology*. Oxford: Blackwell, 1990.

HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A. (Ed.). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford: Oxford University, 2012.

SANI, G. Propaganda. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 1018-1021.

### ***Bibliografia Instrumental***

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, J. D'A. *História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FELLOWS, E. W. 'Propaganda': History of a Word. *American Speech*, v. 34, n. 3, p. 182-189, 1959.

GOUVÊA, M. F. S. A história política no campo da história cultural. *Revista de história cultural*, v. 3, n. 1, p. 25-36, 1998.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHWARCZ, L. M. Imaginar é difícil (porém necessário). Apresentação. In: ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 9-17.

*Obras de apoio*

- ALBRECHT, M. V. *A History of Roman Literature: From Livius Andronicus to Boethius*. Leiden: Brill, 1997.
- ALFÖDI, A. *A Conflict of Ideas in the Late Roman Empire: The Clash Between the Senate and Valentinian I*. Oxford: Oxford University, 1952.
- ALLEN, W. The Epyllion: A Chapter in the History of Literary Criticism. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 71, p. 1-26, 1940.
- ALVAR EZQUERRA, A. Introducción. In: DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. Traducción y Notas de Antonio Alvar Ezquerro. Madrid: Gredos, v. 2, 1990.
- ALVAR EZQUERRA, A. *Mosela*. In: DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. Traducción y Notas de Antonio Alvar Ezquerro. Madrid: Gredos, 1990. v. 2.
- ANTIQUERA, M. *O império romano de Aurélio Vitor*. 2012. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARNOLD, E. F. Fluid Identities: Poetry and Navigation of Mixed Ethnicities in Late Antique Gaul. *Ecozona*, v. 5, n. 2, p. 88-106, 2014.
- ASHTON, N. G. The Naumachia Near Amorgos in 322 B.C. *The Annual of the British School at Athens*, v. 72, p. 1-11, 1977.
- AULL, C. N. The Letter Collection of Ausonius. In: SOGNO, C; STORIN, B. K; WATTS, E. *Late Antique Letter Collections*. Oakland: University of California, 2016.
- AVILIA, F.; JACOBELLI, L. Le Naumachie Nelle Pitture Pompeiane. *Rivista di Studi Pompeiani*, v. 3, p. 131-154, 1989.
- BENARIO, H. W. Tacitus, Trier and the Treveri. *The Classical Journal*, v. 83, n. 3, p. 233-239, 1988.
- BERLAN, A. Les Premières Naumachies Romaines et le Développement de la Mystique Impériale (46 AV. J.-C. – 52 AP. J.-C.). *Hypothèses*, v. 1, n. 1, p. 97-103, 1998.
- BERLAN-BAJARD, A. *Les Spectacles Aquatiques Romains*. Rome: École Française De Rome, 2006.
- BERNAL, M. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para hegemonia europeia. In: FUNARI, P. P. A. (Org.). *Repensando o mundo antigo*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005. n. 49. p. 13-32.
- BLACKBOURN, D. *The Conquest of Nature: Water, Landscape and the Making of Modern Germany*. New York: Norton & Company, 2006.
- BONNARD, L. *La Navigation Intérieure de la Gaule a L'époque Gallo-Romaine*. Paris: Librairie Alphonse Picard et Fils, 1913.
- BOOTH, A. D. The Academic Career of Ausonius. *Phoenix*, v. 36, n. 4, p. 329-343, 1982.
- BRANDÃO, J. L. Jogos de água na Roma dos césares: violência, erudição e exotismo. In: BRANDÃO, J. L.; DIAS, P. B. (Org.). *O melhor é a água: da Antiguidade Clássica aos nossos dias*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 157-174.

- BRANDÃO, J. S. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1986. v. 1.
- BRANDÃO, J. S. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1987. v. 2.
- BROECK, L. V. Wily Wetlands: Imperialism and Resistance in Tacitus's Batavian Revolt. In: FELTON, D. (Ed.). *Landscapes of Dread in Classical Antiquity: Negative Emotion in Natural and Constructed Spaces*. London: Routledge, 2018. p. 145-162.
- BROWN, P. *Power and Persuasion in Late Antiquity Towards a Christian Empire*. Madison: The University of Wisconsin, 1992.
- BROWN, P. *The World of Late Antiquity*. London: Thames & Hudson, 2013.
- BUTLER, R. M. Late Roman Town Walls in Gaul. *Archaeological Journal*, v. 116, n.1, p. 25-50, 1959.
- CABECEIRAS, M. R. V. Representações culturais e publicização da vida social na literatura latina: a mulher e o amor no 'corpus ovidianum'. *Phoinix*, v. 4, n. 1, p. 287-298, 1998.
- CAMERON, A. Poetry and Literary Culture in Late Antiquity. In: SWAIN, S.; EDWARDS, M. *Approaching Late Antiquity: The Transformation From Early to Late Empire*. Oxford: Oxford University, 2006, p. 327-354.
- CAMERON, A. *The Last Pagans of Rome*. Oxford: Oxford University, 2011.
- CAMPBELL, J. B. *Rivers and the Power of Ancient Rome*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2012.
- CARLAN, C. U. Vinho: comércio e poder no Mundo Antigo. In: CANDIDO, M. R. (Org.). *Práticas alimentares no mediterrâneo antigo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012. p. 83-96.
- CARRANZA, P. The Power and Spectacle of Rivers in the "Mosella" of Ausonius and Garcilaso de la Vega's "Ecogles". *Euphrosyne*, v. 43, p. 113-126, 2015.
- CARVALHO, M. M.; GONÇALVES, B. C. Amiano Marcelino e os construtos identitários nos relatos sobre os imperadores militares: Juliano, Joviano e Valentiniano I (361-375 d.C.). In: FUNARI, P. P.; CARVALHO, M. M.; CARLAN, C. U.; SILVA, E. C. M. (Org.). *História militar no Mundo Antigo: guerra e identidades*. São Paulo: Annablume, 2012. v. 1. p. 178-194.
- CARVALHO, M. M.; SILVA, E. C. M. Os espetáculos e os teatros cobertos da Antiguidade Tardia: o caso do bouleuterion de Antioquia de Orontes (século IV d. C.) In: REVILLA CALVO, V. et al. *Ex Baetica Romam: Homenaje a José Remesal Rodríguez*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2020. p. 1353-1382.
- CASSON, L. Harbour and River Boats of Ancient Rome. *The Journal of Roman Studies*, v. 55, n. 1, p. 31-39, 1965.
- CASTILLO GARCÍA, C. La Epístola como Género Literario de la Antigüedad a la Edad Media Latina. *Estudios Clásicos*, v. 72, n. 18, p. 427-442, 1974.
- CESAREO, E. *La Mosella di Ausonio*. Palermo: Presso l'autore, 1942.
- CHARLET, J. L. Aesthetic Trends in Late Latin Poetry. *Philologus*, v. 132, n. 1, p. 74-85, 1988.
- CITRONI, M. What is an Epigram?: Defining a Genre. In: HENRIKSÉN, C. (Ed.). *A Companion to Ancient Epigram*. Hoboken: Wiley, 2019, p. 21-42.

- CLARK, G. *Christianity and Roman Society*. Cambridge: Cambridge University, 2004.
- CLEMENTE, G. Il Patronato Nei Collegia Dell'impero Romano. *Studi Classici e Orientali*, v. 21, p. 142-229, 1972.
- COLEMAN, K. M. Launching Into History: Aquatic Displays in The Early Empire. *The Journal of Roman Studies*, v. 89, p. 48-74, 1993.
- CONYBEARE, K. *Paulinus Noster: Self and Symbols in the Letters of Paulinus of Nola*. Oxford: Oxford University, 2000.
- CORCORAN, T. H. Roman Fisherman. *The Classical World*, n. 4, v. 56, p. 97-102, 1963.
- DAVIES, R. W. The Roman Military Diet. *Britannia*, v. 2, p. 122-142, 1971.
- DAVIS, W. M. O Sena, o Mosa e o Mosela. *Confins*, v. 2, n. 4, p. 1-26, 2008.
- DE MIRMONT, H. L. V. *De Ausonii Mosella*. Paris: Hachette, 1892.
- DELAINE, J. Recent Research on Roman Baths. *Journal of Roman Archaeology*, v. 1, p. 11-32, 1988.
- DRINKWATER, J. F. Re-dating Ausonius' War Poetry. *The American Journal of Philology*, v. 120, n. 3, p. 443-452, 1999.
- DRINKWATER, J. F. *Roman Gaul: The Three Gauls, 58 BC – 260 AD*. New York: Routledge, 2014.
- DRINKWATER, J. F. *The Alamanni and Rome (213-496): Caracalla to Clovis*. Oxford: Oxford University, 2007.
- DUECK, D. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University, 2012.
- DUNCAN-JONES, R. *The Economy of the Roman Empire: Quantitative Studies*. Cambridge: Cambridge University, 1974.
- DUNHAM, S. B. Caesar's Perception of Gallic Social Structures. In: KARL, R.; STIFTER, D. (Ed.). *The Celtic World: Critical Concepts in Historical Studies*. London: Routledge, 2007. v. 3. p. 161-172.
- EDWARDS, W. A. Ausonius, the Poet of the Transition. *The Classical Journal*, v. 4, n. 6, p. 250-259, 1909.
- ELLIOTT, C. Purple Pasts: Color Codification in the Ancient World. *Law & Social Inquiry*, v. 33, n. 1, p. 173-194, 2008.
- ELLMERS, D. Shipping on the Rhine During the Roman Period: The Pictorial Evidence. In: TAYLOR, J. P.; CLEERE, H. (Ed.). *Roman Shipping and Trade: Britain and the Rhine Provinces*. London: Council for British Archaeology, 1978. p. 1-14.
- ERRINGTON. *Roman Imperial Policy: From Julian to Theodosius*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2006.
- ESPINOSA ESPINOSA, D.; GONZÁLEZ-GARCÍA, A.; GARCÍA QUINTELA, M. V. On the Orientation of Two Roman Towns in the Rhine Area. *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, v. 16, n. 4, p. 233-240, 2016.
- FABER, F. Deux Itinéraires Pour Visiter La Ville Antique. *Histoire et Archeologie*, v. 85, p. 9-17, 1984.

- FEAR, A. T. Status Symbol or Leisure Pursuit? Amphitheatres in the Roman World. *Latomus*, v. 59, n. 1, p. 82-87, 2000.
- FERGUNSON, R. The River-names of Europe. London: Williams & Norgate, 1862.
- FERRILL, A. *A queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- FLORENZANO, T. G. (Org.). *Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- FREEMAN, P. W. M. Mommsen Through to Haverfield: The Origins of Romanization Studies In Late 19th-c. Britain. In: MATTINGLY, D. J. (Ed.). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, Discourse, and Discrepant Experience in Roman Empire*. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 1997. p. 27-50.
- FRIGHETTO, R. *A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.
- FUNARI, P. P. A.; CARLAN, C. U. Romanos e germânicos: lutas, guerras, rivalidades na Antiguidade Tardia. *Brathair*, v. 7, n. 1, p. 17-24, 2007.
- FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. *Heródoto*, v. 3, n. 2, p. 246-255, 2018.
- GARELLO, F. Sport or Showbiz? The Naumachiae in the Flavian Amphitheatre. In: BELL, S.; DAVIES, G. (Ed.). *Games and Festivals in Classical Antiquity: Proceedings of the Conference Held In Edinburgh 10-12 July 2000*. Oxford: Archaeopress, 2004. p. 115-124.
- GARRAFFONI, R. S. Exército romano na Bretanha: o caso de Vindolanda. In: FUNARI, P. P.; CARVALHO, M. M.; CARLAN, C. U.; SILVA, E. C. M. (Org.). *História militar no Mundo Antigo: guerras e culturas*. São Paulo: Annablume, 2012. v. 3. p. 111-133.
- GARRIDO GONZÁLEZ, E. Relación entre sociedad y ejército em el reinado de Valentiniano I visto a través de la legislación. *Latomus*, v. 46, n. 4, p. 841-846, 1987.
- GONÇALVES, A. T. M. Os severos e a anarquia militar. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: Edufes, 2006. p. 175-192.
- GONÇALVES, A. T. M.; DI MESQUITA, F. D. G. Atividade epistolar no mundo antigo: relendo as cartas consolatórias de Sêneca. *História Revista*, v. 15, n. 1, p. 31-53, 2010.
- GOODMAN, P. *The Roman City and its Periphery: from Rome to Gaul*. New York: Routledge, 2007.
- GREEN, R. On a Recent Redating of Ausonius' "Moselle". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 46, n. 2, p. 214-226, 1997.
- GREEN, R. P. H. Ausonius' Use of the Classic Latin Poets: Some New Examples and Observations. *The Classical Quarterly*, v. 27, n. 2, p. 441-452, 1977.
- GREEN, R. P. H. *The Works of Ausonius*. New York: Oxford University, 1991.
- GREEN, R. P.H. Man and Nature in Ausonius "Moselle". *Illinois Classical Studies*. v. 14, n. 1/2, p. 303-315, 1989.
- GRIMAL, P. *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003.

- GUARINELLO, N. L. Prefácio. In: SILVA, G. V. *Reis, santos e feiticeiros: Constância II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)*. Vitória: Edufes, 2015, p. 10-14.
- GUTZWILLER, K. *A Guide to Hellenistic Literature*. Oxford: Blackwell, 2007.
- HALSALL, G. Transformations of Romanness: the Northern Gallic Case. In: POHL, W.; GANTNER, C.; GRIFONI, C.; POLLHEIMER-MOHAUPT, M. (Ed.). *Transformations of romannes: Early Medieval Regions and Identities*. Berlin: De Gruyter, 2018. p. 41-57.
- HAMMER, D. Roman Spectacle Entertainments and the Technology of Reality. *Arethusa*, v. 43, n. 1, p. 63-86, 2010.
- HASSAL, M. Britain and the Rhine Provinces: Epigraphic Evidence For Roman Trade. In: TAYLOR, J. P.; CLEERE, H. (Ed.). *Roman shipping and Trade: Britain and the Rhine Provinces*. London: Council for British Archaeology, 1978. p. 41-58.
- HEINEMANN, W. Mosella. In: DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. *Mosella*. With an English Translation by Hugh Gerard Evelyn-White. London: William Heinemann, 1919. v. 1.
- HERNÁNDEZ LOBATO, J. Mystic River: Ausonius' Mosella as an Epistemological Revelation. *Ramus*, v. 42, n. 2, p. 231-266, 2016.
- HINGLEY, R. O "legado" de Roma: ascensão, declínio e queda da teoria da romanização. In: GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A.; PINTO, R. (Org.). *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 27-48.
- HIRATA, E. F. V. Monumentalidade e representação do poder de uma pólis colonial. In: FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. F. V. (Org.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 121-136.
- HOOF, L. V.; NUFFELEN, P. V. The Social Role and Place of Literature in Fourth Century. In: HOOF, L. V.; NUFFELEN, P. V. (Ed.). *Literature and Society in the Fourth Century AD: Performing Paideia, Constructing the Present, Presenting the Self*. Leiden: Brill, 2014. p. 1-15.
- HOPKINS, M. K. Social Mobility in Late Roman Empire: The Evidence of Ausonius. *The Classical Quarterly*, v. 11. n. 3. p. 239-248, 1961.
- HOSIUS, C. Die Literarische Stellung von Ausons Mosellied. *Philologus*, v. 81, p. 192-201, 1926.
- HUGHES, I. *Imperial Brothers: Valentinian, Valens and the Disaster at Adrianople*. Barnsley: Pen and Sword, 2013.
- ILLUMINATI, L. *La Satura Odeporica Latina*. Milano: Rassegna, 1938.
- JACKSON, C. The Latin Epyllion. *Harvard Studies in Classical Philology*, v. 24, p. 37-50, 1913.
- JONES, A. E. *Social Mobility in Late Antique Gaul: Strategies and Opportunities for the Non-elite*. Cambridge: Cambridge University, 2009.
- JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire (284-602): A Social Economic and Administrative Survey*. Oxford: Blackwell, 1964.
- JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180-196.

- KAHLOS, M. *Debate and Dialogue: Christian and Pagan Cultures c. 360-430*. Farnham: Ashgate, 2007.
- KAUFMANN, H. Intertextuality in Late Latin Poetry. In: ELSNER, J.; HERNÁNDEZ LOBATO, J. (Ed.). *The Poetics of Late Latin Literature*. Oxford: Oxford University, 2017, p. 149-175.
- KENNEY, E. J. The Mosella of Ausonius. *Greece & Rome*, v. 31, n. 2, p. 190-202, 1984.
- KOLTUNOWSKA, A. Mosella by Decimus Magnus Ausonius as a Hodoeporicon. Summary. In: KOLTUNOWSKA, A. Mosella Decimusa Magnusa Auzoniusza Jako Hodoeporikon. *Roczniki Humanistyczne*, v. 59, n. 3, p. 119-132, 2011.
- KOVÁCS, P. Constantine, the Sarmatians, the Goths and Pannonia. In: FODOR, P. et al. *More modoque: die Wurzeln der europäischen Kultur und deren Rezeption im Orient und Okzident*. Budapest: Ungarische Akademie der Wissenschaften, 2013.
- KUHNEN, H. P. Roma Secunda. Trier in Late Antiquity. *Groniek Historisch Tijdschrift*, v. 191, p. 59-71, 2011.
- KUHNEN, H. P. The Trier Amphitheatre: An Ancient Monument in the Light of New Research. In: WILMOTT, T. (Ed.). *Roman Amphitheatres and Spectacula: A 21st – Century Perspective*. Oxford: BAR, 2009. p. 95-105.
- LEE, A. D. *War in Late Antiquity: A Social History*. Oxford: Blackwell, 2007.
- LE MOS, M. S. O ‘mos maiorum’ e a fortuna do Império Romano no século IV d.C. *Dimensões*, v. 25, p. 46-62, 2010.
- LICHTENBERGER, A. Reading a Hitherto Lost Line and the Location of the Naumachia at Gadara. *Israel Numismatic Journal*, v. 14, p. 191-194, 2002.
- LIEBESCHUETZ, W. The End of the Ancient City. In: RICH, J. (Ed.). *The City in Late Antiquity*. London: Routledge, 1992. p. 1-49.
- LIMA NETO, B. M. *Conflito familiar, vida urbana e estigmatização na Africa Proconsularis: o caso de Apuleio de Madaura (século II d.C.)*. 2015. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- LIVERANI, P. Immagine, Scrittura e Oralità. In: COLPO, I.; FAVARETTO, I.; GHEDINI, F. (a cura di). *Iconografia 2005: Immagini e Immaginari Dall’antichità Classica Al Mondo Moderno (Atti del Convegno Internazionale, Venezia, 26-28 Gennaio 2005)*. Roma: Quasar, 2006. p. 261-266.
- LO CASCIO, E. The New State of Diocletian and Constantine: From the Tetrarchy to the Reunification of the Empire. In: BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; CAMERON, A. (Ed.). *The Cambridge Ancient History: The Crisis of Empire, A. D. 193-337*. Cambridge: Cambridge University, 2005. v. 7. p. 170-183.
- MACHADO, C. A. R. *Imperadores imaginários: política e biografia na História Augusta*. 1998. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- MARROU, H. I. *História da educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

- MARTIN, R. La Moselle d'Ausone est-elle un Poème Politique? *Revue des Études Latines*, v. 63, p. 237-253, 1985.
- MARTINS, P. *Imagem e poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.
- MARX, F. Ausonius' Lied von der Mosel. *Rheinisches Museum für Philologie*, v. 80, n. 4, p. 368-392, 1931.
- MATTHEWS, J. *The Roman Empire of Ammianus*. London: Duckworth, 1989.
- MATTHEWS, J. *Western Aristocracies and Imperial Court A.D. 364-425*. New York: Oxford University, 1998.
- MCGRAIL, S. *Boats of the world: from the stone age to medieval times*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MCGILL, S. Rewriting Ausonius. In: ELSNER, J.; HERNÁNDEZ LOBATO, J. (Ed.). *The Poetics of Late Latin Literature*. Oxford: Oxford University, 2017, p. 252-277.
- MENDES, N. M. Império e romanização: estratégias, dominação e colapso. *Brathair*, v. 7, n. 1, p. 25-48, 2007.
- MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: Edufes, 2006, p. 21-52.
- MENDES, N. M. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo em colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MILNER, N. P. Epitome of military Science. In: VEGETIUS. *Epitome of Military Science*. Translated with Notes and Introduction by N. P. MILNER. Liverpool: Liverpool University, 2001.
- MOORE, T. Alternatives to Urbanism? Reconsidering Oppida and Urban Question in Late Iron Age Europe. *Journal of World Prehistory*, v. 30, n. 3, p. 281-300, 2017.
- MORET, P. Strabon et les Fleuves Gaulois. In: OLMER, F.; ROURE, R. (Ed.). *Les Gaulois au Fil de l'eau: Actes du 37e Colloque International de l'Association Française Pour l'Étude de l'Âge du Fer*, Montpellier 2015. Bordeaux: Ausonius, 2013. p. 217-234.
- MORSCHER-NIEBERGALL, J. Trèves/Augusta Treverorum, Cité des Trévires: Les Premiers Temps de la Ville. *Gallia*, v. 72, n. 1, p. 261-268, 2015.
- MULLIGAN, B. Epigrams, Occasional Poetry, and Poetic Games. In: MCGILL, S.; WATTS, E. J. (Ed.). *A Companion to Late Antique Literature*. Oxford: Blackwell, 2018. p. 241-258.
- NEWLANDS, C. Naturae Mirabor Opus: Ausonius' Challenge to Statius in the Mosella. *Transactions of the American Philological Association*, v. 118, p. 403-419, 1988.
- OLENA, G. Spectacular Forms Of Ancient Rome Events In The Cultural Studies Dimension. In: DUSHNIY, A. I. et al. *The Role of Culture and Art in Social and Humanitarian Development of Modern Society*. Lviv: Liha-Pres, 2019. p. 80-122.
- PAGET, R. F. The Ancient Ports of Cumae. *The Journal of Roman Studies*, v. 58, p. 152-169, 1968.

- PANTE, M. R. Estudo da métrica de um epigrama latino produzido no Brasil no século XVIII. In: VI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2002, Rio de Janeiro. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: <filologia.org.br/vicnlf>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- PATERSON, J. Friends in High Places: The Creation of the Court of the Roman Emperor. In: SPAWFORTH, A. J. S. (Ed.). *The Court and Court Society in Ancient Monarchies*. Cambridge: Cambridge University, 2007. p. 121-156.
- PEACOCK, D. P. S. The Rhine and the Problem of Gaulish Wine in Roman Britain. In: TAYLOR, J. P.; CLEERE, H. (Ed.). *Roman Shipping and Trade: Britain and the Rhine Provinces*. London: Council for British Archaeology, 1978. p. 49-51.
- PELTTARI, A. *The Space that Remains: Reading Latin Poetry in Late Antiquity*. Ithaca: Cornell University, 2014.
- PENN, J. R. *Rivers of the World: A Social, Geographical and Environmental Sourcebook*. Santa Barbara: ABC-Clio, 2001.
- PEREIRA, M. A. Quintiliano e a gramática antiga. *Classica*, v. 14, p. 367-373, 2001.
- PETIT, P. *História antiga*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- PIO, T. P. B. S. O discurso sobre a terra italiana nas Geórgicas de Virgílio. *Codex*, v. 5, n. 2, p. 137-154, 2017.
- POHLMANN, J. F. *Alianças entre a retórica e o poder: um estudo sobre as orationes de Quinto Aurélio Símaco Eusébio (século IV)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- POSANI, M. R. Reminiscenze di Poeti Latini Nella “Mosella” di Ausonio. *Studi Italiani di Filologia Classica*, v. 34, n. 1, p. 31-69, 1962.
- POTTER, D. S. *Constantine the Emperor*. Oxford: Oxford University, 2013.
- POTTER, D. S. *The Roman Empire at Bay AD 180-395*. London: Routledge, 2004
- POWELL, L. *Augustus at War: the Struggle for the Pax Augusta*. Barnsley: Pen & Sword, 2018.
- PURCELL, N. Rivers and the Geography of Power. *Pallas*, v. 90, p. 373-387, 2013.
- PURCELL, N. Rome and the Management of Water, Environment, Culture and Power. In: SHIPLEY, G.; SALMON, J. (Ed.). *Human Landscapes in Classical Antiquity: Environment and Culture*. London: Routledge, 1996. p. 180-212.
- RANKIN, D. *Celts and the Classical World*. London: Routledge, 2003.
- REMESAL, J. Producción y Consume de Vino y Salazones en la España Romana. In: Blázquez Martínez, J. M. (Ed.) *História Económica de España en la Antigüedad*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2011. p. 193-231.
- RICKMAN, G. *Roman Granaries and Store Buildings*. Cambridge: Cambridge University, 1971.
- ROBERTS, M. The Mosella of Ausonius: An Interpretation. *Transactions of the American Philological Association*, v. 114, p. 343-353, 1984.

- RODRÍGUEZ SOMOLINOS, H. La Planta de La Inmortalidad en Grecia y el Mito de Galuco de Antedón. *Epos*, v. 22, n. 1, p. 11-19, 2006.
- ROSA, C. B. Campos de batalha, espaços de guerra: os Comentarii de Bello Gallico de Caio Júlio Cesar. *Brathair*, n. 1, p. 38-45, 2007. Edição especial.
- ROSE, M. The Trier Ceiling: Power and Status on Display in Late Antiquity. *Greece & Rome*, v. 53, n. 1, p. 92-109, 2006.
- ROSTAGNI, A. *Storia Della Letteratura Latina*. Torino: Utet, 1964. v. 3.
- RUTHERFORD, R. *Classical Literature: A Concise History*. Oxford: Blackwell, 2005.
- SALZMAN, M. R. Introduction. In: QUINTUS AURELIUS SYMMACHUS. *Letters Book I*. General Introduction and Commentary by Michele Renee Salzman. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2011.
- SCAFOGLIO, G. Ausonio Poeta Della Pace Un'interpretazione Della Mosella. *Revue des Études Anciennes*, v. 105, n. 2, p. 521-539, 2003.
- SCAFOGLIO, G. Intertestualità e Contaminazione de Generi Letterari Nella Mosella di Ausonio. *L'antiquité Classique*, v. 68, p. 267-274, 1999.
- SCHEIDING, O. The poetry of British America: Francis Daniel Pastorius and Richard Lewis. In: SCHEIDING, O.; DIETRICH, R.; SPAHR, C. (Eds.). *A History of American Poetry: Contexts- Developments- Readings*. Trier: Wissenschaftlicher, 2015.
- SERIGNOLLI, L. V. G. *Baco, o simpósio e o poeta*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SHANZER, D. The Date and Literary Context of Ausonius' Mosella: Ausonius, Symmachus, and the Mosella. In: KNOX, P.; FOSS, C. (Ed.). *Style and Tradition: Studies in Honor of Wendell Clausen*. Stuttgart: Teubner, 1998, p. 284-305.
- SHANZER, D. The Date And Literary Context Of Ausonius's "Mosella": Valentinian I's Alamannic Campaigns and an Unnamed Office-holder. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 47, n. 2, p. 204-233, 1998.
- SHORROCK, R. *The myth of paganism: Nonnus, Dionysus and the World of Late Antiquity*. London: Bloomsbury, 2011.
- SILVA, E. C. M. As metáforas militares nos discursos cristãos do século IV. d.C.: João Crisóstomo e o exército de Cristo. In: FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, M. M.; CARLAN, C. U.; SILVA, E. C. M. (Org.). *História militar do Mundo Antigo: guerras e identidades*. São Paulo: Annablume, 2010. v. 1. p. 195-216.
- SILVA, E. C. M. *Igreja, conflito e poder no século IV d.C.: João Crisóstomo e o levante das estátuas em Antioquia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- SILVA, G. A. Geografia, espaço e poder: Estrabão e o domínio romano sobre a Ibéria durante o Principado. In: SOARES, M. G. F. (Org.). *Espaços públicos e domésticos no Mundo Antigo*. Vitória: GM, 2021. p. 40-53.
- SILVA, G. V. A condição social dos professores na Antiguidade Tardia: um estudo com base no 'Didaskaleion' de Libânio. *Notandum*, v. 32, p. 1-19, 2013.

- SILVA, G. V. *A escalada dos imperadores proscritos: estado, conflito e usurpação na Antiguidade Tardia (285-395)*. Vitória: GM, 2018.
- SILVA, G. V. A relação Estado/Igreja no Império Romano In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: Edufes, 2006, p. 241-266.
- SILVA, G. V. História, verdade e justiça em Amiano Marcelino. In: JOLY, F. D. (Org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007. p. 165-182.
- SILVA, G. V. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)*. Vitória: Edufes, 2015.
- SILVA, G. V.; MENDES, N. M. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: Edufes, 2006. p. 193-222.
- SILVA, M. A. N. O cruzamento de culturas em Ausônio. *Boletim de estudos clássicos*, v. 56, p. 27-36, 2011.
- SIVAN, H. S. *Ausonius of Bordeaux: Genesis of a Gallic Aristocracy*. New York: Routledge, 1993.
- SIVAN, H. S. Redating Ausonius' Moselle. *The American Journal of Philology*, v. 111, n. 3, p. 383-394, 1990.
- SOARES, C. S. O gênero epistolar na Antiguidade: a importância das cartas de Cipriano para a história do cristianismo norte africano (século III D.C.). *História e cultura*, v. 2, n. 3, p. 199-215, 2013.
- SOGNO, C. *Q. Aurelius Symmachus: A Political Biography*. Ann Arbor: The University of Michigan, 2006.
- STEIN, E. *Histoire du Bas-Empire*. Paris: Desclée du Brower, 1959.
- SZIDAT, J. Gaul and the Roman Emperors of the Fourth Century. In: WIENAND, J. (Ed.). *Contested Monarchy: Integrating the Roman Empire in the Fourth Century AD*. Oxford: Oxford University, 2015. p. 119-134.
- TAYLOR, R. Death, the Maiden, and the Mirror: Ausonius's Water World. *Arethusa*, v. 42, n. 2, p. 181-205, 2009.
- TAYLOR, R. Torrent or Trickle? The Aqua Alsietina, the Naumachia Augusti, and the Transtiberim. *American Journal of Archaeology*, v. 101, n. 3, p. 465-492, 1997.
- TERNES, C. -M. L'art des Trévires. *Histoire et Archeologie*, v. 85, p. 36-47, 1984b.
- TERNES, C. -M. Les monuments de Trèves. *Histoire et Archeologie*, v. 85, p. 18-35, 1984a.
- TERNES, C. -M. Paysage Réel et Coulisse Idyllique dans la Mosella. *Revue des Études Latines*, v. 48, p. 376-397, 1970.
- TERZAGHI, N. *Storia Della Letteratura Latina: da Tiberio a Giustiniano*. Milano: Vallardi, 1934.
- THOMAS, E. *Monumentality and the Roman Empire: Architecture in the Antonine Age*. Oxford: Oxford University, 2007.

- THOMAS, H. L. et al. Excavations on the Titelberg, Luxembourg. *Journal of Field Archaeology*, v. 3, n. 3, p. 241-259, 1976.
- THURMOND, D. L. *From Vines to Wines in Classical Rome: A Handbook of Viticulture and Oenology in Rome and the Roman West*. Leiden: Brill, 2017.
- TOCKNER, K.; ROBINSON, C. T.; UEHLINGER, U. (Ed.). *Rivers of Europe*. Cambridge: Academic, 2008.
- TOMLIN, R. The Date of the 'Barbarian Conspiracy'. *Britannia*, v. 5, p. 303-309, 1974.
- TREVIZAM, M.; RAIMUNDO, R. F. M. Papéis de Baco em Geórgicas II: figuração poética, religiosidade e história do teatro. *Nuntius Antiquus*, v. 7, n. 1, p. 79-103, 2011.
- TRUNK, M. Augusta Treverorum. Débuts et Développement D'une Métropole. In: GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (Ed.). *Simulacra Romae II. Rome, Les Capitals de Province (Capita Provinciarum) et la Création D'un Espace Commun Européen: Une Approche Archéologique*. Reims: Société Archéologique Champenoise, 2010. p. 195-200.
- VASCONCELOS, B. A. Educação oratória no 'de oratore' de Cícero. *Letras Clássicas*, v. 4, p. 179-190, 2000.
- VASCONCELOS, B. A. Quatro princípios de educação oratória segundo Quintiliano. *Phaos*, v. 2, p. 205-225, 2002.
- VILLAIS, G. *Ausonius' Cities: Perception of the Urban Space in Fourth-Century Gaul*. 2009. Tese – Institute Of Archaeology And Ancient History, University of Birmingham, 2009.
- WEISWEILER, J. Domesticating The Senatorial Elite: Universal Monarchy and Transregional Aristocracy in the Fourth Century. In: WIENAND, J. (Ed.). *Contested Monarchy: Integrating the Roman Empire in the Fourth Century AD*. Oxford: Oxford University, 2015. p. 17-41.
- WHITTAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire: A Social and Economic Study*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1994.
- WIGHTMAN, E. M. *Gallia Belgica*. London: Batsford, 1985.
- WIGHTMAN, E. M. *Roman Trier and the Treveri*. London: Hart-Davis, 1970.
- WILD, J. P. The Textile Industries of Roman Britain. *Britannia*, v. 33, p. 1-42, 2002.
- WILD, P. S. Ausonius. A fourth century poet. *The Classical Journal*, v. 46, n. 8, p. 373-382, 1951.
- WIRSZUBSKI, M. A. *Libertas as a Political Idea at Rome During the Late Republic and Early Principate*. London: Cambridge University, 1968.
- WOOD, C. M. L. *The Role of the Nobility in the Creation of Gallo-Frankish Society in the Late Fifth and Sixth Centuries AD*. 2002. Tese (Doutorado em filosofia) – University of Nottingham, Nottingham, 2002.
- WOOD, D. A Note Concerning the Early Career of Valentinian I. *Ancient Society*, v. 26, p. 273-288, 1995.
- WOOLF, G. Beyond Romans and Natives. *World Archaeology*, v. 28, n. 3, p. 339-350, 1997.

- WOOLF. *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University, 2004.
- WORSFOLD, T. C. Porta Nigra: The Treasure of Tréves. *Journal of the British Archaeological Association*, v. 7, n. 2, p. 143-148, 1901.
- YEGÜL, F. *Baths and Bathing in Classical Antiquity*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1992.
- ZAHRNT, M. Early History of Thrace to the Muder of Kotys I (360 bce). In: VALEVA, J.; NANKOV, E.; GRANINGER, D. (Org.). *A Companion to Ancient Thrace*. Oxford: Blackwell, 2015. p. 35-47.
- ZARDINI, T. B. *Paideia e cultura política nas Gálias: os panegíricos latinos e as moedas como vetores dos rituais da basileia (século IV D. C.)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

APÊNDICES

---

APÊNDICE A – PESSOAS RELACIONADAS AO RIO MOSELA

<b>Pessoas relacionadas ao rio Mosela</b>				
<b>Romanos</b>		<b>Romano-bárbaros</b>	<b>“Bárbaros”</b>	<b>Arquitetos e construtores (marcos arquitetônicos)</b>
<i>nobilitas</i>	<i>populus</i>			
Nobres (382)	Colono (23; 163; 206)	Colonos Sármatas (9)	Francos (434)	Philo de Atenas (303)
Juventude treinada para a guerra (383)	Comuns ‘ <i>vulgi</i> ’ (125)		Chamaves (434)	Sete arquitetos (305)
Habilidosos homens da lei (400)	Plebe (127; 163)		Germanos (434)	Menecrates (307)
Poderosos defensores (400)	Viajante (165)			Dinochaes (312)
	Barqueiro (166;196; 223)			Arquimedes (304)
	Agricultor (400)			Ictinos (309)
				Philo de Atenas (303)

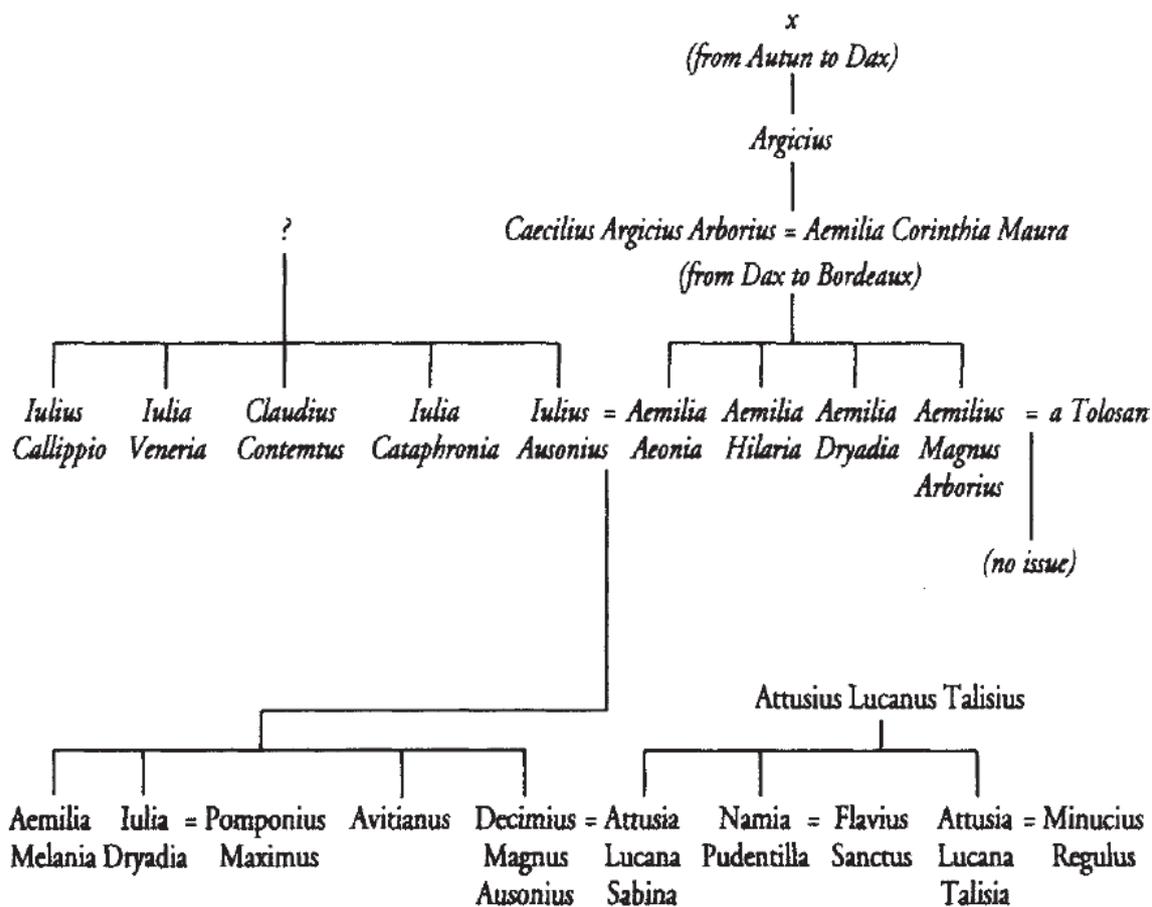
APÊNDICE B – A DESCRIÇÃO COMPARADA OU RELACIONADA AO RIO MOSELA

A descrição comparada ou relacionada ao rio Mosela							
Acontecimentos	Comércio	Religião		Geografia física		Construções	
Batalhas, combates, enfrentamentos militares	Produtos	Panteão e respectivas divindades	Demais divindades e personagens mitológicos	Regiões, cidades	Mares, rios	Marcos arquitetônicos	
						militares	religiosos
Onde a Gália uma vez se comparou derrota de Roma em Canas (3)	Azeite da Ática (136)	Febo (12)	Sátiros (170; 179; 183)	Bordeaux (19)	Costa da Caledônia (68)	Noviomagus, famoso acampamento do santo Constantino (11)	Templo de Pharia (315)
Vitória de Augusto na Ática (211)		Olímpio (13)	Naiades (171)	Britânia (68)	Ister (100)	Muralha (24; 369; 455)	
Naumaquia (218)		Baco (25; 154)	Ninfas (82; 431)	Gauro (157)	Atlântico (144)	Pavimentos frígios (48)	
Combates travados entre os navios do Nilo e os trirremes de Roma (213)		Poseidon (81)	Faunos (177)	Ródope (158)	Mar trácio (159)		
Batalha de Milas na Guerra da Pompeia (215)		Lieu (158)	Pans (173)	Cumas (208; 345)	Garona (160)		
Triunfos unidos de pai e filho sobre inimigos vencidos além de Nicer, de Lopodunum e da fonte do Ister (422-423)		Pangea (158)	Panopea (176)	Gauro (209)	Mar da Beócia (276)		
Então, de fato assegurarás sua fronteira (434-435)		Liber (209)	Oréades (176)	Vesúvio (210)	Mar Cárpata (279)		
		Venus (211)	Héspero (193)	Leucas (214)	Tibre (377; 379)		
		Apolo (214)	Hyperion (222)	Eubeia (216; 301; 346)			
			Glauco de Anthedon (276)	Péloro siciliano (218)			
			Hele (288)	Sestos (287)			
			Nefele (288)	Calcedônia (289)			
			Eco (297)	Euripo (290)			
			Dédalo (300)	Europa (291)			
			Ícaro (303)	Ásia (292)			

			Mulciber - vulcano (338)	Siracusa (304)			
			Nemesis (379)	Éfeso (308)			
			Fortuna (412)	Pharos de Mephia (330)			
			Nereu (281)	Esmirna			
			Tétis (281)	Mantua (375)			
				Simóis (376)			
				Ilium (376)			
				Roma (377; 380; 386)			
				Cidade de Minerva (308)			

## ANEXO

## ÁRVORE GENEALÓGICA DE AUSÔNIO



Fonte: Sivan (1993, p. 57).